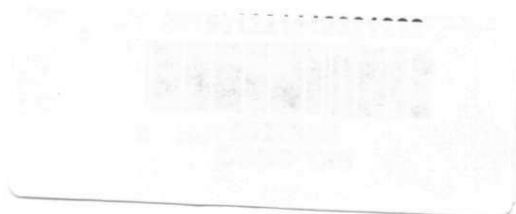


**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
CURSO DE MESTRADO EM ECONOMIA**

***A FRUTICULTURA TROPICAL FRENTE AO MERCADO
GLOBALIZADO
(Algumas Questões Sobre o Abacaxi Paraibano)***

**ORIENTANDO: FELIPE CÉSAR DA SILVA BRITO
ORIENTADOR: JOSÉ BEZERRA DE ARAÚJO**

Campina Grande, Outubro de 2000



**A FRUTICULTURA TROPICAL FRENTE AO MERCADO
GLOBALIZADO**

(Algumas Questões Sobre o Abacaxi Paraibano)

POR

FELIPE CÉSAR SILVA BRITO

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Economia da Universidade Federal da Paraíba-CAMPUS II. Em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Mestre em economia.

Área de concentração: Economia Rural e Regional.

ORIENTADOR: PROF. DR. JOSÉ BEZERRA DE ARAÚJO

Universidade Federal da Paraíba

Campina Grande / 2000



B862f Brito, Felipe César Silva.
A fruticultura tropical frente ao mercado globalizado
(algumas questões sobre o abacaxi paraibano) / Felipe César
Silva Brito. - Campina Grande, 2000.
117 f.

Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade
Federal da Paraíba, Centro de Humanidades, 2000.
"Orientação : Prof. Dr. José Bezerra de Araújo".
Referências.

1. Globalização - Cultura do Abacaxi. 2. Fruticultura
Tropical - Economia. 3. Abacaxicultura - Paraíba. 4.
Dissertação - Economia. I. Araújo, José Bezerra de. II.
Universidade Federal da Paraíba - Campina Grande (PB). III.
Título

CDU 339.9:634.744(813.3)(043)

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CAMPUS II - CENTRO DE HUMANIDADES
MESTRADO EM ECONOMIA**

**A COMISSÃO EXAMINADORA, ABAIXO ASSINADA, APROVA A
DISSERTAÇÃO.**

**A FRUTICULTURA TROPICAL FRENTE AO MERCADO
GLOBALIZADO
(Algumas Questões Sobre o Abacaxi Paraibano)**

ELABORADA POR

FELIPE CÉSAR DA SILVA BRITO

**COM REQUISITO PARCIAL PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE
MESTRE EM ECONOMIA**

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof. Dr. José Bezerra de Araújo

Prof. Dr. (examinador)

Prof. Dr. (examinador)

OLIVIO A. TEIXEIRA

Campina Grande, Outubro de 2000

DEDICATÓRIA

“A minha querida mãe, Maria Madalena da Silva Brito, dedico este trabalho, pois nele, está inserido a sua participação. Presto-lhes esta homenagem, in memória, agradecendo eternamente seu amor e dedicação”.

AGRADECIMENTOS

É sempre difícil fazer justiça a todos que contribuíram para a realização de um trabalho. Dessa forma, antecipo as minhas desculpas para as pessoas que de uma forma ou de outra participaram desse momento e por razão de esquecimento não estão inseridos nestes agradecimentos.

Primeiramente, agradeço a Deus por iluminar os meus caminhos nos momentos mais difíceis, revigorando as minhas energias.

A minha família e aos amigos mais próximos: Rejane Carvalho, Eunice Ferreira, José Lourenço, Patrícia Aragão e Clevislei Dias Rocha. Destaco também em meus agradecimentos os amigos Fábio Guedes, Juscelino, professora Euda, Rayane Janne, Dona Maria Auxiliadora e o sr. Hipólito Araújo.

A Cássia pelo incentivo e companheirismo nos momentos de angústia, trazendo-me reequilíbrio através de seus gestos de amor, carinho e paz.

Ao professor José Bezerra de Araújo, agradeço particularmente à dedicação, a paciência e o saber, os quais transmitiram a tranquilidade em alguns momentos de dificuldades na trajetória deste referido trabalho.

Aos professores Olívio Teixeira e Robério Ferreira pelas críticas e sugestões que muito contribuíram na estrutura do trabalho e na própria redação.

A Joalice, especialmente, Everaldo e Neuma, funcionários da coordenação do mestrado.

Agradeço também a Leôncio Vilar e Eliazar Felipe de Oliveira, os quais contribuíram para este trabalho, através de textos, livros, enfim, informações sobre o abacaxi paraibano.

ÍNDICE

LISTA DE TABELAS, QUADROS, GRÁFICOS, FIGURAS E ANEXOS, V
RESUMO, VII
ABSTRACT, VIII

INTRODUÇÃO	9
Capítulo 1-RUMOS ATUAIS DA ECONOMIA MUNDIAL (A GLOBALIZAÇÃO DA ECONOMIA E OS MÉTODOS MAIS ADEQUADOS PARA A QUALIDADE DO PRODUTO).	14
1.1- <i>Introdução</i>	14
1.2- <i>Fragmentação e Integração da Economia Mundial</i>	15
1.3- <i>Mercosul - (Características e Perspectivas)</i>	21
1.4- <i>As Mudanças de Hábitos Alimentares</i>	26
1.5- <i>Conclusão</i>	31
Capítulo 2 – A FRUTICULTURA TROPICAL E A ATUAL CONJUNTURA MUNDIAL	33
2.1 – <i>Introdução</i>	33
2.2 <i>A Fruticultura Brasileira</i>	33
2.2.1 <i>A Fruticultura Nacional (Características - Perspectivas)</i>	33
2.2.2 <i>A Região Nordeste (Celeiro Nacional de Frutas)</i>	44
2.3 – <i>O Padrão de Qualidade Exigido Pelo Mercado Internacional</i>	49
2.4 - <i>Conclusão</i>	54
Capítulo 3- A ABACAXICULTURA NACIONAL (ALGUMAS QUESTÕES SOBRE O ABACAXI PARAIBANO)	55
3.1- <i>Introdução</i>	55
3.2- <i>Considerações Gerais Sobre a Cultura do Abacaxi.</i>	56
3.3- <i>A Cultura do Abacaxi no Mundo e no Brasil</i>	60
3.3.1 <i>A Participação do Abacaxi Brasileiro na Abacaxicultura Mundial</i>	60
3.3.2 <i>Características da Abacaxicultura Nacional</i>	66
3.4- <i>A Comercialização Externa do Abacaxi Brasileiro</i>	69
3.4.1 <i>A Qualidade do Fruto (Exigência do Mercado Frutícola Internacional)</i>	69
3.4.2 <i>Mercado de Frutas Frescas (Uma Análise Específica do Abacaxi)</i>	72
3.4.3 <i>Mercado de Frutas Processadas (Uma Análise Específica do Abacaxi)</i>	75
3.5- <i>Características Gerais da Abacaxicultura Paraibana</i>	80
3.6- <i>Condições de Produção da Abacaxicultura e Regiões Produtoras</i>	82
3.7- <i>Relação entre a Abacaxicultura Paraibana e a Abacaxicultura Nacional</i>	89
3.8- <i>A Comercialização do Abacaxi Paraibano Frente à Atual Conjuntura Mundial</i>	96

<i>3.9- Conclusão</i>	100
CONCLUSÃO	102
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	106
ANEXOS	115

*LISTA DE TABELAS, QUADROS, GRÁFICOS, FIGURAS E ANEXOS**Tabelas:*

1. Participação do Brasil na Produção Mundial de Frutas-1991 (em Milhões de Toneladas), **36**
2. Brasil-Exportação das Principais Frutas Frescas (1989-1992), **37**
3. Destino das Exportações Brasileiras de Frutas Frescas por Grandes Blocos (1990-1992) em US\$1.000, **39**
4. Requisitos Europeus para a Importação de Sucos de Frutas Tropicais, **43**
5. Exigências dos Importadores e Principais Problemas Relativos a Diversas Fruteiras - Comercializadas no Mercado Internacional, **50**
6. Temperatura, Umidade Recomendadas, Vida Aproximada e Armazenamento de Frutas Frescas, **52**
7. Condições Recomendadas para o Transporte de Frutas Frescas, **53**
8. Abacaxi: Variedades mais Difundidas no Cultivo Mundial, **59**
9. Desempenho da Cultura do Abacaxi nos Continentes e no Mundo, no Período 1979-81 e em 1997, **61**
10. Desempenho da Cultura do Abacaxi nos Principais Países Produtores, no Período 1979-81 e em 1997, **63**
11. Desempenho da Cultura do Abacaxi por Grandes Áreas, no Período 1979-81 e em 1997, **64**
12. Área, Produção e Rendimento de Abacaxi no Brasil, no Período 1970-95, **65**
13. Produção Brasileira de Abacaxi nas Regiões Fisiográficas, em 1997, **66**
14. Produção, Área Colhida e Rendimento Médio do Abacaxi Brasil/Nordeste-1990-94, **67**
15. Abacaxi: Norma de Qualidade dos Estados Unidos. USDA (Extrato), **70**
16. Principais Países Exportadores de Abacaxi no Mundo (Fruta Fresca) em 1996, **73**
17. Exportação Brasileira de Abacaxi In Natura e Países de Destino-1996, **74**
18. Principais Tipos de Embalagens Fabricados no Brasil, para Exportação de Abacaxi In Natura, **75**
19. Principais Países Exportadores de Produtos Enlatados de Abacaxi no Mundo em 1996, **76**
20. Principais Países Exportadores de Suco Simples de Abacaxi no Mundo em 1996, **77**
21. Principais Países Exportadores de Suco Concentrado de Abacaxi no Mundo em 1996, **78**
22. Exportações Brasileiras dos Principais Sucos de Frutas, no Período de 1990 a 1997, em Mil Dólares FOB, **79**
23. Exportação Brasileira de Suco de Abacaxi e Países de Destino, **79**

24. Área Plantada, Área Colhida, Quantidade, Rendimento Médio e Valor da Produção dos Principais Produtos das Lavouras Temporárias da Paraíba (1990), **81**
25. Área e Quantidade de Abacaxi Paraibano Segundo os Principais Municípios Produtores (1991-1996), **87**
26. Produção e Rendimento Médio do Abacaxi, Segundo os Estados Produtores de Destaque da Federação (1990-1995), **90**

Quadros:

1. Produção, Área Colhida e Rendimento Médio das Principais Frutas Tropicais (Brasil – Nordeste) – 1993, **46**
2. Gargalos Tecnológicos (Fruticultura), **47**
3. Comparações entre os Parâmetros Físicos e Químicos Obtidos, e os Considerados Ideais ao Consumo “In Natura” e à Industrialização, Respectivamente, para as Cultivares “Pérola e Smooth Cayene”, **60**

Gráficos:

1. Destino das Exportações Brasileiras de Frutas Frescas por Grandes Blocos (1992) em % , **40**
2. Produção Mundial de Abacaxi, 1997, **62**
3. Principais Países Produtores de Abacaxi em 1997, **64**
4. Produção do Abacaxi por Estados do NE, **82**
5. Os Principais Municípios Produtores de Abacaxi na Paraíba (1996), **88**
6. Os Quatro Maiores Estados Produtores de Abacaxi da Federação (1997), **93**
7. A Produção dos Principais Estados Produtores de Abacaxi da Federação (1990-1997), **94**
8. Área Colhida dos Principais Estados Produtores de Abacaxi da Federação (1990-1997), **95**
9. Exportação do Abacaxi Paraibano Ananás Fresco (1991-1996), **98**
10. Exportação do Suco de Abacaxi Paraibano Ananás (1991-1996), **98**

Figuras:

1. Figura do Preparo do Abacaxi para os Países Europeus, **71**

Anexos:

1. Cronologia da Formação das Organizações de Integração na América-Latina, **116**
2. Mercosul em Números, **117**

RESUMO

O trabalho destaca a formação de estados comerciais, neste final do século XX, voltados fundamentalmente para objetivos econômicos, através da formação de blocos e integração via comércio internacional (regionalização), estabelecendo a criação de novas formas de organização e redefinição de estratégias, explorando as vantagens comparativas de certos segmentos econômicos. Neste atual contexto, caracterizado pela globalização econômica a fruticultura tropical brasileira apresenta-se como uma das atividades promissoras nos próximos anos, podendo contribuir para o desenvolvimento econômico com possibilidade de ampliação da produção de frutas, principalmente para o mercado externo, adquirindo uma destacada fonte de crescimento em termos de negócios, através de consumidores espalhados em diferentes países com condições de renda e dispostos a pagar. Na fruticultura tropical brasileira, a abacaxicultura nacional aparece em destaque, com a Paraíba contribuindo como um dos principais estados produtores. O fruto abacaxi apresenta-se com grandes volumes de produção na abacaxicultura mundial, sendo o Brasil o maior produtor da América do Sul, com grandes possibilidades de conquistas de mercados. Apesar da perspectiva promissora de aumento do consumo de frutas no mercado externo, o abacaxi, assim como as demais frutas tropicais nacionais, apresenta-se com uma pequena participação nas quantidades exportadas, em razão basicamente das exigências do mercado internacional quanto à qualidade do produto. Dentro deste dimensionamento, o abacaxi paraibano, especificamente, necessita de maiores cuidados na fase colheita e de uma melhor infra-estrutura de comercialização que levará a um melhor aproveitamento da produção e da comercialização com padrão de qualidade, possibilitando obter consumidores potenciais principalmente no mercado externo.

ABSTRACT

This work highlights the formation of commercial states at the end of the twentieth century. Their objectives are fundamentally economic. The states are made up of blocks and integrated through international commerce (regionalisation). Thus, the creation of new forms of organization is established, and strategies are redefined, exploring the comparative advantages of certain economic segments. In the present context, characterized by economic globalization, the cultivation of tropical fruits in Brazil appears to be a promising activity for the next few years. This could contribute to economic development, with the possibility of increase in fruit production, principally for the external market. This could eventually be a source of growth in business terms, through consumers with purchasing power and willing to pay, scattered through different countries. With regard to the cultivation of tropical fruits in Brazil, the cultivation of pineapples is most prominent, Paraíba being one of the largest producers. The pineapple is produced here in large quantities, in relation to world pineapple production, Brazil being the largest producer in South America, with good chances of conquering markets abroad. In spite of the promising perspective of an increase in the consumption of the fruit in external markets, the pineapple, like other Brazilian tropical fruits, is only exported in small quantities. This is basically due to the requirements of the international market with regard to the quality of the product. Within these parameters, the pineapple from Paraíba needs greater care at harvest time and a better infrastructure for marketing. This could lead to better utilization of production, observing standards of quality, making it possible to obtain potential consumers, especially in the external market.

INTRODUÇÃO

O processo de globalização da economia é um fato que vem ganhando consistência, devendo ser entendido como um fenômeno de intensos inter-relacionamento e interdependência entre as nações, em consequência dos avanços nos sistemas de comunicação e das conexões mundiais de mercado. A tendência que se observa, hoje, é a formação de estados comerciais, voltados fundamentalmente para objetivos econômicos através da formação de blocos econômicos e integração via comércio internacional (regionalização).

Os fenômenos da regionalização e globalização da economia internacional ganharam importância a partir do término da segunda guerra mundial, apesar de não serem considerados fatos novos, a tendência a regionalização e a tentativa de integrar economias de diferentes países.

Na América Latina, o fenômeno da regionalização concretizou-se quando da assinatura do Tratado de Assunção, criando o Mercosul, uma das respostas sul-americanas à nova realidade mundial, que contempla, de um lado, a regionalização, ligada à consolidação de blocos econômicos, e de outro, a globalização, expressa através do aprofundamento da internacionalização das economias nacionais. Este bloco econômico enfatiza a orientação para o exterior, baseada nas forças de mercado e competitividade via exploração das vantagens comparativas brasileiras, dentre as quais, a fruticultura tropical, como alternativa para aumentar as possibilidades de comércio entre países-membros.

O processo de globalização econômica demonstra, dentre outros fatores, o cenário de crescente complexidade de mercado, levando à criação de novas formas de organização e à redefinição das estratégias, por um lado, explorando as vantagens comparativas de certos segmentos com poder de competitividade no mercado, por outro, estimulando ajustes organizacionais e técnicas que se tornam necessárias à medida que exigências de qualidade, flexibilidade e inovação passam a determinar fortemente as condições de competitividade, possibilitando conquistar novos consumidores no espaço econômico comum delimitado.

As transformações atuais da economia mundial representam contínuos desafios de competitividade para os países, ocasionando várias tendências de mudanças, ou seja, vários setores deverão ser transformados ou adaptados à nova estrutura de demanda por parte dos consumidores, cada vez mais exigentes quanto à melhor qualidade. Desta forma, a realidade enfatiza a importância de certos fatores como: a viabilização da infra-estrutura de transporte, (rodovias, ferrovias, hidrovias, armazéns estratégicos, portos eficientes, etc.) e mudanças na base tecnológica, as quais diminuiram os custos de produção de um produto, além de suprirem as deficiências produtivas e de custos de algumas culturas, elevando a sua produção, adquirindo competitividade, aumentando suas condições de mercado, respondendo às exigências do mercado internacional.

A fruticultura brasileira apresenta-se como uma das atividades mais importantes nos próximos anos, podendo contribuir para o desenvolvimento econômico com possibilidade de ampliação da produção de frutas, principalmente aquelas destinadas ao mercado externo, adquirindo uma destacada fonte de crescimento em termos de negócios.

O cultivo de frutas no Brasil tem se consolidado como importante atividade econômica, apresentando-se este país como principal produtor mundial de frutas in natura. A formação de blocos econômicos espalhados pelo planeta descreve a tendência de maior abertura das economias nacionais, porém, para haver ganhos de mercado neste segmento da economia, vai ser preciso procurarmos responder às exigências do mercado internacional quanto à qualidade do produto, regularidade do fornecimento e pontualidade da entrega, firmando uma imagem confiável para os consumidores internacionais.

No Brasil, especificamente, a região Nordeste, oferece dentre as várias oportunidades para investimentos e negócios internacionais, o segmento de produtos tropicais, que apresenta a possibilidade de grande aceitação, tanto nos países do Mercosul, quanto nos outros países do mercado internacional, em razão das vantagens comparativas neste segmento, decorrentes da disponibilidade de terra, abundante mão-de-obra e favoráveis condições climáticas, sendo uma das poucas regiões do mundo com vantagens comparativas e competitivas para incrementar as exportações de frutas tropicais para a Europa, os Estados Unidos e a Ásia. Ademais, o Brasil apresenta

perspectivas de crescimento de negócios de forma substancial para o mercado internacional que possui uma demanda potencial, quanto ao fruto in natura. Já a atividade agroindustrial está amplamente respaldada na agricultura irrigada, onde o excedente esperado de matéria-prima oriunda dos projetos de irrigação no Nordeste torna plenamente viável a instalação de novas unidades agroindustriais processadoras. Apresenta perspectivas para o mercado internacional, especificamente no grupo de processamento de frutas.

A melhoria da qualidade e o cumprimento do prazo de entrega dos frutos apresentam-se como imprescindíveis para a sobrevivência dos fruticultores, principalmente no mercado internacional. Nestas circunstâncias, vai ser preciso tanto uma revisão da estrutura produtiva e comercial montada internamente, quanto o incentivo à produção em áreas que se mostrem promissoras. Os produtores exportadores no mercado de frutas deverão estar atentos basicamente para o aumento de barreiras nos mercados importadores. Entre estas barreiras, estão as comerciais, muitas vezes disfarçadas de exigências fitossanitárias, através do uso de quotas e vigilância sanitária, maior exigência dos consumidores quanto à qualidade, à variedade, serviços e preços e, aumento da rivalidade entre os países competidores.

Na fruticultura tropical brasileira, destaca-se o fruto, abacaxi, que apesar de ser uma planta tropical originária das regiões de clima quente e seco, apresenta, em termos de exploração econômica, exigências quanto aos tratos culturais cuidadosos e freqüentes. Esta cultura sempre se destacou na fruticultura tropical nacional. Já na abacaxicultura-mundial, o fruto brasileiro apresenta-se entre os maiores países produtores individuais de abacaxi, sendo o maior produtor da América do Sul, destacando-se internamente como principais estados produtores Minas Gerais, Pará e Paraíba.

Este trabalho procura analisar a fruticultura tropical brasileira, especificamente o abacaxi, destacando o estado da Paraíba, grande produtor deste fruto, procurando responder se existe a possibilidade ou não de ampliação de mercado internacional nesta economia globalizada, através de uma melhor qualidade e presença permanente de mercados. O período escolhido para análise é o início dos anos 90, particularmente quando ocorre o fim da bipolaridade que transcreveu uma mudança

geo-política no quadro mundial, bem como relevantes transformações econômicas, como por exemplo, a formação de blocos econômicos.

As informações sobre a abacaxicultura mundial sinalizam para o Brasil possibilidades de conquistas de novos mercados como o norte-americano e o europeu, além da recuperação daqueles tradicionalmente importadores. No entanto, para tal situação se confirmar, vai ser preciso adequar-se, respondendo aos padrões de qualidade exigidas pelos principais países consumidores, que dependerão dentre outros aspectos, da utilização da base de conhecimentos tecnológicos disponíveis e do exercício das práticas comerciais inclusive de “marketing”.

O trabalho baseia-se em leituras realizadas na literatura sobre o tema, e em pesquisa em periódicos, revistas especializadas sobre o assunto e informações contidas em dissertações, bem como em pesquisa exploratória junto ao IBGE, EMBRAPA, EMATER, e EMEPA. A partir da obtenção dos dados em pesquisa secundária, passou-se à análise dos mesmos, já que se tratavam, em sua maioria, de informações baseadas no anuário estatístico do Brasil/IBGE de extrema importância para os dados referentes ao estado da Paraíba.

O objetivo geral deste trabalho é analisar a fruticultura tropical brasileira frente ao mercado globalizado, avaliando especificamente o abacaxi paraibano dentro das exigências impostas pelo mercado internacional, quanto à qualidade do fruto.

Já os objetivos específicos são: 1 – Caracterizar o processo de globalização econômica, enfatizando as relações de trocas internacionais, a formação dos blocos econômicos (especificamente o Mercosul); 2 – Mostrar a relevância da fruticultura tropical brasileira (Nordeste) quanto à produção, verificando as condições de comercialização externa e; 3 – Verificar as condições do abacaxi paraibano dentro desta atual conjuntura mundial, quanto à exploração deste fruto, através de uma ampliação de mercado internacional que representa ganhos comerciais via demanda potencial.

A dissertação está organizada em três capítulos. No primeiro capítulo, mostraremos o processo de globalização econômica, destacando, nas relações de trocas internacionais, o melhoramento das redes de comunicação, uma crescente

especialização dos países, descrevendo uma nova etapa do desenvolvimento das forças produtivas com características globais.

No segundo capítulo, enfatizaremos a relevância da produção da fruticultura tropical brasileira (Nordeste), onde perceberemos que poderíamos exportar um volume maior de nossa produção, tanto no mercado de frutas in natura, quanto no mercado de frutas processadas, se houvesse uma adequação de política e regras para o setor capaz de responder às exigências impostas pelo mercado internacional, quanto à qualidade.

No último capítulo, verificaremos as possibilidades de o abacaxi paraibano, nesta conjuntura mundial, obter ganhos de mercado via exportação, utilizando parte de sua produção bastante destacada em termos de mercado nacional.

CAPÍTULO 1 - RUMOS ATUAIS DA ECONOMIA MUNDIAL(A GLOBALIZAÇÃO DA ECONOMIA E OS MÉTODOS MAIS ADEQUADOS PARA QUALIDADE DO PRODUTO)

1.1 Introdução

Procuramos estabelecer, no primeiro capítulo, a preocupação de demonstrar inicialmente o processo de globalização econômica como nome novo para um antigo processo. Para tanto, utilizamos vários autores como Singer, Hirst, Thompson, Gorender, Rossetti, Galvan, Holanda, os quais, de uma maneira geral, acham que este processo significa na realidade uma possibilidade de aumento das relações de trocas internacionais, com ganhos de mercado em determinados setores da economia através da exploração das vantagens comparativas e da mudança de tecnologia vinculadas ao comércio, sobretudo internacional.

Estas novas tecnologias contribuem para melhorar e acentuar o processo de comercialização com métodos mais adequados, resultando em respostas mais satisfatórias com relação às exigências do mercado internacional, quanto à qualidade do produto e à possibilidade de uma maior interdependência dos mercados.

O contexto atual, marcado pelo processo de globalização econômica, caracteriza-se basicamente pela formação de blocos econômicos. Neste dimensionamento, o Mercosul (bloco latino - americano) apresenta-se como uma estratégia de defesa em relação a outros blocos. Ele procura obter um fortalecimento das relações de trocas comerciais no mercado internacional, através da exploração das vantagens comparativas específicas de seus países-membros, ou seja, explorar determinadas atividades econômicas que terão possibilidades de responderem às exigências do mercado internacional quanto à qualidade do produto, adquirindo um número maior de consumidores.

Nestas circunstâncias, o desenvolvimento tecnológico (aparecimento de novas tecnologias) apresenta grande relevância para os serviços do comércio (considerável melhora nos sistemas de transportes e dos sistemas de conservação), contribuindo para as mudanças de hábitos alimentares, possibilitando ao produto obter maiores finalidades de acesso a vários mercados, em razão da sua qualidade atrelada ao

cumprimento dos prazos de entrega. Esta situação foi responsável de forma significativa pelo aumento da demanda alimentar, especificamente ligada a produtos naturais, como veremos com Carraro e Cunha, Pinazza e Troccoli.

1.2 Fragmentação e Integração da Economia Mundial

“A formação de blocos é a edição mais moderna do teorema de Adam Smith em seu capítulo 3 da Riqueza das Nações: o limite de divisão do trabalho é o tamanho do mercado. Quanto maior o mercado... Até em processo de integração é com o olho no mercado¹, em sua ampliação, que se tratam os problemas estruturais da sociedade capitalista, da operação dos capitais e de sua tecnologia” (Galvan, 1994: 126)

A desintegração do bloco socialista (fim da bipolaridade) no início da década de 90, transcreveu uma mudança geo-política no quadro mundial, traduzida pelo fim da guerra fria entre os países centrais, levando, conseqüentemente, a uma concorrência acirrada com relação ao controle dos principais mercados do planeta. Esta atual condição mundial apresenta-se caracterizada por blocos econômicos, os quais se encarregam de facilitar a circulação de capitais entre os países que os compõem, constituindo-se, assim, na expressão mais nítida do processo de ampliação dos mercados.

Utilizando esta condição (fim da bipolaridade), Singer(1997:553), descreve o processo de globalização, tão evidenciado no momento atual, caracterizado pela superação de barreiras à circulação internacional de mercadorias e de capital, resultando em numerosos mercados mais concorrenciais. Porém, destaca que a existência das trocas internacionais de bens e serviços é antiga, reflexo da expansão da civilização européia do século XV, quando o mercado mundial foi sendo estabelecido gradualmente, em termos de formação, pelas grandes navegações iniciadas por Portugal

¹ Fiori destaca que a procura por mercados não se trata de um fato novo, uma vez que há 300 anos já se constatava direcionamentos que eram estabelecidos diretamente para os mercados, ou seja, para a busca por mercados. Enfatiza este pensamento, citando os Fisiocratas, os precursores do pensamento teórico econômico do capitalismo. Ver: Fiori, Globalização Financeira: A Vulnerabilidade das Economias Nacionais, proposta n° 68, 1996: 23.

e Espanha, as quais aparecem motivadas basicamente em função da mudança de tecnologia que se foi acelerando com o decorrer de períodos que envolve o século XX².

Nas últimas décadas do século XX, segundo Singer(1997:523), está ocorrendo uma expansão de mercados que aparecem caracterizando o processo de globalização econômica, o qual possui como principal motor o encurtamento das distâncias que permitem ao homem vencer, com menos custo de trabalho e tempo, a resistência do espaço.

Quanto ao entendimento sobre o processo de globalização, Hirst e Thompson(1998:2) acham também que a novidade atual é o acentuado grau de interdependência dos mercados, facilitada pela rapidez que envolve a utilização de novas tecnologias. Nessas circunstâncias, afirmam relevantemente que estas mudanças contribuíram para melhorar e acentuar o processo de comercialização. Todavia, acham que a interdependência dos mercados se iniciou, na realidade, nos últimos anos do século XIX.

Gorender(1996:02) afirma que o último terço do século XX apresenta-se marcado por transformações de grande importância no sistema capitalista mundial (processo de globalização), as quais reforçaram a essência do modo de produção capitalista. Estas transformações no sistema capitalista mundial são decorrentes da recente revolução tecnológica em vários setores e seus efeitos são observados nos métodos de produção e comercialização, nas relações de trabalho³, etc.

Já Rossetti(1997:839), afirma existir um intenso fluxo internacional de comércio, em razão de uma interdependência econômica das nações, quanto ao aspecto referente à diversidade em dotações naturais ou estruturais. Enfatiza as vantagens decorrentes do intercâmbio através da especialização de ganhos de escala e diversidade de produtos, os quais apresentam-se como um dos indicadores mais visíveis do processo

² Singer estabelece uma análise histórica onde distingue o que define por longa globalização mercantilista, curta globalização liberal e a contemporânea globalização imperialista. Segundo Singer, durante os séculos XVI, XVII, XVIII, a globalização foi praticada na modalidade mercantilista que se caracterizava basicamente por um intercâmbio internacional disciplinado por regras, as quais visaram o enriquecimento dos estados. Logo após, descreve outra etapa histórica onde relata o início do liberalismo na prática que teve como aspecto fundamental a Revolução Industrial, a qual contribuiu para o encurtamento das distâncias em escala local, regional e internacional. A outra etapa histórica enfatizada trata da globalização imperialista que se caracteriza por um encurtamento maior das distâncias. O comércio internacional passa a ser enquadrado e condicionado, porém, não reduzido dentro das regras impostas pelas potências imperialistas. Singer, 1997:522.

³ As necessidades de acumulação do capital enfrentadas pelo capitalismo neste final de século, levaram às últimas consequências sua condição de sistema mundial, gerando mudanças significativas no modo de se produzir as coisas em todo espaço institucional sobre o qual se assentam as relações de mercado. Paulino e Rebelo, 1997:06.

de globalização, definido como estágio avançado das trocas internacionais intensificadas, em múltiplos campos.

Desta maneira, dentre as interpretações descritas, podemos afirmar que a globalização aparece, neste final do século, alterando, anulando ou recriando configurações nacionais, isto é, as economias nacionais tornam-se cada vez mais interdependentes, com os processos interrelacionados de produção, troca e circulação adquirindo um caráter global. Dentro de tais parâmetros, as mudanças tecnológicas e a crescente integração das finanças internacionais aparecem como importantes fatores que contribuem para reestruturação das atividades econômicas. Esta reestruturação da economia mundial é baseada na incorporação de novas tecnologias, cujas escalas de produção têm como objetivo a integração⁴ de mercados internacionais dentro dos espaços entre estados.

As atuais circunstâncias revelam uma reordenação internacional, que dependerá das soluções internas que cada um desses países dêem ao seu modo de desenvolvimento e da capacidade de articulação com seus vizinhos, gerando processo de integração regional e refletindo novos pólos de crescimento e de poder na economia mundial.

Este quadro mundial é definido por alguns como a “nova divisão internacional do trabalho”. Descreve-se uma redefinição dos contornos geo-políticos, econômicos e sociais que precisam ser considerados analiticamente. Neste contexto, emerge uma nova etapa do desenvolvimento das forças produtivas, com características globais.

O processo de globalização econômica exerce influência em quase todos os níveis de produção e de comercialização. Além disso, o processo apresenta como características as vantagens comparativas, parceria de integração regional, reconversão das atividades, acordos de livre comércio visando, desta maneira, assegurar a possibilidade de impactos relevantes com referência às relações comerciais entre países e blocos econômicos.

⁴ Maiores detalhes com referência ao conceito de integração. Ver Rolim, C.F.C. Integração x Integração: A busca dos conceitos perdidos. In: Lavina, Cardeal, L.M.F., Nabuco, M.E.(orgs). Integração, Região e Regionalismo, Rio de Janeiro, Bertrand, Brasil, 1994.

Este processo caracteriza-se por um direcionamento forte no caminho da multipolaridade, um novo sistema de poder que sugere a ampliação dos mercados consolidada pela formação dos mega blocos, os quais buscam ampliar a concorrência no mercado internacional.

Neste contexto é importante ressaltar que apesar do GATT e OMC⁵, responsáveis pela coordenação do comércio mundial via acordos comerciais, existem em diversos casos barreiras e restrições à entrada de produtos em determinados mercados⁶. Entretanto, esta condição de restrição ou não de mercados está relacionada fundamentalmente com a necessidade ou não de produtos por parte do consumidor.

Seguindo este pensamento de destaque com referência aos consumidores, Plantanov enfatiza que esse “mundo sem fronteiras” vai depender basicamente dos consumidores, bem como das condições econômicas do país:

“Estes blocos prometem ser a grande força do próximo século, elevando em magnitude as disputas comerciais, agora em um mundo sem fronteiras, que aproxima produtos e consumidores através da comunicação imediata e dos meios de transporte cada vez mais rápidos” (Plantanov, 1994: 8).

⁵ As relações internacionais de troca eram coordenadas através de acordos comerciais, em princípio, pelo GATT (Acordo de tarifas e comércio) o qual constituiu-se um elemento importante quanto à liberação comercial. O GATT supervisionava a crescente liberação das relações de comércio internacional no período pós-guerra, funcionando, desta maneira, como uma instituição responsável por coordenar os princípios liberais, através do estabelecimento de acordos nas relações econômicas internacionais. De maneira mais recente, em 1995 se estabelece um novo acordo mais abrangente do que os antigos acordos do GATT, através da criação de uma nova instituição, a Organização Mundial do Comércio(OMC). As novas condições que coordenava o comércio internacional passava a regulamentar diversas outras atividades. Além do comércio de produtos industriais, representava, segundo Holanda Filho(1994:1860) citando Lafer, “a grande expressão do aprofundamento e do alargamento da lógica da globalização econômica pós-guerra fria”. No entanto, apesar das disposições da OMC, os países desenvolvidos não se mostram propensos a abandonar determinadas medidas restritivas à importação de certos produtos agrícolas ou industrializados através de barreiras não tarifárias camufladas em exigências sanitárias, não atingidas pelas regras da OMC, mas aplicados aos produtos in natura. Holanda, 1997: 1874, 1875, 1877 e 1888.

⁶ Mesmo contrariando os princípios do GATT (General Agreement on Tariff and Trade), a comunidade Econômica Européia (CEE), EUA(com Canadá e México) e Japão (com os países do sudeste asiático) estabelece barreiras tarifárias e não tarifárias para a entrada de determinados produtos. Enquanto isto, nos países periféricos desenvolve-se um neo-liberalismo. Alves, 1992:130.

Descreveremos a seguir, de uma forma geral, os principais blocos econômicos a nível mundial dentre outros existentes no planeta⁷, como uma maneira de exemplificar o processo de globalização da economia dos dias atuais.

A Comunidade Européia foi um dos primeiros blocos econômicos a ser formado. Atualmente é composta pela Alemanha (liderança do bloco), França, Grã-Bretanha, Holanda, Portugal, Espanha, Itália, Luxemburgo, Dinamarca, Irlanda e Bélgica. É importante mencionar que este bloco econômico possui aproximadamente 329 milhões de consumidores, constituindo-se no maior bloco comercial, desde 1993.

O Bloco Econômico Europeu é caracterizado por uma elevada exigência quanto à qualidade e à apresentação de produtos. Porém, o consumidor europeu mostra-se com gosto bastante heterogêneo. Desta forma, a exportação de produtos para este bloco econômico deverá levar em conta estas diferenças preferenciais que é característica dos países que o formam.

Recentemente, existe outro grande bloco econômico composto pelos Estados Unidos (liderança do bloco), México e Canadá. Trata-se da NAFTA, (Acordo Norte-americano de Livre Comércio), que apresenta como destaque em seu objetivo a dimensão econômica, ou seja, caracteriza-se pelo livre comércio e pela livre circulação de bens e serviços.

A formação do NAFTA se deu em função da preocupação dos Estados Unidos com o avanço do Japão e com a consolidação da Europa através da Comunidade Européia, pois tais fatores direcionam a uma apreensão, por parte dos norte-americanos, quanto às fatias do mercado mundial e ao seu poder de relação comercial, bem como quanto a competitividade diante desses países. Apresenta-se exigente, porém, não tão exigente quanto o Bloco Econômico Europeu, com relação ao padrão e às normas técnicas que envolvem a qualidade do produto.

⁷ Além dos principais blocos econômicos, responsáveis por grande parcela da produção mundial, existem outros, tipo a Organização Européia de Cooperação Econômica (OECE) que surge logo após a Segunda Guerra Mundial; no lado oriental da Europa, as ex-repúblicas soviéticas formam a Comunidade de Estados Independentes (CEI), a qual tem como objetivo a formação de um mercado comum. Na Ásia e na Oceania dois projetos de integração regional estão se desenvolvendo simultaneamente. A Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) e a Cooperação Econômica da Ásia do Pacífico (APEC). Além dessas, pode ser observada em diversas regiões do globo, a existência de outras iniciativas de regionalismo. O grupo de 3, reunindo Colômbia, México e Venezuela, o Mercado Comum da América Central (MCAC); a Associação de Livre Comércio do Caribe; a Comunidade Econômica da África; o Conselho de Cooperação do Golfo, sem mencionarmos o Grupo Andino e a Aladi. Guedes, 1999:107, 108 e 109.

Outro bloco econômico de extrema importância, dentre todos que existem a nível mundial, é o Bloco Asiático, composto pelo Japão (liderança do bloco) e China, além de incluir os “quatro tigres asiáticos”, Taiwan, Singapura, Hong Kong e Coréia do Sul que se caracterizam pelos interesses econômicos, objetivando, desta forma, a coordenação de atividades, investimentos tecnológicos e exportações. Este bloco econômico pode representar, num futuro próximo, um mercado relevante, com referência aos consumidores.

Dentro do contexto que envolve vários blocos econômicos, destacamos, também, o bloco latino-americano, formado inicialmente pelo Brasil (liderança do bloco), Argentina, Paraguai, Uruguai, através da assinatura do Tratado de Assunção, em 26 de Março de 1991 e que tinha como objetivo a constituição de um mercado comum, o Mercosul⁸. No entanto, só a partir de 1994, este bloco econômico passou a funcionar como uma área de livre comércio, sendo que apenas em 1º de Janeiro de 1995 entrou em plena atividade.

O Bloco Latino-Americano apresenta-se caracterizado pela exploração das vantagens comparativas dos países-membros, através da especialização em determinadas atividades econômicas, visando ter um produto de boa qualidade, logo competitivo no mercado, uma vez que o Mercosul apresenta, por um lado, a regionalização, através da consolidação dos blocos econômicos e, por outro lado, a globalização, através do aprofundamento da internacionalização das economias nacionais.

Desta forma, a divisão do mundo em blocos econômicos busca melhorias nas suas relações comerciais. Uma das maneiras possíveis para alcançar tal objetivo é o aproveitamento das vantagens comparativas, as quais possuem, como finalidade, ganhar adicionalmente consumidores espalhados pelo planeta.

Para Teubal(1984:16), existem dois aspectos fundamentais que poderiam ser utilizados pela América Latina nesta inserção na economia mundial: o surgimento de novos produtos de exportação e a crescente dependência alimentar do exterior, ou

⁸ É importante percebermos que a partir de 1990 houve uma profunda modificação no tratado de integração, via assinatura da Ata de Buenos Aires, a qual reduzia o estabelecimento do mercado comum para um prazo de cinco anos, que correspondia ao período de 31/12/94, fixando um mecanismo automático e progressivo de reduções tarifárias para liberalizar o comércio bilateral. Tal situação permitiu que as forças de mercado se beneficiassem deste

seja, “o fim da auto-suficiência alimentar”, que traduzem as mudanças na estrutura do comércio exterior.

Nestas circunstâncias, segundo Nakano(1994:26), o fenômeno da integração regional apresenta-se como uma característica da economia internacional, que marcará todo o processo de reorganização do sistema internacional, destacando que o conhecimento profundo dessas tendências é um pré-requisito fundamental para definir a estratégia de inserção mundial de qualquer país.

1.3 Mercosul – (Características e Perspectivas)

O momento atual apresenta, de um lado, a tendência à globalização do mercado, a qual estimula os fluxos internacionais de mercadorias e os investimentos, atuando, desta forma, na eliminação dos entraves à competição no espaço mundial (ocorrendo novas modalidades de fusão e integração destinada à competição do mercado mundial). De outro lado, ocorre a tendência à regionalização dos mercados que atua no interior de cada bloco. Entretanto, é importante entender que estas duas tendências não são contraditórias, pois a regionalização é, em grande medida, uma particularidade da globalização⁹.

“A atual conjuntura indica pois, dois movimentos aparentemente opostos, mas interdependentes. O processo de globalização da economia mundial que une todas as nações e regiões a um movimento único que integra o conjunto da humanidade, numa civilização planetária, na qual as necessidades do planeta sobrepõem as lógicas particulares. Mas, ao mesmo tempo, para situar-se neste mundo global, as nações, assim como as regiões e os diferentes agentes sociais se vêem obrigado a fortalecerem-se localmente para competir nesta economia mundial” (Santos, 1993:63).

processo na medida em que eram conseqüentemente, privilegiados os aspectos comerciais, deixando as alternativas conjunturais de desenvolvimento colocado no plano inferior. Baptista, et al. 1994, especificamente o capítulo VI.

⁹ “Así, la globalización no se desarrolla de manera lineal, sino no el marco de grandes obstáculos que marchan em dirección contraria. Ao lado de los factores que impulsan a quel proceso, algunas contratendencias intensifican el proteccionismo, lá cerrzón de las economías e incluso da fragmentación de los estados nacionales”. Guillén, 1994:379

Esta consolidação dos blocos de mercado tem como objetivo básico a concorrência entre as nações através da concorrência entre regiões. A formação do Mercosul revela uma estratégia de defesa em relação a outros blocos, no sentido de obter um maior nível de competitividade para, a partir daí, desencadear o comércio internacional. Porém é importante evidenciar que cada país, dentro deste contexto de integração, procura viabilizar seus interesses estratégicos, pois dele depende seu esforço integrador.

Várias tentativas de integração da América Latina foram realizadas em períodos anteriores¹⁰. Podemos destacar, por exemplo, a Associação Latino-Americana de Livre Comércio(ALALC), no início de 1960, e o tratado de Montevidéu que criou a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), em 1980. No entanto, só posteriormente estas tentativas de integração vieram a ser consolidadas, através do Mercosul que nasceu com a aproximação entre Brasil e Argentina, a partir de 1986.(Ver anexo:1)

Em 26 de março de 1991, através da assinatura do Tratado de Assunção, Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai passaram a constituir o Mercado Comum do Sul(Mercosul). Recentemente, juntaram-se aos demais o Chile e Bolívia, formando a zona de livre comércio. Os números do Mercosul demonstram o Brasil e a Argentina como as forças mais poderosas, sendo o primeiro visto como carro-chefe do bloco econômico da América Latina (Ver anexo:2).

O Mercosul apresenta-se caracterizado, de uma maneira geral, como uma alternativa para aumentar as possibilidades de comércio entre os países-membros via exploração das vantagens comparativas. O bloco latino-americano tem como objetivo obter uma maior competitividade frente aos demais países no mercado internacional. Os efeitos mais importantes correspondem aos ganhos graças ao desvio do comércio dentro do bloco¹¹.

A integração econômica oferece, em princípio, oportunidades de obtenção de benefícios a todos os países-membros do Mercosul, com referência ao

¹⁰ As primeiras idéias integracionistas na América Latina nasceram no século XVIII, Simón Bolívar (1873 – 1930) foi um dos principais defensores destas idéias. Ver: Montoya e Guilloto, 1997:23.

¹¹ O efeito mais importante para os países envolvidos no bloco corresponde aos ganhos devidos ao desvio do comércio para dentro do bloco. O Brasil complementarará suas necessidades de importação com os excedentes dos

aumento de mercado através da exploração das vantagens comparativas específicas de cada um desses países, utilizando os produtos que possuam qualidade para competir no mercado e adquirindo, conseqüentemente, um maior poder de negociação com outros blocos econômicos e organismos internacionais.

No entanto, alguns participantes podem não aproveitar essas oportunidades de forma integral, ou ainda, deixar de usufruir delas em razão das dificuldades que cada país enfrenta em vários setores, dificuldades traduzidas na necessidade de uma reestruturação de determinadas atividades econômicas, as quais poderiam ser melhor exploradas. Em outros termos, a realidade, em vários casos, demonstra a ausência de uma reconversão produtiva. Esta situação representa a insuficiência da qualidade do produto em responder às exigências do mercado internacional.

O bloco latino-americano apresenta-se, de uma maneira geral, importante para o fortalecimento dos países que o formam, com relações as trocas comerciais, uma vez que passam a ser negociadores potenciais com outros blocos já formados ou em formação. Especificamente para o Brasil, o Mercosul configura-se como uma alternativa para compensar as perdas provocadas pelas instabilidades que ocorrem freqüentemente no comércio internacional.

Neste contexto de globalização econômica, em que está inserido o Mercosul, dentro destas relações econômicas internacionais, é importante destacar as políticas macroeconômicas, de forma específica, a tributária e a cambial, como elementos que contribuem para a elevação ou retração destas relações.

A integração econômica e, mais ainda, a abertura comercial, segundo Henz (1995:15), estão associadas às reformas em curso das políticas macroeconômica e setorial, as quais colocam de forma clara os problemas presentes, acelerando a necessidade de transformações e abrindo novos horizontes. Desta forma, as antigas estruturas de produção não podem mais gerar respostas aceitáveis.

A questão tributária é merecedora de cuidado nas relações de troca internacional, uma vez que uma carga de imposto sobre determinados produtos

outros países no bloco. Como bloco, tenderão a ganhar maior parcela das exportações, seja pelo declínio da auto-suficiência na CEE, seja pela obtenção de pequena parcela das exportações dos EUA. Teixeira e Delgado, 1993:60.

possibilita a criação de vantagem competitiva inversa destruindo, muitas vezes, o seu poder de competitividade.

Especificamente, a política brasileira de liberação comercial, segundo Lemos (1996:244), desde o início de 1990, apresenta-se com uma redução substancial do imposto de importação de insumos para a agricultura e produtos agrícolas. No entanto, avalia-se que as exportações agrícolas e de semiprocessados continuam excessivamente taxadas, prejudicando a competitividade brasileira (caso específico da fruticultura tropical nacional).

Esta política tributária brasileira, que se caracteriza por uma elevada carga de impostos sobre a produção agrícola e agroindustrial, segundo Jank (1993: 354), aumenta o custo de nosso produto, desestimulando a melhoria de sua qualidade e influenciando, muitas vezes de forma desfavorável, a vantagem comparativa de determinado setor.

Quanto à questão cambial, apresenta-se descrevendo mudanças radicais nos padrões de comércio, pois, dependendo da forma como é fixada, causará um superávit ou déficit na balança comercial de um país, ou seja, favorecerá ao setor de exportação ou de importação. No caso de um déficit, a perda de competitividade deve ser compensada por medidas como redução da carga tributária, incentivo à exportação, abertura de processo anti-dumping, etc. Estas medidas poderão estabelecer níveis concorrenciais satisfatórios nas relações internacionais com outros países (intra – bloco ou extra – bloco).

Na realidade, apesar da possibilidade de alguns países adotarem barreiras alfandegárias elevadas para se protegerem da concorrência dos produtos de origem externa, esta globalização dos mercados, via blocos econômicos, apresenta a possibilidade de obtenção de grandes mercados para a colocação de produtos de qualidade de outras regiões, através de um aproveitamento das vantagens comparativas específicas de cada país, utilizando, na atualidade, adequada estrutura de comercialização de produto, que garante a qualidade destinada a qualquer parte do planeta.

Desta forma, a inserção do Mercosul nesta divisão do mundo em blocos econômicos, apresenta-se privilegiando em destaque as vantagens comparativas dos

países que o formam, especificamente em atividades econômicas bastante promissoras e receptíveis ao mercado mundial.

O Brasil, inserido no Mercosul, apresenta vantagens comparativas destacáveis. Dentre outras¹², destacamos a fruticultura tropical, que poderá estabelecer um aproveitamento das margens preferenciais dos consumidores espalhados pelo mundo, os quais possuem melhores condições de renda¹³ e estão dispostos a consumir produtos saudáveis.

Reforçando este pensamento, Zandonadi (1994: 04) afirma que o Brasil poderia ganhar mais espaço no mercado internacional em um segmento da economia que se destaca com vantagem comparativa em função da abundância de recursos naturais, terra e mão-de-obra (fruticultura tropical), adquirindo, desta maneira, condições de aumento de competitividade neste setor. Porém, o sucesso da abertura de fronteiras dependerá, em grande parte, das negociações mundiais, como também das políticas econômicas que estimulem o aumento da participação deste segmento no cenário internacional.

Henz (1995:15) destaca relevantemente que a necessidade de reconverter alguns setores produtivos da agricultura brasileira (frutas tropicais) vai além do processo de mudanças estruturais efetivadas com a implementação do Mercosul, uma vez que estes programas de reconversão devem direcionar o seu ataque às causas da perda de competitividade nacional, detectando as suas origens.

Desta maneira, esta condição de sócio no Mercosul representa um desafio para a fruticultura brasileira em razão da necessidade de políticas que visem, por exemplo, estimular a intensificação do processo de geração e implementação de técnicas que contribuíram para reforçar a competitividade do setor.

No entanto, apesar deste processo de integração regional através de blocos econômicos abrir possibilidades e perspectivas novas e vantajosas, é preciso

¹² Dentre destas condições é importante observar que os produtos sensíveis brasileiros que tenderão a trazer riscos e perdas para o agricultor são: trigo, milho, arroz, cevada, soja, girassol, lácteos, frutas temperadas, alho, batata, cebola e carne bovina. Já os outros tendem a gerar vantagens para os nossos agricultores são: café, cacau, açúcar, álcool, "frutas tropicais", frango, suínos, tabaco, seringueira. Ver: Baptista, et al. Mercosul, das negociações à implantação, 1994.

¹³ O consumidor brasileiro possui, de uma maneira geral, uma insuficiência de consumo em razão da desigual distribuição de renda, resultando até em uma subnutrição. Melhores esclarecimentos: Bortoluzi, Consumo de Alimentos no Brasil e em especial em Campina Grande, 1993.

estar atento e ter cuidado com riscos por vezes bastante grandes. Em outros termos, a criação de acordos multilaterais de integração econômica regional do tipo NAFTA, MERCOSUL e COMUNIDADE EUROPEIA poderão dificultar a continuidade de políticas tradicionais de subsídios, colocando em competição direta nossos produtores, até então protegidos por barreiras geográficas e fiscais¹⁴.

1.4 As Mudanças de Hábitos Alimentares.

O final deste século é caracterizado por uma intensificação da globalização cultural- comunicacional¹⁵ iniciada na década de 60, através, por exemplo, de um melhor aprimoramento na informatização dos meios de comunicação, rápida disseminação de novas tecnologias, as quais contribuíram tendencialmente, desta maneira, para uma mudança de hábitos alimentares.

O momento atual aparece caracterizando-se pela intensificação das mudanças tecnológicas, promovidas pelo processo de globalização da economia¹⁶, visando à conquista de mercado e estabelecendo alternativas para produção primária e mais ainda para a agroindústria.

Estas novas tecnologias estabelecem a possibilidade real dos distintos mercados externos, em várias partes do planeta, consumirem produtos frescos com qualidade durante todo o ano, independentemente do produto ser de origem local ou de origem externa, graças à considerável melhoria nos sistemas de transportes e dos sistemas de conservação, colaborando, fundamentalmente, desta maneira, para uma boa comercialização. Estas melhorias destacadas anteriormente, devem-se ao desenvolvimento tecnológico, o qual estabeleceu um vínculo diretamente relevante para

¹⁴ Entretanto, de uma forma geral, o Brasil historicamente tem tomado suas decisões com referência à política externa de acordo com a articulação das forças econômicas e políticas vindas do exterior, transcrevendo as dificuldades encontradas pelas autoridades brasileiras, ao longo dos anos, quanto à atuação autônoma de sua política externa, demonstrando que o país jamais exerceu plenamente sua sabedoria em razão, principalmente, da característica de dependência de sua inserção no comércio internacional. Maiores esclarecimentos, ver: Santos (1999), que discute o comportamento da política externa brasileira dos pós-guerra até os anos 80.

¹⁵ Dentro do século XX, a década de 60 aparece promovendo o caminho direcionado a mudanças de hábitos que hoje acentua-se, uma vez que foi nesta década que despontou a globalização cultural – comunicacional, a qual apresentava, dentre os seus aspectos: a difusão dos padrões de consumo e dos estilos, de vida americanos a nível mundial, através das televisões nacionais e pelo cinema. As notícias, neste atual momento, são vinculadas instantaneamente através dos telejornais que utilizam a tecnologia de satélites. Estes relevantes aspectos demonstram que a década de 60 foi de grande importância para as fundamentais e consideráveis mudanças nos meios de comunicação, os quais provocaram forte impacto com relação a mudanças de hábitos. Maiores informações, Ferreira e Viola, Incertezas de Sustentabilidades na Globalização, 1996:7,12, 20, 24 e 27.

¹⁶ A mundialização, que diz respeito aos usos e costumes, à cultura, à estrutura social, ao comportamento; e a planetarização, que toca a política, as instituições, as estruturas de poder, cálculo militar, as razões de estado. Dreifuss, citado por Oliveira, 1997: 6.

os serviços do comércio, levando a uma maior facilidade ao acesso aos mercados com condições de qualidade.

Desta maneira, a década de 90 é envolvida por aspectos que marcam fundamentalmente esta passagem do milênio, como, por exemplo, as inovações nos meios de comunicação e a preocupação ambiental, as quais apresentam-se responsáveis de forma significativa pelo aumento da demanda alimentar, especificamente ligado a produtos naturais, conforme indica Pinazza.(1999:15).

“Nos trabalhos de comunicação comercial, um grande chamariz a ser explorado para desenvolver o consumo das hortifrutícolas está nos conceitos médicos da área da nutrição humana. Esses alimentos têm baixo nível de caloria e altas concentrações de vitaminas, fibras e sais minerais. É a dieta perfeita para adquirir resistência a variadas moléstias. Por tudo isso, dentro do sistema brasileiro de alimentos e fibras, a cadeia da hortifruticultura aparece entre as primeiras do país, em termos de respostas a curto prazo, para geração de renda e emprego”.

Nesta atual década, aparecem principalmente em destaque, quanto à demanda por produtos naturais, os países desenvolvidos. É importante mencionar que, apesar de eventuais problemas econômicos que possam ocorrer nestes países, a sua demanda ligada a produtos frescos e naturais não será afetada diretamente, uma vez que seu consumo está muito atrelado a uma maior conscientização com relação à estética e à saúde, compensando, desta maneira, as eventuais quedas que possivelmente pudessem vir a existir decorrentes de flutuações do nível de atividade econômica.

O que ocorre no momento são importantes aumentos de consumo, com referência a produtos alimentares de alta qualidade, principalmente relacionados a frutas frescas, por parte dos países desenvolvidos que possuem um regular crescimento em sua demanda. Dentre outros países, podemos destacar exemplos claros deste aspecto econômico nos Estados Unidos e na França¹⁷.

¹⁷ Os Estados Unidos destacam-se em termos proporcionais com relação às frutas e hortaliças frescas dentro do total de informações agroalimentares. Esta análise é estabelecida através de dois períodos distintos da economia norte-americana, ou seja, em 1981, os EUA importavam 15%, já em 1991, houve uma perceptível elevação, uma vez que passaram a importar, neste determinado momento, em torno de 25% de frutas, hortaliças frescas. Já a França

“Outras fontes indicam que nos próximos 10 ou 15 anos o consumo de frutas e hortaliças frescas se duplicará e o de congelados e sucos crescerá em 25%, enquanto que o de enlatados diminuirá em torno de 25%. Isto abrirá novas oportunidades à oferta de produtos de países como o Brasil que tem complementariedade de produção com os países do Hemisfério Norte.”(Carraro e Cunha, 1994:45).

Para estes autores, a mudança dos hábitos de consumo, na década de 90, aparece em função de certas mudanças dentro do atual contexto mundial, relacionadas ao consumo de alimentos, os quais possuem como uma referência forte os aspectos sócio-econômicos. Estes autores destacam, fundamentalmente, para esta mencionada mudança, uma baixa geral de natalidade, que contribui para o aumento da demanda de alimentos frescos, saudáveis e nutritivos. Além disso, os autores destacam também a importância da diminuição do tamanho dos núcleos familiares ocasionada pela intensificação da inserção da mulher no mercado de trabalho (caso da França, Inglaterra e Estados Unidos).

Dessa forma, as mudanças de hábitos alimentares denotam a rotina diária da vida moderna em que os consumidores apresentam descontrole nos horários e nos costumes das refeições, o que os direciona para refeições mais rápidas e fáceis, estabelecendo um aumento do consumo de frutas frescas.

Trocoli (1999:52) afirma que, à medida que aumenta a renda real dos consumidores do primeiro mundo, estabelece-se o crescimento com referência ao padrão de exigências, uma vez que esses não se incomodam em pagar mais por um produto melhor. Especificamente, no caso do Brasil, o autor lembra que, embora o público ainda não tenha chegado ao nível norte americano de sofisticação de escolhas e de poder de compra, uma parcela considerável de pessoas aproxima-se muito do perfil típico de consumidores do primeiro mundo, ou seja, estão dispostas a pagar mais pela conveniência de dispor de um produto já pronto¹⁸.

destaca-se em razão de importância dada às frutas e hortaliças frescas, as quais ocupam segundo lugar nos gastos de alimentação da população deste referido país. Ver: Carraro e Cunha, 1994:43.

¹⁸ Infelizmente no Brasil, a exportação de frutas apresenta obstáculos para chegar ao mercado consumidor por não gozar de imagem positiva quanto à qualidade, necessitando, desta maneira, de um trabalho a ser desenvolvido nesta área. É preciso levar aos distribuidores um treinamento técnico sobre conservação e manuseio de produtos tropicais, melhorando em qualidade e evitando perdas comerciais. Pinazza, 1999:13

Esta realidade mostra, de maneira bastante relevante, perspectivas promissoras de crescimento do consumo de frutas frescas, condicionadas a vários motivos ligados diretamente ao consumidor. Dentre os vários motivos, destaca-se inicialmente o aspecto saudável do produto a ser consumido. Existe uma grande preocupação com a qualidade e a origem dos produtos relacionados com a saúde. Determinados tipos de consumidores apresentam uma sensibilidade crescente relacionada a aspectos ecológicos e dietéticos. Os habitantes dos países desenvolvidos, principalmente, exigem uma linha de nutrição com mais qualidade, baseada em produtos mais saudáveis e naturais.

Outro motivo importante a ser destacado é a comercialização do produto, a qual só se estabelece de maneira permanente se houver obviamente o interesse por parte do consumidor em consumir determinado produto. Em razão disto, destacamos relevantemente as campanhas publicitárias, a marca do produto e os sistemas de transporte como fatores responsáveis por uma boa comercialização, pois respondem, na maioria das vezes, às exigências do consumidor, agente fundamental para realização do processo.

As campanhas publicitárias podem envolver todo tipo de produto a ser comercializado, contribuindo, pelo menos, para a manutenção do consumo. Uma propaganda bem feita descreve a qualidade do produto, ganha mais consumidores, principalmente aqueles de maior idade, que são geralmente, mais exigentes.

A existência de uma marca no produto é de extrema relevância para um crescimento maior desta comercialização, sendo necessária, para uma maior segurança, uma maior garantia ligada à higiene e à qualidade do referido produto.

Dentre os fatores que contribuem para a comercialização e que envolvem mudanças de hábitos alimentares, destaca-se o sistema de transportes, os quais poderão se apresentarem adequados a levar o produto a qualquer parte do planeta, o que provoca o aparecimento de um consumidor aberto a novidades, a produtos novos e novos sabores, privilegiando e levando a uma crescente importância, aspectos ecológicos e de saúde.

Entretanto, com relação ao aumento do consumo de frutas, não podemos deixar de mencionar também, como aspecto relevante para a mudança de hábitos

alimentares, a importância da estrutura geográfica, do crescimento da população e da evolução do PIB per capita, uma vez que eles estabelecem uma ligação direta com a elevação da demanda, que aparece condicionada ao nível de renda per capita e à sua distribuição, isto é, as condições sócio-econômicas de um país.

Desta forma, a década de 90 apresenta-se caracterizada por consideráveis mudanças, em função das grandes exigências dos consumidores e instituições, envolvendo, desta forma, certas pressões referentes ao cuidado com o meio ambiente. Como exemplo, podemos relatar a restrição à entrada de frutas frescas ou processadas por partes de diversos governos, em razão de níveis de resíduos superiores, com relação ao uso de agrotóxicos.

Nos padrões exigidos pelo mercado, as novas tecnologias apresentam-se como responsáveis pelos fluxos mais livres de bens, serviços e capitais, levando uma modificação no padrão de distribuição de produtos. Seguindo esta lógica, o processo de globalização da economia direciona os mercados alimentares a importantes reformulações estratégicas diante da concorrência que, na atualidade, torna-se mais acirrada, impulsionada por uma tendência a uma maior abertura das economias nacionais. Dessa forma, dentre as reformulações impostas pelo processo, poderemos destacar como aspecto básico, a melhoria da qualidade do produto atrelado ao cumprimento dos prazos de entrega¹⁹.

O contexto atual apresenta-se com perspectivas promissoras para os produtos naturais, graças a esta evolução dos novos processos tecnológicos, como já descrevemos anteriormente, uma vez que delimita um espaço extremamente relevante dentro do mercado alimentar, estabelecendo uma possibilidade de crescimento significativo de frutas in natura em razão do elevado potencial de consumo a nível mundial.

No entanto, segundo Lício (1997: 33), o cultivo de frutas precisa, dentro deste mercado, de um grau de organização da produção e comercialização entre os agentes produtivos. Como nossa estrutura econômica é ineficiente, precisamos do apoio do estado para os setores privados diretamente produtivos quanto à defesa fitossanitária,

¹⁹ Melhores detalhes ver: Cavalcante, Josefá, Saete, Barbosa. O processo de Globalização e seus impactos sobre a agricultura, 1994.

organização de produtores, pesquisa e desenvolvimento tecnológico, assistência técnica, e capacitação profissional, sementes básicas e mudas, promoção e marketing, sustentabilidade ambiental e infra-estrutura de transporte, energia e telecomunicações.

O mercado mundial define uma estratégia de qualidade para cada fruta que envolve, por sua vez, estratégias de conquistas de mercado. Porém, para conseguir responder às exigências internacionais, é preciso fundamentalmente recursos financeiros, ou seja, volumes financeiros consideráveis. Diante deste contexto econômico internacional, é necessária uma participação maior do estado, com referência ao apoio em determinados setores da economia que poderão ter condições de competir no mercado mundial.

Souza e Carraro (1994: 16), tratando de uma forma mais aprofundada a fruticultura, apresenta a necessidade de uma política para o setor, através de programas oficiais que visam à qualidade da fruta em duas vertentes: a qualidade, que é obtida por um conjunto complexo de procedimento ao longo de toda a cadeia de operação de um processo de exportação, e a conquista de mercado exigente, que tem como premissa o cumprimento rigoroso dos requisitos da qualidade em todas as fases do processo.

1.5 Conclusão

Este primeiro capítulo mostrou que, através de novas tecnologias, poderemos obter uma infra-estrutura mais adequada à comercialização do produto com qualidade para qualquer parte do mundo, criando a possibilidade de ganhos de mercado no contexto atual, caracterizado pela globalização econômica.

Esta atual realidade poderá ser explorada pelo Mercosul (bloco latino-americano), especificamente pelo Brasil, através das suas potencialidades, ou seja, de suas vantagens comparativas, caso, por exemplo, da fruticultura tropical nacional. Esta situação acontece em razão da possibilidade de obtermos, neste momento, através das novas tecnologias, adequados métodos de comercialização, que podem fornecer para qualquer lugar do mundo o produto com boa qualidade, ganhando, desta forma,

consumidores espalhados em diferentes países, com condições de renda e dispostos a pagar.

A conscientização com relação à estética, à saúde, aos aspectos ecológicos e dietéticos, somados aos padrões de comercialização mais adequados de qualidade do produto (frutas), traduzem o destaque da demanda por produtos naturais, especificamente nos países desenvolvidos, os quais apresentam relevantes aumentos de consumo, com relação a produtos alimentares de qualidade, caso específico das frutas frescas. Estes consumidores potenciais(países desenvolvidos) estão dispostos a pagar mais por um produto melhor, porém estabelecem um padrão de exigências para a qualidade do produto em relação aos consumidores nacionais, que possuem uma insuficiência de consumo de alimentos, reflexo, de uma forma geral, da desigual distribuição de renda e da ausência do poder de compra. Dentre os blocos econômicos, a Comunidade Européia é a que apresenta mais exigências quanto ao padrão e às técnicas que envolvem a qualidade do produto.

No entanto, para o Brasil utilizar a sua fruticultura tropical, neste contexto globalizado, terá que reforçar a competitividade deste segmento. Poderemos compreender esta condição no capítulo 2, que demonstrará o destaque da fruticultura tropical e os problemas que impedem o crescimento mais satisfatório deste segmento econômico.

CAPÍTULO 2 - A FRUTICULTURA TROPICAL E A ATUAL CONJUNTURA MUNDIAL

2.1 Introdução

Como vimos no primeiro capítulo, a redução das distâncias estimulou as melhorias dos hábitos alimentares, levando a um aumento do mercado de frutas, em função de uma grande demanda, basicamente nos países desenvolvidos que estão inseridos nos blocos econômicos NAFTA e Comunidade Européia. Porém, o Mercosul também representa uma relevante participação em termos de consumo de frutas tropicais.

Mostraremos, neste capítulo, o destaque da fruticultura tropical brasileira, em termos de volume de produção global, onde se destaca a região Nordeste do Brasil, considerada como celeiro nacional de frutas por sua grande produção de destaque no cenário nacional, reflexo dos variados cultivos de frutas tropicais existentes na região.

No entanto, apesar do destaque em termos de volume de produção, as frutas nacionais, representam uma pequena quantidade exportada, em função dos gargalos tecnológicos, os quais impedem maiores ganhos de mercado, uma vez que estes não possibilitam respondermos às exigências do mercado internacional, quanto à qualidade do produto, perdendo, desta forma, grande número de consumidores com capacidade para consumir e dispostos a comprar.

2.2 A Fruticultura Brasileira

2.2.1 Fruticultura Nacional (Características – Perspectivas)

Neste contexto econômico mundial, o Brasil aparece inserido em uma posição de destaque no segmento da agricultura, cultivo de frutas tropicais, podendo obter perspectivas promissoras no momento atual. Esta situação acontece em razão de o Brasil ser um dos principais produtores de frutas in natura a nível mundial, representando, desta maneira, para a fruticultura nacional, uma imagem de grande importância como atividade econômica para o país, que poderá ser destinada a blocos

econômicos (Comunidade Européia, Nafta, bloco Asiático, Mercosul), atualmente existentes dentro do espaço mundial.

“O extenso território brasileiro, caracterizado por variadas condições climáticas e por distintos tipos de solos, apresenta uma produção agrícola extremamente diversificada, que confere ao país o título de principal produtor mundial em vários mercados. A fruticultura, apesar de representar apenas cerca de 5% das áreas cultivadas no país, é uma das atividades capazes de assegurar ao Brasil um percentual significativo do volume de produção global, colocando-o em primeiro lugar no ranking dos produtores de frutas in natura. Não obstante esta colocação, o Brasil destina apenas cerca de 1% da sua produção de frutas frescas para o exterior, ocupando apenas o 20º lugar entre os países exportadores de frutas frescas.”(Carraro e Cunha, 1994 : 9).

O mercado de frutas apresenta uma oferta direcionada para diversos países, entre eles, Estados Unidos, Israel e Nova Zelândia, os quais possuem uma participação importante neste contexto em que o Brasil aparece em destaque a nível mundial. No entanto, apesar deste destaque, a participação de suas frutas no cenário externo mostra-se ainda tímida. Essa situação acontece, em função basicamente da falta de informações das regras impostas pelo mercado internacional, que envolve barreiras tarifárias e sanitárias impostas pelos países consumidores. Além disso, poderemos destacar outras, tais como as grandes perdas na colheita e pós-colheita, os problemas nos serviços de classificação, embalagem, ausência de marketing, questão cambial (sobrevalorização) e impostos em demasia.

Esta situação acontece em razão das exigências do mercado externo quanto à qualidade, à regularidade do fornecimento e à pontualidade de entrega do produto. Tais exigências levam, na maioria dos casos, a uma ligação mais forte do produtor com o mercado interno, em função das menores exigências dos consumidores quanto à qualidade de frutas vendidas em relação aos consumidores dos países desenvolvidos em função da renda, não precisando, desta maneira, estabelecer uma

reconversão produtiva, ou seja, uma mudança de base tecnológica visando diminuir os custos e estabelecer uma especialização do produto destinado à comercialização.

Outrossim, apesar das boas condições naturais no Brasil e dos possíveis benefícios decorrentes do processo de integração, com referência à expansão de mercados consumidores poderá haver sérios problemas, se não houver estímulos por parte do governo, por meio de políticas macroeconômicas compatíveis com a realidade nacional.²⁰

“Existem condições ecológicas diferentes que permitem que certas espécies frutíferas tenham perspectivas mais favoráveis de desenvolvimento em um país do que em outro, embora não escapem dos problemas típicos da produção agrícola e sejam afetadas por políticas macroeconômicas (taxa de câmbio, renda dos consumidores, incentivos governamentais, etc.). Por outro lado, a imposição de impostos internos (a exemplo do ICMS no Brasil) sobre os produtos exportados inibe ou inviabiliza a ampliação das vendas externas”. (Amaro, et. al, 1994 : 815)

Neste cenário, que denota um novo ambiente competitivo, os agentes são forçados a colocar em prática estratégia de qualidade e de aumento de produção com redução do preço dos produtos finais, devido a novos rumos concorrenciais promovidos pela abertura das economias nacionais e pela formação de blocos econômicos.

A dinâmica da demanda mundial do mercado de frutas está subordinada às exigências dos padrões de qualidade impostas pelo mercado internacional. Diante deste quadro, é importante entender as características desse mercado e os fatores do sistema de regulação para compreender a sua implicação no processo de reestruturação de formas e sistemas de produção, além, ainda, de identificar instrumentos políticos que são utilizados pelos estados-nação para intervir no processo e no ritmo do

²⁰ Pimentel cita Tarud, (1996) para destacar as seguintes ameaças a serem enfrentadas pelos produtores e países exportadores, quanto ao mercado de frutas frescas: crescimento da oferta nos países produtores, aumentando a competição por preços; aumento de barreiras nos mercados exportadores, através do uso de quotas e vigilância sanitária; maior exigência dos consumidores quanto à qualidade, variedade, serviços e preços; maior poder dos distribuidores e; aumento da rivalidade entre os países competidores. Pimentel, 1998:12

desenvolvimento e analisar as redes e agências que fazem a mediação entre produtores e mercados, na nova ordem econômica internacional²¹.

Dentro destas circunstâncias é relevante a tecnologia de processo, a produção dos pomares, a qualidade das mudas e insumos aplicados, a especialização da mão-de-obra, a eficiência e a extensão da rede de distribuição de infra-estrutura regional, inclusive portuária, como sendo fatores condicionantes da competitividade nas relações comerciais. Outros fatores decisivos para uma atuação de êxito no mercado são escala de produção, existência de incentivos financeiros, domínio tecnológico e qualidade do produto²².

A participação brasileira na produção mundial de frutas (1991) representam um significativo volume na produção global²³, traduzindo sua posição de destaque no ranking dos principais países produtores, em razão basicamente do nosso extenso território com variadas condições climáticas e distintos tipos de solos. Este destaque brasileiro pode ser demonstrado pela produção específica da laranja e do mamão (1º lugar no ranking países produtores), da banana (2º lugar no ranking países produtores) e do abacaxi e abacate (4º lugar no ranking países produtores), como podemos ver na tabela 1.

TABELA 1

FRUTAS	PRODUÇÃO		PARTICIPAÇÃO DO BRASIL	
	BRASIL(1)	MUNDO(2)	%(1)+(2)	RANKING ENTRE PAÍSES PRODUTORES
ABACATE	0.1	2.0	5.0	4*
ABACAXI	0.8	10.1	7.9	4*
BANANA	5.6	47.7	11.7	2*
LARANJA	18.9	55.3	34.2	1*
LIMÃO E LIMA	0.4	6.8	5.9	6*
MAÇÃ	0.5	39.4	1.3	15*
MAMÃO	1.5	4.3	34.9	1*
MANGA	0.4	16.1	2.5	7*
MELANCIA	0.5	28.9	1.7	13*
UVA	0.6	57.2	1.0	20*
TODAS AS FRUTAS EXCETO MELÃO	31,3	348,1	9,0	1*

Fonte: IBGE, IBRAF, FAO - 1992

Apud: (Carraro e Cunha, 1994:09)

²¹ Estes aspectos revelam as mudanças nos cenários político-econômicos das relações entre países e nações do mundo contemporâneo. Cavalcante, Josefá Saete Barbosa, 1994. O Processo de Globalização e seus Impactos sobre a Agricultura. Trabalho apresentado no 18º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, MG, (Mimeo).

²² - Idem. Ibidem

²³ Maiores informações: Fundação CPE. Conquistas e Desafios para a Produção de Frutas na Bahia, 1994, Série Alternativa de Investimento 3, Frutas a Caminho de um Grande Mercado, 1996 e, Carraro e Cunha 1994.

Apesar de a fruticultura brasileira possuir um expressivo destaque com referência à produção mundial, não possuímos tradicionalmente laços fortes em termos de ligação com o mercado externo, onde menos de 1% da quantidade produzida é exportada, em função dos problemas na relação produção – comercialização. A exportação brasileira de suas principais frutas (1989 – 1992) demonstra os nossos níveis de exportações relativamente baixos, caso por exemplo do abacate, da maçã e da uva, recebendo, estas duas últimas, forte concorrência com as maçãs e uvas argentinas. Neste determinado período, podemos destacar, quanto à participação na pauta de exportações das frutas brasileiras, a laranja, a banana e o abacaxi (identificados como grupo de frutas tradicionais), o melão e o limão tahiti que conseguem responder, em termos relativos, às exigências do mercado internacional, basicamente quanto à qualidade do fruto. (Ver tabela 2)

TABELA 2

BRASIL-EXPORTAÇÃO DAS PRINCIPAIS FRUTAS FRESCAS (1989-1992)

PRODUTOS	QUANTIDADE				VALOR FOB				
	(1.000 t)				(US\$ Milhões)				
	1989	1990	1991	1992	1989	1990	1991	1992	1993
ABACAXI	6,7	4,7	7,9	6,8	1,5	1,4	3,3	2,0	7,0
ABACATE	1,9	2,3	4,7	6,5	1,5	1,4	0,6	4,6	-
BANANA	83,6	53,2	91,1	91,5	12,2	8,9	18,3	16,7	13,8
LARANJA	92,5	77,1	109,5	81,8	17,8	18,3	21,6	17,6	20,2
LIMÃO TAHITI	12,4	7,9	15,2	16,0	3,7	3,1	5,9	5,3	1,6
MAÇA	3,0	6,3	3,3	32,6	1,1	2,5	1,7	21,1	11,8
MAMÃO	4,7	4,0	6,7	4,9	2,2	2,0	3,3	2,5	2,9
MANGA	5,4	4,6	7,7	9,1	3,3	2,9	2,3	6,9	17,3
MELÃO	20,1	22,3	38,8	38,1	8,1	9,0	4,6	16,7	25,0
PAPAYA	3,0	2,7	3,6	3,4	1,0	0,8	1,5	1,6	-
TANGERINA	0,4	0,8	0,6	0,7	0,1	0,3	0,2	0,3	1,5
UVA	2,0	1,8	2,9	6,8	1,8	2,2	6,1	7,7	11,8
TOTAL	235,7	187,7	292,0	298,2	54,3	52,8	82,6	103,0	112,9

Fonte: DTIC/SECEX-MICT

Apud: (Carraro e Cunha, 1994:28)

Esta situação demonstra que a exportação de diversas frutas apresenta-se de forma desigual, pois algumas apresentam uma taxa de crescimento pequena ou até negativa, em relação a outras que possuem taxas de crescimento maiores. Esta desigualdade pode refletir o nível estrutural de cada camada produtiva, que envolve determinada fruta que precisa no momento atual, responder às exigências do consumidor (responsável pelo nível de demanda a ser determinado), quanto à qualidade, justificada pela condição de transporte, higiene e de produção. Além disso, ocorre também, muitas vezes, a imposição de barreiras alfandegárias e não alfandegárias²⁴

²⁴ É importante perceber que podem existir dificuldades de comercialização no mercado mundial que em geral não dizem respeito às alíquotas de importação dos países compradores, mas as barreiras não tarifárias impostas. Demonstramos esta situação, por exemplo, através do fechamento das importações de frutas brasileiras em

impostas por determinados mercados, políticas macroeconômicas (taxa de câmbio, renda dos consumidores, incentivos governamentais, etc.), dentre outros motivos que contribuem para estas taxas de crescimento desiguais.

As exigências dos mercados, referentes especificamente aos consumidores dos chamados países de capitalismo avançado, estimula as regras da distribuição dos produtos, que devem atender a certos pré-requisitos, destacando-se tamanho, forma, cor, sabor, aspecto da maturação, embalagens, condicionamento dos produtos em câmaras frigoríficas, tipos de transportes utilizados, até condições ambientais e higiênicas sob as quais os produtos são preparados para exportação²⁵.

As condições atuais que envolvem o mercado mundial revelam um fator de extrema importância: a familiarização das regras impostas pelo mercado internacional, com relação ao padrão de qualidade do produto (cor, tamanho, etc.) para os agentes econômicos. No entanto, produtores não familiarizados com estas regras, em razão de seu baixo poder aquisitivo, bem como do grau inferior de conscientização que os mesmos possuem de tais regras, vêm estabelecer relações fora das condições impostas para o tempo de plantar, colher e vender, as quais revelam atitudes de grande importância para ganhos de mercado.

O destino das exportações brasileiras de frutas direcionam basicamente ao mercado da América do Norte, onde podemos destacar os Estados Unidos, ao Canadá (NAFTA) e ao mercado Europeu, onde podemos destacar a Comunidade Européia (que mais tarde transformou-se em União Européia). Nestes mercados, os consumidores possuem poder de compra e estão dispostos a pagar, porém, exigem a qualidade como aspecto essencial para a compra do produto. Outro mercado de destaque para as frutas nacionais é o Mercosul, que se apresenta promissor quanto ao aumento de vendas basicamente das frutas tropicais, uma vez que as frutas de clima temperado defrontam-se com a concorrência das frutas argentinas. Podemos destacar, dentre as frutas brasileiras, o abacaxi, que se destina basicamente para o bloco econômico do Mercosul (sobretudo para a Argentina), apesar de a Comunidade Européia apresentar uma tendência crescente de aumento de demanda para este fruto. Além do abacaxi, a laranja, o limão, a maçã, o mamão, a manga, o melão, a tangerina e a uva apresentam também destaque relativo nas exportações destinadas à Comunidade Européia. A tabela 3, descreve o destino das exportações brasileiras de frutas frescas por grandes blocos (1990 – 1992) em U\$ 1000.

determinado período no mercado japonês, alegando mosca da fruta em todo território nacional, obrigando, desta maneira, as empresas brasileiras a investirem fortemente em equipamentos de tratamento de frutas. Portanto, as exigências dos mercados estrangeiros não apenas referem-se às condições sanitárias, de qualidade e de embalagem, mas também à priorização de variedade de maior aceitação. Ver: Cavalcante, 1994

²⁵ Neste contexto, estão presentes órgãos encarregados, especificamente, de inspecionar a qualidade dos produtos de exportação. Tal função ganha maior peso nas circunstâncias atuais. Melhores esclarecimentos: Cavalcante, Josefa Salete Barbosa, 1994:14

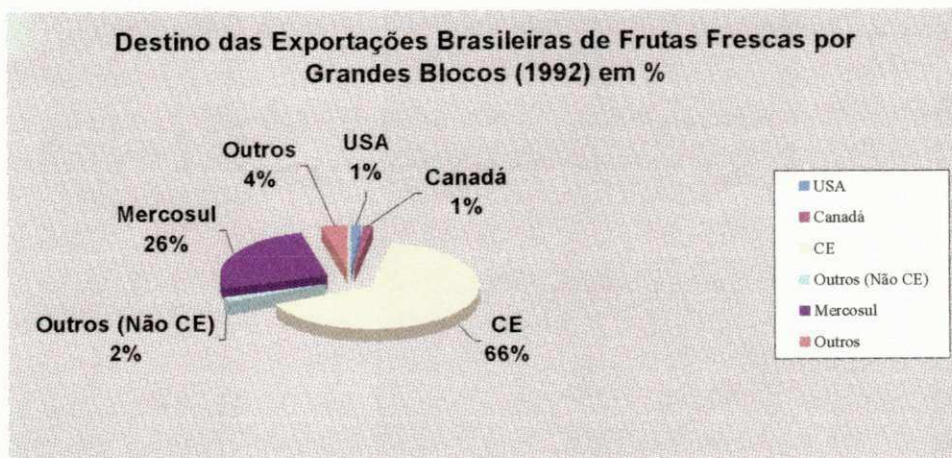
TABELA 3
Destino das Exportações Brasileiras de Frutas Frescas por Grandes Blocos
(1990-1992) em US\$ 1.000

Fruta/ano	AMÉRICA DO NORTE		EUROPA				Total
	USA	Canadá	CE	Outros	Mercosul	Outros	
1990							
Abacaxi	-	-	65,74	-	3047,66	-	3113,4
Banana	-	-	1,44	-	8740,29	0,06	8741,7
Laranja	-	-	15182,86	8,20	-	3059,94	18251,00
Limão	1,60	1,78	805,20	12,10	-	-	820,68
Maçã	16,47	-	2505,73	-	-	-	2522,2
Mamão	10,50	15,06	1724,35	257,98	19,12	0,84	2027,3
Manga	19,60	115,22	2648,06	92,89	2,91	-	2878,6
Melão	385,16	18,04	6833,98	1515,88	270,07	-	9023,1
Tangerina	-	62,93	1191,76	24,44	-	137,86	1416,9
Uva	58,59	127,72	1975,51	903,33	-	10,18	3075,3
Total	491,92	340,75	32934,63	2814,82	12080,05	3208,38	51870,75
1991							
Abacaxi	-	-	49,02	-	5008,35	-	5057,3
Banana	-	-	1,85	-	18329,65	5,96	18337,46
Laranja	-	108,98	16759,42	0,31	-	4773,17	21641,88
Limão	-	-	1492,91	6,41	-	-	1499,3
Maçã	43,53	-	1638,92	-	-	-	1682,4
Mamão	3,18	10,38	1860,09	370,94	36,65	-	2281,2
Manga	652,42	227,06	3634,94	194,13	36,97	-	4745,5
Melão	797,21	18,44	12801,75	1327,96	502,86	-	15448,22
Tangerina	-	231,81	1785,85	0,24	-	310,43	2327,8
Uva	-	229,73	5470,09	59,46	294,81	5,64	6059,7
Total	1496,34	826,40	45494,34	1959,45	24209,29	5095,20	79081,02
1992							
Abacaxi	-	-	138,33	-	5131,63	2,50	5272,4
Banana	-	-	1,85	-	16660,82	-	16662,67
Laranja	-	8,13	15132,35	-	10,20	3556,35	18707,03
Limão	-	3,74	1535,50	13,79	-	3,74	1556,7
Maçã	-	334,73	20578,45	88,69	21,80	27,39	21051,06
Mamão	0,76	27,70	1896,93	451,28	70,98	2,89	2450,5
Manga	1224,52	196,80	5118,35	199,22	135,61	0,72	6895,2
Melão	228,11	145,91	13477,91	1198,86	1610,43	23,50	16663,72
Tangerina	-	224,88	1627,54	-	-	168,40	2020,8
Uva	-	373,51	5156,35	73,47	2055,05	3,92	7662,3
Total	1473,39	1315,40	64663,56	2025,31	25696,52	3768,41	98942,59

Fonte: IBRAF; elaboração própria
 Apud: (Carraro e Cunha, 1994:30)

Quanto ao mercado de frutas, é importante perceber que os mercados consumidores mais ativos ou mais propensos a consumir são o Mercosul e a Comunidade Européia, respondendo por 90% das exportações brasileiras. O Mercosul apresenta-se abrangendo, em termos de consumo, cerca de 26% do total das exportações brasileiras de frutas frescas, ou seja, $\frac{1}{4}$ de nossas vendas externas de frutas frescas. As tendências mais fortes, em termos de boas perspectivas, encontram-se ligadas as uvas e às frutas tropicais, onde destacamos o abacaxi, a banana e o melão²⁶. Porém é preciso ficar atento a melhorias na qualidade do produto, que envolve a produção de mudas e sementes, a fase pós-colheita(classificação, armazenagem e embalagem), além da infraestrutura de transporte. Agora, quanto ao Bloco Econômico Europeu, apesar de um destaque evidente, existem dificuldades de penetrar neste mercado, em razão das novas regras de comércio ou áreas relacionadas aos padrões e normas técnicas, de meio ambiente, subsídios à produção e à exportação (política agrícola comum e industrial). No entanto, apesar destas dificuldades de acesso, os países do Mercosul(principalmente, o Brasil) têm desenvolvido importantes relações com a Comunidade Européia, as quais podem reduzir este problema, visando, dentro de um processo de liberalização, equilibrar justamente as oportunidades entre os fluxos comerciais. Esta situação é traduzida pelo consumo europeu de frutas brasileiras, o qual representa 2/3 de nossas exportações(66%). Já os países da América do Norte e do Sudeste Asiático, a médio e longo prazo pode-se prever um aumento em sua participação com referência às importações das frutas brasileiras. O gráfico 1 descreve o destino das exportações brasileiras de frutas frescas por grandes blocos (1992) em %.

GRÁFICO 1



Fonte: IBRAF

Apud: (Carraro e Cunha, 1994:29)

²⁶ Informações ver: Carraro e Cunha, 1994:29

As transformações da economia mundial provêm de contínuos desafios de competitividade que causam inúmeras tendências de mudanças em vários setores, os quais deveriam ser adaptados. Segundo Pimentel (1998), a nova estrutura de demanda, cada vez mais urbanizada e exigente, busca menor preço, melhor qualidade, além da presença permanente no mercado.

“No setor de alimentos, tem-se observado o desenvolvimento acelerado de consumo de frutas em forma in natura, desidratadas e congeladas, bem como de suco. Este aumento, em parte, associa-se ao aumento da conscientização pela estética e saúde, campanhas publicitárias e envelhecimento da população. Este fato, é constatado pelo aumento do consumo de frutas nos países importadores, destacando-se o Japão.”(Pimentel, 1998: 12).

Dentro deste patamar que envolve as frutas frescas, apresentam-se, como espaço promissor, os países desenvolvidos (principalmente os países europeus), que apresentam relevantes mercados, em função de seus consumidores potenciais, levando por exemplo, o mercado de suco de frutas, a adquirir bilhões anualmente, com grande parte da produção sendo destinada para estes países. Especificamente, entre os países – membros do Mercosul, podemos destacar a Argentina e o Brasil como países com possibilidade de usufruir ganho neste determinado mercado. De uma forma geral, a Argentina, pela produção de frutas de clima temperado; já o Brasil, caracteriza-se pela produção de frutas tropicais. Desta forma, os principais países-membros do Mercosul apresentam um elevado grau de complementariedade e reduzido grau de concorrência no mercado de frutas frescas, com exceção, no entanto, da produção de uvas, maçãs e outras frutas do clima temperado que são cultivadas na região sul do Brasil.

As principais espécies cultivadas de frutas na Argentina, em termos de quantidades produzidas, e que possuem ligações fortes com relação a níveis de exportação, são o limão, a pera fresca, a uva e a maçã, apesar de também existirem a ameixa, tangerina, cereja, laranja, morango caqui, melão, marmelo, pomelo, abacate, pêssigo e melancia. Sua produção baseia-se fundamentalmente em frutas de clima temperado. As indústrias que processam suco de frutas aparecem localizadas nas

proximidades da produção de matéria-prima, sendo que, do total anual da produção argentina de suco concentrado, grande parte é destinada ao mercado externo.

Quanto ao Brasil, que se destaca a nível mundial por suas frutas tropicais, o mercado de suco de frutas apresenta uma tendência bastante promissora, uma vez que há um mercado crescente para sucos com mais de uma fruta (frutas tropicais), em razão do gosto de consumidores de determinados países que preferem o suco menos ácido. O exemplo mais claro desse aspecto são os consumidores da Comunidade Européia. O mercado consumidor de suco de frutas tropicais é basicamente europeu. Porém, este mercado coloca exigências de consumo, através dos requisitos para importação de suco de frutas tropicais, que envolvem certos padrões quanto a sua forma usual, suco simples ou concentrado, quanto ao grau de concentração em percentual de açúcar por quilo, e quanto à embalagem, limites exigidos de temperatura. Na tabela 4 descreveremos os requisitos europeus para importação de sucos de frutas tropicais.

TABELA 4

Requisitos europeus para a Importação de Sucos de Frutas Tropicais

Ordem de Produção	Forma Usual	Grau Brix(a)	Embalagem/Temp.
Maracujá			
Brasil, Colômbia, Peru, Sri Lanka,	Suco Simples	12° - 15°	Enlatado e Frio
Equador, Venezuela, Costa Rica,	Concentrado	24° - 30°	Congelado
Quênia, Burkina Faso, Indonésia	Concentrado	50°	Congelado
Manga			
Brasil, Índia, México, Filipinas,	Polpa	13° - 18°	Enlatado/Frio/Asséptico
Colômbia, Costa do Marfín, Peru, Mali,	Concentrado	28° - 30°	Congelado/Asséptico
Guatemala, Venezuela, Tailândia			
Goiaba			
Taiwan, Índia, Filipinas, África do Sul,	Polpa	8° - 14°	Enlatado/Frio/Asséptico
México, Brasil, Peru, Colômbia,			
Venezuela, Tailândia			
Abacaxi			
Tailândia, Filipinas, Brasil, Costa do	Suco Simples	14° - 18°	Enlatado/Frio/Asséptico
Marfím, África do Sul, Quênia, Estados	Concentrado	60°	Congelado/Asséptico
Unidos (Havaí), México, Venezuela,			
Honduras, Indonésia, Botswana			
Mamão Papaya			
Índia, Malásia, Taiwan, México, Brasil,	Polpa	10° - 13°	Enlatado/Frio/Asséptico
Colômbia, Costa Rica	Concentrado	25°	Congelado/Asséptico
Banana			
Honduras, Guatemala, El-Salvador,	Purê	20° - 22°	Enlatado/Frio/Asséptico
Nicarágua, China, Tailândia, Filipinas,			
Panamá, Costa Rica, Brasil, Equador,			
Peru, Índia			
Cherimoya			
México, Venezuela, Filipinas,	Purê	14°	Enlatado
Colômbia, Equador			
Acerola			
Brasil, Caribe	Polpa	14°	Congelado
	Purê	7° - 8°	Frio/Asséptico
	Concentrado	16°	Frio/Asséptico
Kiwi			
Nova Zelândia, Estados	Polpa	12° - 14°	Congelado/Asséptico
Unidos(Califórnia), França, Itália,	Purê		
Espanha, Chile, Israel			
Umbu			
Brasil	Purê	8° - 11°	Frio/Asséptico
Cajá			
Brasil	Purê	9° - 12°	Frio/Asséptico

Fonte: (Carraro e Cunha; 1994:93)

(a)Concentração percentual de açúcar por quilo, de acordo com escala Bri.

Na atualidade, segundo Troccoli (1999:51), um dos mercados mais promissores no ramo alimentício é o de suco de frutas. Embora represente apenas perto de 3% do consumidor mundial estimado para todas as bebidas, a ingestão de sucos e néctares de frutas alcançou 33 bilhões de litros em 1997, levando ao estímulo por parte de alguns analistas, através de perspectivas promissoras de demanda para esta atividade.

Apesar do destaque no mercado de suco de frutas, segundo Sousa et al. (1999:406), o Brasil apresenta níveis de exportação baixos em termos relativos. O exemplo mais evidente disto está descrito quando presenciamos que os principais exportadores de suco de abacaxi são as Filipinas e Tailândia, seguidos de longe pelo Brasil e pelo Quênia.

Outra área promissora para o Brasil, quanto às frutas tropicais, e que revela uma tendência crescente de demanda, trata-se da indústria láctea, responsável pela elaboração de produtos como iogurtes sólidos e líquidos, sobremesas e doces. No entanto, é preciso estar atento às exigências de mercados, principalmente se pensarmos em mercado externo.

2.2.2 A Região Nordeste (Celeiro Nacional de Frutas)

“A fruticultura constitui, nos países que compõem o Mercosul, a atividade de grande importância econômica e social, seja como supridora dos mercados consumidores nacionais, como no comércio internacional intrazonal e com terceiros países (fora da zona de integração). Algumas espécies se destacam e se revestem de maior significação, como: banana, abacaxi, laranja, limão, pêssego, morango, maçã, pera, tangerina, mamão, cereja, melão e uva.”(Amaro,et al. 1999 : 815).

No contexto atual, dentre os setores da economia nordestina, apresentamos em destaque a fruticultura tropical, através da agricultura irrigada²⁷, que constitui uma atividade importante em razão do grande volume e da variedade de frutas tropicais nos diversos estados que compõem esta região, favorecendo boas perspectivas de ganhos com o crescimento da demanda mundial de frutas²⁸.

Este segmento de frutas tropicais da região, é relativamente exportado para os países do Mercosul, da Europa e dos Estados Unidos, além de ser destinado, ao mercado interno. Há estimativas que o Nordeste poderá exportar grandes quantidades de frutas tropicais para o mercado internacional,²⁹ em razão de ser uma das poucas regiões do mundo que apresenta possibilidade de desenvolver vantagens, oferecendo um número variado de espécies, as quais direcionam-se para mercado de consumo distinto. No entanto, é bom lembrar que podem existir dificuldades de comercialização no mercado mundial decorrente de barreiras não – tarifárias.

A fruticultura tropical da região Nordeste destaca-se dentre as regiões brasileiras, sendo considerada o celeiro nacional, por possuir uma crescente demanda relacionada às suas frutas, podendo abranger o mercado do Mercosul, bem como os mercados Europeu, Norte-americano e Asiático, onde se destaca o Japão, com perspectivas promissoras. Podemos perceber este destaque da região Nordeste, através da relação produção, área colhida e rendimento médio das principais frutas tropicais (Brasil – Nordeste). De forma específica, o destaque da região, em termos de produção, apresenta-se nas frutas melão, manga, mamão e abacaxi que representam respectivamente 84.814, 264.463, 869.007 e 577.114 em toneladas, revelando um destaque se compararmos à produção nacional destas frutas que corresponde respectivamente a 91.220, 563.511, 1.621.548 e 1.251.873 em toneladas, como podemos ver no quadro 1.

²⁷ O programa de apoio e desenvolvimento do governo para fruticultura irrigada do Nordeste tem como objetivo explorar os ramos de maior valor agregado, através dos recursos dos fundos de desenvolvimento do Norte e Nordeste (FNE e FINOR) e do Caixa do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDESC). Entretanto o governo pretende se posicionar como promotor e não como empreendedor, ou seja, apenas participando em investimentos de infra-estrutura e apoio ao produtor. Pinazza, 1999:14

²⁸ A região Nordeste, com relação à abertura comercial, apresenta-se aparentemente imune ou favorecida. Imune pela distância, em razão da posição geográfica dos países do Mercosul e pela não especialização de produtos de clima temperado; favorecida, pelo esperado crescimento das exportações mundiais de açúcar, que constitui um grande peso na pauta regional, além do esperado crescimento das exportações emergentes de frutas tropicais. Ver: Lemos, 1996:49.

²⁹ Dentro deste quadro, apresenta-se no Brasil alguns pólos importantes de fruticultura pelo país a fora. Na região Nordeste, poderemos destacar, como mais conhecido, a região de Petrolina, que procura explorar bem nossa condição de terra, clima, luminosidade, água, mão-de-obra, podendo ser competitiva no mercado mundial. Idem.

2.3 O Padrão de Qualidade Exigido pelo Mercado Internacional

O processo de comercialização atual apresenta a necessidade da participação do governo brasileiro na elaboração de normas de produção e comercialização das mercadorias, inspecionando o funcionamento do sistema de qualidade de uma forma planejada, na busca da superação dos obstáculos, ou seja, da eliminação dos gargalos tecnológicos estruturais ligados à esfera da qualidade e produção das mercadorias, que envolve a precária infra-estrutura de armazenagem e transporte e que resulta em dificuldades de colocação dos produtos em certos mercados³¹.

As frutas brasileiras, apesar de possuírem boas perspectivas de ganhos de mercado, principalmente através dos países desenvolvidos, basicamente na Europa, sofrem com as exigências condicionadas à qualidade do produto por parte deste consumidor que possui condições e está disposto a comprar nossas frutas. As exigências dos importadores para as diversas frutas comercializadas no mercado internacional podem ser evidenciadas em determinadas frutas brasileiras (abacate, abacaxi, goiaba, limão, mamão, manga, uva). Isto demonstra as perdas de grande parte desta produção para o mercado internacional, em função da ausência de uma estrutura mais adequada de produção e comercialização do produto, capaz de responder satisfatoriamente as exigências impostas pelo mercado mundial, que vai desde a cor, tamanho, até tratamento fitossanitário, pós-colheita, caso do mamão, manga e uva. A tabela 5 mostra as exigências e os principais problemas relativos a nossas frutas no mercado internacional, traduzindo a pequena participação das exportações de frutas brasileiras.

³¹ A formação de recursos humanos nas áreas produtiva, gerencial e administrativa, assim como no âmbito das atividades de embalagem, armazenagem e transporte, merecem todo o apoio do estado, em razão dos resultados relativos à qualidade e ao volume de produção de frutas. Ver: Loiola e Udermam, 1992:87

TABELA 5

EXIGÊNCIAS DOS IMPORTADORES E PRINCIPAIS PROBLEMAS RELATIVOS A DIVERSAS FRUTEIRAS COMERCIALIZADAS NO MERCADO INTERNACIONAL

Produto	Exigências	Principais Problemas
Abacate	Frutos pequenos e rígidos; ausência de marcas na casca	Variedade inadequadas, frutos grandes e moles, proibição de entrada no Japão e EUA.
Abacaxi	Cor amarela e frutos de 0,5 a 1,5 KG	Cor verde e coroa grande; deterioração rápida e fusariose
Goiaba	Frutos rígidos	Amolecimento rápido e vida útil curta, proibição de entrada no Japão e EUA
Limão	Cor verde escura	Frutos tomam-se amarelos, proibição
Mamão	Frutos até 400g coloração de verde a 1/4 amarela, frutos limpos, tratamento fitossanitário pós-colheita (EUA).	Podridão peduncular e antracnose, falta de definição de tratamento de pós-colheita (EUA).
Manga	Frutos até 500g, coloração vermelha e brilhante, ausência de marcas, frutos rígidos, tratamento fitossanitário pós-colheita (EUA)	Antracnose; coloração inadequada tamanho grandes, falta de definição de tratamento pós-colheita (EUA)
Uva	Bagas grandes e uniformes, racimos cônicos de até 1kg ausência de bagas manchadas, tratamento fitossanitário pós-colheita (EUA).	Desgranação, resíduos de cobre nas bagas

Nota: as informações apresentadas referem-se ao ano de 1987

Fonte: Alves, 1990.

Apud: (Loyola e Uderman, 1992:97)

Nos dias atuais, o estado apresenta-se como ator coadjuvante, podendo acionar políticas de cunho macroeconômico, bem como também conceder benefícios fiscais e financeiros para projetos de inovação tecnológica, além de fortalecer as instituições de pesquisa, objetivando, desta forma, estimular os produtores à uma produção de melhor qualidade, gerando uma possibilidade maior de conquista de mercados.

“A concorrência entre países fornecedores no mercado mundial de frutas frescas acirra-se cada vez mais, exigindo que um país apresente não apenas vantagens comparativas de clima, solo e recursos naturais, mas principalmente desenvolva vantagens competitivas ligadas ao profissionalismo em todas as etapas da cadeia de exportação”.
(Carraro e Cunha, 1994:121)

Desta forma, dentro da conjuntura atual, não basta produzirmos um fruto sadio, com qualidade, nas variedades desejadas pelo mercado. É necessário, também,

garantir a manutenção desta qualidade em todas as fases pós-colheita³² até chegar à mesa do consumidor. Para tanto, surgem elementos fundamentais como as informações eficientes dos agentes econômicos quanto à qualidade do produto, e políticas comerciais que envolvem basicamente a questão da embalagem, armazenagem e o transporte, que representam grande relevância para um determinado produto com qualidade.

As informações eficientes com relação ao mercado (regras e usos do comércio exterior), constituem-se em pré-requisitos básicos para o desenvolvimento da produção frutícola, servindo de base material para tomada de decisões. Através destas informações eficientes, (setores ligados a fruticultura) poderemos investir por exemplo, em propagandas de divulgação de produtos para conquista de mercados, utilizando uma imagem de qualidade e saúde, fundamental e essencial para estimular e aumentar o consumo.

Neste contexto, é relevante o desenvolvimento de novas tecnologias aplicadas ao processo de produção e comercialização, bem como os procedimentos fitossanitários³³ que possibilitam a qualidade do produto (frutas tropicais) e que representam o fator fundamental para a comercialização, possibilitando a conquista de oportunidades maiores no mercado internacional, auxiliando na transposição de barreiras não-tarifárias.

Dentro do processo de comercialização, a armazenagem refrigerada de frutas para exportação é de extrema relevância, principalmente no caso específico do Brasil, pois as frutas tropicais brasileiras são mais perecíveis que grande parte de frutas de zona temperada. Tal situação requer um especial cuidado e atenção para perdas comerciais e conseqüentemente perdas de mercado. Por isso, para termos uma boa qualidade do produto, é importante termos atenção em relação ao armazenamento de frutas frescas, pois estas precisam ter temperatura e umidade recomendadas. Desta forma, são necessários, basicamente, de acordo com o produto, especificados limites de

³² Os aspectos da fase de colheita e pós-colheita são os seguintes: a determinação do ponto de colheita, procedimento da colheita, roteiro para o preparo e tratamento das frutas para os principais mercados mundiais; descrição de tratamento fitossanitário e de tratamentos especiais ou complementares, seleção, classificação, tratamento de proteção das frutas, amadurecimento, pré-resfriamento, embalagem, conservação em armazenagem refrigerada. Ver: Carraro e Cunha, 1994:121.

³³ O exportador deverá providenciar a emissão do certificado de sanidade (fitossanitário) quando houver necessidade, por exemplo, em exigências especiais do país importador, que será emitido em modelo próprio pelo órgão competente (Ministério da Agricultura). Para esta providência, o exportador deverá apresentar, com a devida antecedência, para a realização da inspeção, um documento hábil, em que constem os elementos necessários para o exame de produto posterior e emissão do correspondente certificado fitossanitário internacional. Idem.

temperatura, uma vez que estes apresentam-se como um dos fatores mais importantes para prolongar a vida útil dos produtos, além dos limites direcionados à umidade relativa e à vida aproximada de armazenamento, responsáveis em manter saudáveis os produtos até a chegada ao consumidor. A tabela 6 nos indica a vida aproximada de pós-colheita de cada espécie.

TABELA 6

Temperatura, Umidade Recomendadas, Vida Aproximada e Armazenamento de Frutas Frescas

PRODUTOS	TEMPERATURA (°C)	UMIDADE RELATIVA(%)	VIDA APROXIMADA ARMAZENAMENTO
Uva de Mesa	-1,0 a -0,5	90-95	1 a 6 meses
Maçãs	-1,0 a 4,0	90-95	1 a 12 meses
Peras E.	-1,5 a -0,5	90-95	2 a 7 meses
Peras A.	1,0	90-95	5 a 6 meses
Nectarinas	-0,5 a 0	90-95	2 a 4 semanas
Pêssegos	-0,5 a 0	90-95	2 a 4 semanas
Ameixas	-0,5 a 0	90-95	2 a 5 semanas
Cerejas	-1,0 a -0,5	90-95	2 a 3 semanas
Damascos	-0,5 a 0	90-95	1 a 3 semanas
Kiwis	0	90-95	3 a 5 semanas
Morango	0	90-95	5 a 7 dias
Abacaxi	7,0 a 13,0	85-90	2 a 4 semanas
Manga	13,0	85-90	2 a 3 semanas
Papaya	7,0 a 13,0	85-90	1 a 3 semanas
Banana	13,0 a 14,0	90-95	1 a 4 semanas
Caquis	-1,0	90	3 a 4 meses
Limões	10,0 a 13,0	85-90	1 a 6 semanas
Abacates(Hass)	7,0	85-90	2 semanas
Cherimoyas	13,0	90-95	2 a 4 semanas
Figos	-0,5 a 0	85-90	7 a 10 dias
Melão Honeydew	0,7	90-95	3 semanas
Melão Cantalupe %	2,0 a 4,0	95	15 dias

Fonte: Agricultural Handbook Number 668 U. S. D. A. August: 1987
 APUD: (Carraro e Cunha 1994: 133)

O transporte apresenta-se como a última etapa para a execução da comercialização. Porém, é bom lembrar que, para realização de comércio, é preciso uma estrutura operativa que envolva vários setores. Num país tropical como o Brasil, o transporte, sempre sob refrigeração, constitui-se num fator determinante para a competitividade internacional de frutas. É preciso estabelecer procedimentos na fase pós-colheita de embalagem e armazenagem refrigerada, procurando manter a fruta em condições de embalagem e refrigeração também durante o transporte. Para tanto, é preciso coordenar os meios de transporte mais adequados (navio, avião, caminhão, trem) para responderem às exigências de qualidade do produto, evitando ocasionalmente as reclamações dos compradores. Porém, o transporte da fruticultura brasileira não é adequado em razão da falta de recursos financeiros, falta de normalização e falta de treinamento capaz de exercer as condições recomendadas para transporte de frutas frescas, como mostra a tabela 7.

TABELA 7

Condições Recomendadas para o Transporte de Frutas Frescas

Produto	Vida Máx. em Trânsito (dias)	Temp. Ótima em Transito (°C)	Temp. de Carreg. No Container (°C)	Temp. Amb. No Container (°C)	Umid. Relativa Recomendada	Índice de prod. de Etileno	Sensibilidade ao Etileno	Necessidade de Renov. de ar	Atmosfera Modificada Recomendada %		
									O2	CO2	CO
Abacate	14-28	10.0	-0.3	7.2-12.8	85-90	A	A	A	2-5	3-10	Mais
Abacaxi	14-28	13.0	—	13.0-15.0	85-90	A	B	-	-	-	-
Banana	7-35	13.0	—	13.0-15.0	90-95	A	A	A	-	-	-
Caqui	35-90	5.0-10.0	—	8.0-10.0	90-95	A	-	M	3-5	5-8	Menos
Figo	7-10	0	-2.4	0-1.1	85-90	M	B	B	5	15	Menos
Goiaba	14-21	10.0	—	8.9-10	-	-	-	B	-	-	-
Laranja	21-56	7.2	—	4.4-7.2	-	-	-	M	10	5	Mais
Limão	30-180	12.2	-1.4	10.0-12.8	85-90	MB	M	M	5	0-5	Mais
Manga	14-25	13.3	—	12.2-13.3	-	-	-	A	2-3	3-5	-
Maça											
Não Sensível	90-240	-1.1	-1.5	1.1-2.2	90-95	MA	MA	A	2-3	1-2	Menos
Sensível ao frio	40-45	4.4	-1.5	4.4	90-95	MA	MA	A	2-3	2-3	Menos
Melancia	14-21	10.0	—	7.2-10.0	-	-	-	MA	NÃO	-	-
Melão											
Cantalupe	10-14	4.4	-1.2	3.4-4.4	-	A	M	M	3-5	10-15	Mais
Honeydew	21-28	10.0	-1.0	7.8-10.0	85-90	M	A	M	3-5	-	Mais
Morango	5-10	-0.5	-0.8	1.1-2.2	85-90	B	B	B	10	15-20	Menos
Papaya	7-21	12.2	—	11.7-12.8	90-95	A	-	M	5	10	Mais
Pera	120-180	-1.1	-1.6	0.6-1.7	-	A	Alta	M	2-3	0-1	Menos
Tangerina	14-28	7.2	-1.1	6.7-7.8	85-90	MB	M	M	-	-	-
Uva	56-180	-1.1	-2.2	1.1-2.2	90-95	MB	B	MB	-	-	-

Fonte: USDA

Nota: MA – Muito Alta; A – Alta; M – Média; B – Baixa; MB – Muito Baixa

APUD: (Carraro e Cunha 1994:147)

Assim, neste contexto econômico internacional, é preciso atentar para as recomendações com relação à conservação de frutas, que é feita através de um ambiente refrigerado durante o transporte³⁴, visando relativamente a consideráveis ganhos de mercado.

³⁴ A estrutura dos custos de comercialização de frutas frescas para exportação, demonstra que os custos de comercialização das frutas ao mercado externo, possuem uma certa homogeneidade em razão da imposição das regras

2.4 – Conclusão

O extenso território brasileiro demonstra a nossa posição de destaque em termos de volume de produção global. Esta condição poderia ser melhor aproveitada, principalmente no atual momento em que ocorre um crescimento da demanda mundial no mercado de frutas tropicais, bem como no mercado de suco de frutas. Atualmente estes mercados geram bilhões anualmente, com grande parte da produção nos países em desenvolvimento, basicamente na Comunidade Européia, apesar do aumento de participação dos países na América do Norte (NAFTA) e dos países do Sudeste Asiático. O bloco latino-americano, Mercosul, também possui uma significativa participação nesta demanda mundial de frutas.

No entanto, apesar destas perspectivas favoráveis à expansão da fruticultura nacional, a nossa participação no mercado externo mostra-se ainda tímida, em razão das barreiras tarifárias e sanitárias. Estas últimas são reflexos das exigências do mercado internacional quanto à qualidade do produto, ou seja, no novo ambiente competitivo os agentes são forçados a colocar em prática um aumento de produção com uma estratégia de qualidade, que envolve, por exemplo, a classificação (pós-colheita), e embalem a regularidade do produto.

O Nordeste, apesar de ser considerado o celeiro nacional de frutas, sofre perdas de mercados por não responder às exigências de qualidade do produto estabelecido pelo mercado externo. É necessário, desta maneira, a implementação na fruticultura de uma reconversão produtiva visando a adquirir uma maior competitividade no mercado internacional, atacando nossos problemas relacionados à infra-estrutura, que refletem em nossos gargalos tecnológicos.

Dentro deste dimensionamento, têm possibilidades relativas de exportação de frutas, setores relativamente mais técnicos, mais adaptados às regras internacionais (caso da agroindústria, dos grandes proprietários e de cooperativas de médios produtores que possuem maiores condições financeiras para estabelecerem a reconversão produtiva). No próximo capítulo, avaliaremos especificamente o fruto, abacaxi, destacando o abacaxi paraibano.

CAPÍTULO 3 – A ABACAXICULTURA NACIONAL (Algumas Questões Sobre o Abacaxi Paraibano)

3.1 Introdução

Teceremos comentários agora sobre o fruto que se apresenta de extrema relevância dentro desta fruticultura tropical brasileira: o abacaxi. Esta condição de destaque do Brasil é traduzida pela sua posição de segundo lugar, dentre os principais países produtores desta cultura no mundo, ficando atrás apenas da Tailândia. A abacaxicultura brasileira é considerada o carro-chefe responsável pelo segundo lugar que ocupa o continente das Américas, quanto ao desempenho desta cultura.

O abacaxi brasileiro apresenta sua produção concentrada nas regiões Nordeste e Sudeste, em razão de os maiores estados produtores se localizarem nestas regiões, caso específico da Paraíba e Minas Gerais, apesar da crescente evolução do estado do Pará. Porém, como veremos, a região Nordeste possui um forte destaque quanto a este fruto no cenário nacional, reflexo da existência de outros estados produtores, como por exemplo, a Bahia. No entanto, apesar desta relevante posição na fruticultura tropical, a abacaxicultura nacional, destacada a nível mundial, apresenta problemas para se adaptar aos padrões exigidos pelo mercado internacional, quanto à qualidade do fruto. Esta situação pode ser exemplificada, no caso específico da abacaxicultura paraibana.

Desta forma, neste terceiro capítulo mostraremos a abacaxicultura nacional, analisando especificamente o abacaxi paraibano. Dentro deste dimensionamento, evidenciaremos a participação do abacaxi brasileiro na abacaxicultura mundial, as características da abacaxicultura nacional e a comercialização externa do abacaxi, enfatizando a qualidade do fruto destinado ao mercado externo, o mercado de fruta fresca e o mercado de fruta processada. Posteriormente, especificaremos, através de uma análise, o abacaxi paraibano, descrevendo as regiões produtoras e condições de produção da abacaxicultura, bem como sua relação com a abacaxicultura nacional. Além disso, questionaremos a qualidade do fruto dentro dos padrões exigidos pelo mercado internacional.

3.2 Considerações Gerais sobre a Cultura do Abacaxi

O abacaxi é um autêntico fruto das regiões tropicais e subtropicais.³⁵ Originário de regiões de clima quente e seco ou de pluviosidade irregular, apresenta-se como fruto de grande aceitação, sendo consumido generalizadamente em todo o globo terrestre, tanto in natura quanto na forma industrializada. Sendo rico em açúcares, sais minerais e vitaminas, apresenta excelentes características qualitativas.

O abacaxi possui resistência com relação à seca, porém, a escassez de água pode acarretar uma redução do seu tamanho. Esta condição revela a importante necessidade de conhecer as condições edafoclimáticas exigidas por esta cultura, dentre as quais, poderemos destacar o solo e o clima.

Assim, a influência dos fatores edafoclimáticos sobre o abacaxizeiro poderá refletir-se na produção e na comercialização. Esta situação envolve elementos importantes como a preferência pelos solos de textura média ou leve que permitam boa drenagem. Há necessidade de preservação da temperatura média anual, sendo a mais adequada situada em torno de 24° C, uma vez que a temperatura elevada, próxima a 40° C, leva à queima das folhas e dos frutos, e a temperatura baixa, próxima a 0° C, retarda o crescimento e reduz a absorção de nutrientes e, conseqüentemente, a produção³⁶. A luminosidade é destacada, também, pois atua sobre o crescimento vegetativo e sobre a qualidade do fruto (composição e coloração). A luminosidade pode ainda provocar a queimadura do fruto, levando a perdas comerciais³⁷. Além disso, é preciso ter cuidado com a falta de chuvas, pois ela não pode somente atrasar o

³⁵ Provavelmente as atuais variedades cultivadas de abacaxizeiro descendem de abacaxizeiros selvagens ainda exigentes na América Tropical e subtropical. Desta forma, trata-se de uma planta originada da América Tropical e subtropical, sendo que o período compreendido entre seu descobrimento pelos europeus e o fim do século passado marca sua expansão pelas demais regiões tropicais e subtropicais do mundo. O primeiro relato da existência do abacaxi no Brasil foi no início do século XVI. Porém, acredita-se que este fruto já vinha sendo produzido na América muitos séculos antes, por populações nativas. Em quadros que o Alemão Frans Post pintou no Brasil, em meados do século XVII, o abacaxizeiro figura como um elemento comum da vegetação litorânea de regiões brasileiras então inabitadas. Melhores informações: Giacomelli e py. 1981.

³⁶ Quanto à temperatura, a cultura pode sofrer uma variação de 12 a 14 graus centígrados, nos níveis máximo e mínimo, no período de 28 horas, contribuindo para melhorar a qualidade do fruto, especialmente quanto à acidez. Este aspecto adquire maior relevância quando a produção de frutos está direcionada para a indústria, pois são produzidos nos meses quentes do ano, apresentam acidez moderada, além de excelente aroma, sabor e cor. O mesmo não ocorre com os colhidos na estação fria (mais ácidos, tem cor e aroma inferiores e baixo teor de carboidrato. Melhores esclarecimentos Cunha...et al. 1994.)

³⁷ A luminosidade atua não só sobre o crescimento vegetativo, mais também sobre a qualidade do fruto (composição, coloração). Porém a luminosidade intensa pode provocar a queimadura interna e externa do fruto (queima solar), depreciando-o comercialmente. A insolação mínima necessária ao desenvolvimento e produção do abacaxizeiro é de 1200 a 1500 horas/ano. A faixa ótima situa-se entre 2500 a 3000 horas/ano. Melhores esclarecimentos: Ágide Netto et al. 1994:12.

desenvolvimento da planta e do fruto, mas, também, o seu rendimento, que influencia na qualidade e na ocorrência de pragas e doenças³⁸.

A cultura do abacaxi destaca-se na fruticultura brasileira em razão de dois fatores: suas qualidades, bastante apreciadas em todo o mundo, que vão desde a coloração da casca à forma do fruto, dentre outras características que determinam, inicialmente, o gosto dos consumidores e a qualidade interna, responsável pelo sabor e aroma. Já o outro fator relevante de destaque desta cultura é a sua rentabilidade, responsável pela grande demanda e importância econômica.

No entanto, Cunha (1994:16) afirma ser necessário um aprimoramento das técnicas de cultura do abacaxi, visando a uma exploração mais lucrativa que venha cumprir sua função socio-econômica mais evidenciada no cenário nacional. Seguindo o mesmo pensamento, Souza, et al. (1999:408) afirmam que:

“Mesmo se tratando de uma cultura de grande demanda no mercado mundial de frutas e de alta rentabilidade, o abacaxi ainda não conseguiu um lugar de destaque no cenário agrícola brasileiro e, por isso mesmo, o país apresenta um consumo per capita baixo, ou seja, de 5,6 frutos/ano. Sua participação na renda agrícola é pequena, cerca de 0,3% do valor das culturas produzidas no país. Entretanto, deve-se levar em conta sua condição de atividade absorvedora de mão-de-obra no meio rural, contribuindo para o mercado e para a fixação do homem à terra, fato importante do ponto de vista social”.

Na realidade, a cultura do abacaxi no Brasil caracteriza-se, ao longo dos anos, por altos e baixos em seu desenvolvimento e produção, em razão da influência de fatores ambientais, de problemas fitossanitários³⁹ e das oscilações de mercado. Estas

³⁸ Em razão do seu nível de transpiração, bem como uso eficiente que faz da água, o abacaxizeiro pode manter bons índices de produção mesmo onde a disponibilidade de água é limitada. No entanto, as exigências deste fruto envolvem uma distribuição de chuva entre 1000 a 1500 milímetros anuais. Melhores esclarecimentos: Cunha... et al. 1994:14.

³⁹ As condições ambientais apresentam-se capazes de influenciarem consideravelmente sobre as características físicas e químicas do abacaxi. A qualidade interna do fruto está relacionada a atributos físicos da polpa, tais como coloração, ausência de injúria de natureza biológica ou ainda infecção por microorganismo e ataques de grupos. Além de constituinte físico-químico e químicos que conferirão aos frutos o sabor e o aroma inerente ao fruto maduro, com qualidade ideal para o consumo in natura ou industrialização. ver : Ágide Netto. et al. 1996:10.

circunstâncias trazem a necessidade de uma maior eficiência na comercialização do fruto, basicamente através de uma maior rapidez e segurança no transporte ou através de utilização dos processos de industrialização, levando ao aproveitamento do abacaxi também sob forma de sucos e conservas.

“Para se ter competitividade no mercado externo, é necessária a oferta de frutos de excelente qualidade. Apesar do Brasil já possuir normas referentes à qualidade do abacaxi para exportação, na comercialização tem prevalecido as exigências dos países importadores. Fazendo-se uma compilação dos requisitos qualitativos dos frutos para exportação, conclui-se que, independentemente do país importador, os frutos necessariamente têm que atingir padrões qualitativos mínimos que envolvem as variedades como: coloração, aparência (casca e polpa), tamanho dos frutos, maturação e qualidade interna, etc. (Ágide Netto, et al. 1994:7).

Carraro e Cunha (1994:232) enfatizam a existência de diferentes variedades plantadas nas regiões produtoras de abacaxi no mundo, dentre as principais. Smooth Cayenne, Red Spanish (espanhola roja) Queen e Pérola (Pernambuco). A variedade Smooth Cayenne é estimada em 70% da produção mundial, popularmente conhecida como ananás, abacaxi havaiano ou japonês e Caiene Lisse. Envolve, como zonas de cultivo de destaque, o Hawaii, a Austrália, as Filipinas e a África do Sul. A Red Spanish é uma variedade muito comum, principalmente em Cuba e Porto Rico. Porém a Flórida, que aparece também em destaque, possui uma polpa do fruto constituída de amarelo mais pálido que a do Cayenne e as folhas possuem espinhos. A variedade Queen é cultivada na África do Sul, na Austrália e Malásia, apresentando fruto com polpa amarelo-ouro, tendo suas folhas armadas de fortes espinhos. O Brasil destaca-se com uma das variedades mais difundidas no cultivo mundial, a variedade pérola (Pernambuco), com um papel extremamente fundamental em relação à zona de cultivo. Além desses, temos ainda as variedades pão-de-açúcar, cultivada no México e em Cuba, e a Cabazoni cultivada em Porto Rico, como podemos ver na tabela 8, abacaxi: variedades mais difundidas no cultivo mundial.

TABELA 8
Abacaxi: Variedades mais Difundidas no Cultivo Mundial

Nome	Descrição	Zonas de Cultivo	Usos	Notas
Cayenne (Smooth Cayenne)	Cerca de 3 a 5½ lbs. cilíndrico; polpa amarela; altamente ácido, alto teor de açúcar.	Havai, Austrália, Filipinas, África do Sul.	Fresco e enlatado.	É a variedade mais cultivada.
Red Spanish	Cerca de 3 a 5 lbs., retangular; polpa amarelo pálido, fibroso, aromático; condimentado, sabor ácido.	Porto Rico, Cuba, Flórida.	Principalmente fresco.	Casca resistente propicia a transporte marítimo.
Queen	2 a 3 lbs., polpa amarelo forte, sabor suave, menos ácido e menos suculento.	África do Sul, Austrália, Malásia.	Fresco e enlatado.	Tem durabilidade e boa conservação quando maduro.
Pernambuco	3 a 4 lbs., cilíndrico, polpa amarelo-clara, macio, suculento, sabor suave, doce, menos ácido que o Cayenne.	Brasil	Fresco	Aparência e amadurecimento erráticos.
Pão de Açúcar	Cônico; polpa amarelo-clara, sabor doce e rico.	México, Cuba.	Fresco	Nome se aplica a diversas variedades.
Cabazoni	5 a 10 lbs., polpa amarelo-claro, sabor bastante bom.	Porto Rico	Fresco	Se notabiliza pelo tamanho.

Fonte: (Carraro e Cunha, 1994:252)

Atualmente, as cultivares Smooth Cayenne e Pérola ou Pernambuco são as mais plantadas, apesar de sabermos que o Smooth Cayenne no Brasil não se destaca dentre as principais zonas de cultivo a nível mundial. Estas principais cultivares de abacaxi são relativamente as mais exportadas no Brasil.

Apesar de a variedade pérola ser a mais cultivada no país, particularmente na região Nordeste e no estado de Minas Gerais, só consegue penetrar basicamente na forma in natura no mercado da Argentina, não apresentando resultados relativamente satisfatórios com referência aos outros países da Europa e nos Estados Unidos (cujo mercado é considerado mais importante em termos de consumo), em razão de problema de peso, forma, cor, teor do suco e sabor do fruto, os quais foram considerados obstáculos para esta exportação desta variedade, diferentemente dos Smooth Cayenne, relativamente bastante exportada para consumidores europeus e norte americanos.

A variedade pérola, que se caracteriza por uma baixa acidez e coloração quase branca de sua polpa, apresenta limitações quanto ao mercado para exportação, uma vez que a preferência dos importadores é, principalmente, por frutos de polpa

amarela, com um percentual mais alto de acidez titulável. Desta forma, suas maiores características direcionam-se para o mercado interno, na forma in natura, principalmente para suco. Já a variedade Smooth Cayenne caracteriza-se, por exemplo, por uma coloração amarela da polpa, por um comprimento de fruto (cm), diâmetro do fruto (cm) e peso do fruto (kg) que estimula a preferência, tanto para indústria como para exportação. Já no mercado interno, esta variedade sofre algumas restrições, quanto ao sabor, em razão da sua acidez, como mostra o quadro 3.

QUADRO 3

Comparações Entre os Parâmetros Físicos e Químicos Obtidos, e os Considerados Ideais ao Consumo "In Natura" e à Industrialização, Respectivamente, Para as Cultivares "Pérola" e "Smooth Cayenne".				
Parâmetros	Valores Obtidos		Valores Ótimos	
	"Pérola"	"Smooth Cayenne"	"In Natura"	Indústria
Comprimento do fruto (cm)	15,80 - 16,77	18,95	-	20,60
Diâmetro do fruto (cm)	11,16 - 11,33	13,98	-	12,00 - 14,00
Peso do fruto (kg)	1,05 - 1,06	1,86	1,00 - 1,40	1,80 - 2,00
% em suco	62,00 - 64,00	64,00	-	63,40
Sólidos solúveis (%)	13,20 - 14,32	14,58	14,00 - 16,00	12,00 - 15,00
Glúcides totais (%)	11,81 - 12,55	13,03	11,90 - 14,70	10,90 - 13,90
Acidez titulável (%)	0,48 - 0,51	0,80	0,32	0,65 - 1,35
Brix/acidez	27,50 - 28,12	18,17	23,35 - 40,90	-

Fonte: (Carvalho e Clemente, 1981:40).

3.3 A CULTURA DO ABACAXI NO MUNDO E NO BRASIL

3.3.1 A Participação do Abacaxi Brasileiro na Abacaxicultura Mundial

Souza et al. (1996: 406) enfatizam que, apesar da condição brasileira de segundo maior produtor mundial de abacaxi, não temos grandes progressos com relação à exportação, sendo nossa produção fundamentalmente voltada para o mercado interno. Entretanto, atualmente, pode-se perceber uma tendência relativa de aumento do consumo acentuado de frutas tanto no mercado interno como no externo.

"Considerando o grande potencial produtivo para a cultura do abacaxi apresentado pelo Brasil, em termos de recursos naturais, a destinação de grande parte da produção desta fruteira para o consumo interno, bem como alguns aspectos limitantes para a participação do Brasil no mercado globalizado desta fruteira devem ser examinados. A

competitividade do Brasil, em relação a outros países produtores deverá ser definida na medida em que o país se inserir na produção de frutos dentro de padrões de qualidade exigidos pelos principais países consumidores, o que dependerá por sua vez da utilização da base de conhecimentos tecnológicos disponível, da organização do setor através do associativismo, do exercício das práticas comerciais inclusive no 'marketing' e conquista de novos mercados. (Chalfoun, 1998: 5)".

A cultura do abacaxi, originada da América tropical e subtropical, difundiu-se por várias regiões do mundo, constituindo-se no principal produtor mundial, o continente asiático, com 51,70% da produção mundial no ano de 1997. Porém, houve um declínio em sua produção de 56,98% (1979 - 81) para 51,70% (1997). O segundo maior produtor mundial de abacaxi é o continente das Américas, participando com 31,39% da produção mundial em 1997 e tendo um considerável aumento de 1979/81 para 1997 de 7,4% em termos de elevação da produção, através dos excelentes desempenhos do Brasil, da Colômbia e da Costa Rica. O continente africano apresenta-se como terceiro colocado dentro da produção mundial, apresentando 15,71% em 1997, decréscimo em relação a 1979-81, que apresentava 17,18%. Nos demais continentes, em razão das condições climáticas desfavoráveis, a produção não aparece destacada, possuindo um crescimento da cultura limitada, conforme mostra a tabela 9 ao descrever o desempenho da cultura do abacaxi nos continentes e no mundo, no período 1979-81 e em 1997.

TABELA 9

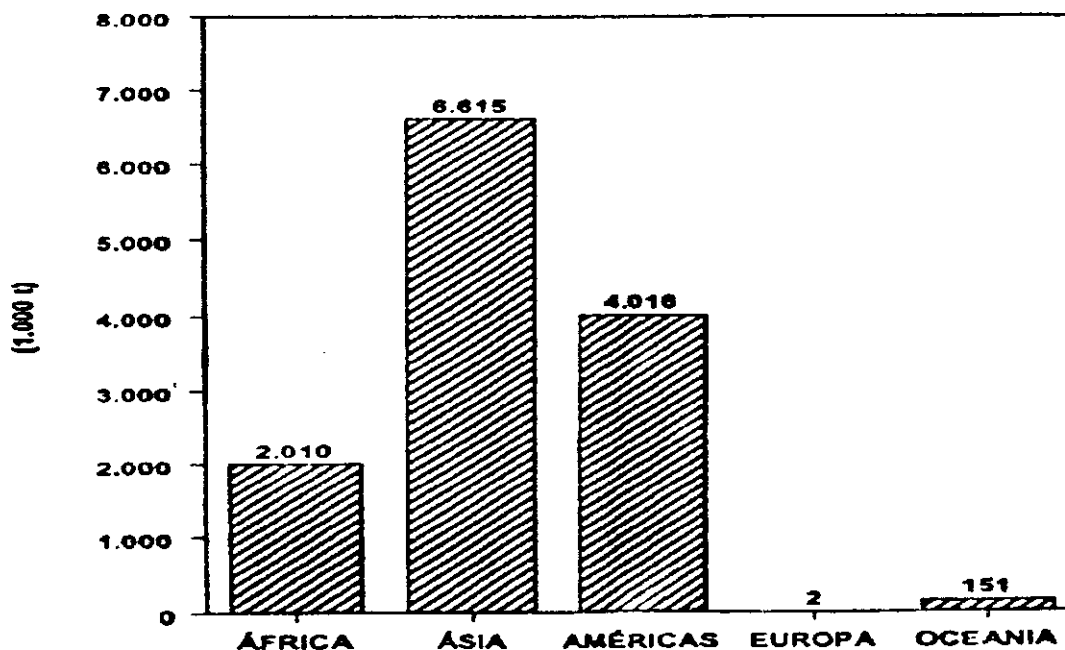
Desempenho da Cultura do Abacaxi nos Continentes e no Mundo, no Período 1979-81 e em 1997.

Continente	Produção (1.000 t)				Variação percentual
	1979/81	(%)	1997	(%)	
África	1.681	17,18	2.010	15,71	19,57
Ásia	5.575	56,98	6.615	51,70	18,65
Américas	2.382	24,35	4.016	31,39	68,60
Oceania	144	1,47	151	1,18	4,86
Europa	2	0,02	2	0,02	0,00
Mundo	9.784	100,00	12.794	100,00	30,76

Fonte: FAO (1993a).
Apud: Sousa, et al. 1999:405

O continente das Américas destaca-se com referência à elevação da sua produção de abacaxi (1979-81 à 1997). Porém, a realidade mostra o continente asiático ainda liderando com uma destacada produção (1000t) de 6.615, enquanto o mais próximo, o continente das Américas, apresenta 4.016 de produção (1000t), tomando por base o gráfico 2 que mostra a produção mundial deste fruto no ano de 1997.

GRÁFICO 2
Produção Mundial de Abacaxi, 1997



Fonte: FAO (1998a).

Apud: (Sousa, et al. 1999:404)

Agora, quanto à participação dos principais países produtores de abacaxi no mundo, apresenta-se concentrada em cinco países, sendo que à exceção da Tailândia e das Filipinas, as produções de todos os outros países são destinadas basicamente ao mercado interno. O maior índice de produção do abacaxi no mundo encontra-se na Tailândia (200 milhões de toneladas), com 15,63% em 1997, mesmo com um declínio sofrido em sua produção em relação à produção mundial no período 1979-81, quando apresentou 29,20%. O Brasil destaca-se também na produção mundial de abacaxi com 15,14% em 1997, demonstrando um aumento em relação ao período de 1979-81, quando apresentou 6,02%. Além destes países, destacam-se Filipinas, Índia e China, respectivamente com 11,35%, 8,60% e 7,03% da produção mundial, elevando sua produção em relação ao período de 1979-81, quando apresentavam 8,80%, 5,60% e 3,06%. É importante lembrar que, de todos os principais

produtores de abacaxi no mundo, apenas a Tailândia e o México apresentaram reduções em sua produção. A tabela 10 mostra o desempenho da cultura do abacaxi nos principais países produtores.

TABELA 10

Desempenho da Cultura do Abacaxi nos Principais Países Produtores, no Período 1979-81 e em 1997

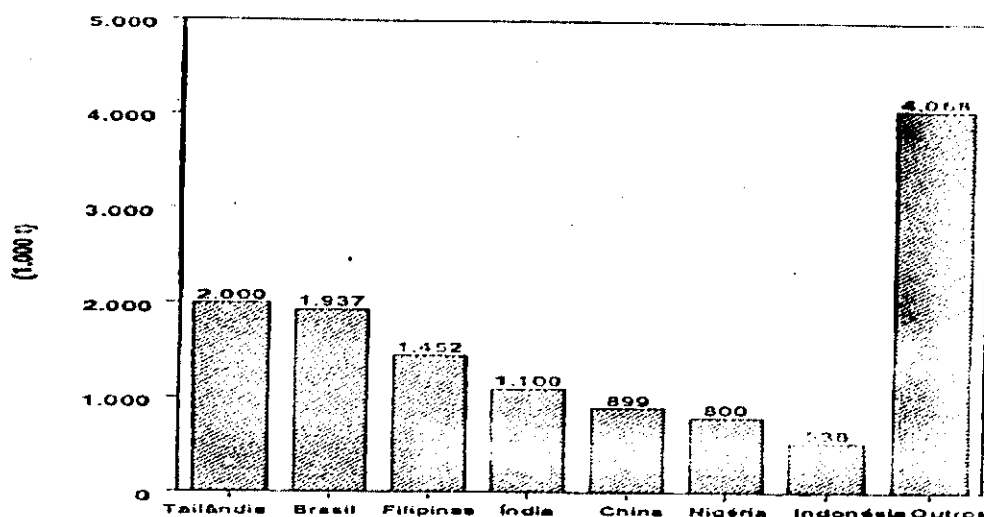
País	Produção (1.000 t)				Variação percentual
	1979-81	(%)	1997	(%)	
Tailândia	2.857	29,20	2.000	15,63	-30,00
Brasil	589	6,02	1.937	15,14	228,86
Filipinas	861	8,80	1.452	11,35	68,64
Índia	548	5,60	1.100	8,60	100,73
China	299	3,06	899	7,03	200,67
Nigéria	600	6,13	800	6,25	33,33
Indonésia	207	2,12	538	4,21	159,90
Colômbia	119	1,22	329	2,57	176,47
México	530	5,42	301	2,35	-43,21
Outros	3.174	32,44	3.438	26,87	8,32
Mundo	9.784	100,00	12.794	100,00	30,76

Fonte: FAO(1998a).

Apud: (Sousa et al. 1999:406)

No período 1979 – 81 a 1997, o maior crescimento da produção do abacaxi, entre os principais produtores mundiais, ocorreu no Brasil. Além disso, demonstrou também que nossos concorrentes mais fortes (Tailândia e Filipinas) não desempenharam um papel relativamente importante como foi evidenciado no caso brasileiro. Esta situação de elevação da produção brasileira, dentro do cenário mundial, pode ser demonstrada pelo aumento de sua produção (1000t) de 589 (1979 – 81) para 1937 em 1997, ficando atrás apenas da Tailândia que, apesar da queda de sua produção (1000t), conseguiu permanecer em primeiro lugar dentre os principais países produtores de abacaxi, com uma produção (1000t) de 2000 em 1997. Esta situação é colocada em destaque no gráfico 3 que mostra os principais países produtores de abacaxi em 1997.

GRÁFICO 3
Principais Países Produtores de Abacaxi em 1997



Fonte: FAO(1998 a)
 Apud: (Sousa, et al. 1999:406)

Para enfatizarmos a importância da produção do abacaxi nas áreas consideradas em desenvolvimento, utilizamos a análise do período 1979 – 81 a 1997, que revela uma queda da produção (1000t) nas áreas desenvolvidas de 10,17% para 4,60% e uma elevada concentração nas áreas em desenvolvimento (países subdesenvolvidos), com relação a este fruto, de 89,83% para 95,40%, destacando-se a África e América Latina, em razão de fatores, como por exemplo, condições climáticas mais favoráveis para o desenvolvimento da abacaxicultura. Esta realidade é demonstrada pelo desempenho da cultura do abacaxi em grandes áreas, no período 1979 – 81 e em 1997, mencionado na tabela 11.

TABELA 11
Desempenho da Cultura do Abacaxi por Grandes Áreas, no Período 1979-81 e em 1997

Área	Produção (1.000 t)				Variação percentual
	1979/81	(%)	1997	(%)	
Áreas desenvolvidas	995	10,17	588	4,60	-40,90
América do Norte	597	6,10	294	2,30	-50,75
Europa	2	0,02	2	0,02	0,00
Oceania	144	1,47	151	1,18	4,86
Outras	253	2,59	140	1,09	-44,66
Áreas em desenvolvimento	8.789	89,83	12.206	95,40	38,88
África	1.464	14,96	1.859	14,53	26,98
América Latina	1.684	17,21	3.522	27,53	109,14
Oriente Médio	4	0,04	5	0,04	25,00
Extremo Oriente	5.520	56,42	6.600	51,59	19,57
Outras	116	1,19	221	1,73	90,52
Mundo	9.784	100,00	12.794	100,00	30,76

Fonte: FAO (1978a).

Apud: (Sousa, et al. 1999:407)

A produção mundial de abacaxi vem aumentando consideravelmente nos últimos anos, especificamente no Extremo Oriente, que envolve o Continente Asiático, onde podemos destacar Tailândia, Filipinas, Índia, China, Indonésia, na América Latina, onde se destacam Brasil e Colômbia e na África onde se destaca a Nigéria, (áreas consideradas em desenvolvimento). Estes países apresentam uma concentração em termos de produção do abacaxi.

A participação do Brasil na produção do abacaxi no mercado mundial no período de 1985 – 1995, mostra um aumento do volume maior de produção (mil frutos), traduzidos em 764.401 (1985) e 950.907 (1995). No entanto, neste período, ocorreram variações quanto à área colhida que afetou a produção e o rendimento do cultivo, explicada em razão de fatores ambientais (secas, geadas, excessos de chuvas) problemas fitossanitários (fusariose, cochonilha), das oscilações do mercado consumidor (instabilidade, inclusive mundial), além da questão cambial que envolve a moeda nacional. Porém, dentro destes elementos mencionados poderemos destacar como os responsáveis diretos por estas variações na área colhida, os fatores ambientais e os problemas fitossanitários, que resultam, muitas vezes, no desestímulo do produtor, abandonando a área em que plantava este específico fruto. Entretanto, permanecem na área colhida aqueles produtores que possuem condições de tentar neutralizar estes elementos. Esta situação traduz aumento da produção (mil frutos) e do rendimento (fruto/há), conforme revela a tabela 12.

TABELA 12

Área, Produção e Rendimento de Abacaxi no Brasil, no Período 1970-95

Ano	Área colhida (ha)	Produção (mil frutos)	Rendimento (frutos/ha)
1970	32.189	282.602	8.779
1975	28.200	351.384	12.460
1980	25.185	377.219	14.977
1985	36.618	764.401	20.875
1990	33.167	735.931	22.189
1995	44.384	950.907	21.425

Fonte: IBGE (1998).
Levantamento sistemático da produção agrícola

Loillet (1998:86) descreve a demanda internacional pelo abacaxi organizada em função de três componentes: os consumidores dos países, os produtores e, por último, a industrialização transformadora. A característica em destaque deste mercado é a especialização da produção devido às qualidades tencionadas por consumidores que variam de gosto em razão da cultura e da condição sócio-econômica que transfiguram hábitos alimentares diferenciados.

3.3.2 Características da Abacaxicultura Nacional

O abacaxi brasileiro apresenta, com relação às regiões, uma concentração da produção nas regiões Nordeste e Sudeste do país, onde se localizam os principais estados produtores, como por exemplo, no Nordeste, a Paraíba e a Bahia e no Sudeste, Minas Gerais e Espírito Santo. Estas regiões apresentam, respectivamente, uma quantidade produzida de 561.884 e 422.209 (mil frutos), contribuindo, respectivamente, com 43,52% e 32,70% do total da produção nacional em 1997, conforme mostra a tabela 13 que descreve a produção brasileira de abacaxi nas regiões no ano de 1997.

TABELA 13

Produção Brasileira de Abacaxi nas Regiões Fisiográficas, em 1997

Região fisiográfica	Área colhida (ha)	Quantidade produzida (mil frutos)	Rendimento médio (frutos/ha)	Participação na produção (%)
Norte	11.095	249.235	22.464	19,31
Nordeste	22.630	561.884	24.829	43,52
Centro-Oeste	2.953	52.301	17.711	4,05
Sudeste	18.103	422.209	23.323	32,70
Sul	433	5.382	12.430	0,42
Brasil	55.214	1.291.011	23.382	100,00

Fonte: IBGE (1998).
(Levantamento sistemático da produção agrícola)

Podemos observar o caráter relevante do volume de produção do abacaxi na região Nordeste, no cenário nacional⁴⁰, através de uma análise estabelecida no período de 1990 à 1994. Nesta análise, evidenciamos o seu destaque nacional, através da sua produção (t), 640.482, 702.718, 701.944, 577.114 e 611.107, frente à produção nacional do fruto (t) que representa 1103.896, 1190.308, 1238.991, 1251.873, 1460.365 no período específico já mencionado em função basicamente das condições climáticas apropriadas para o cultivo desse fruto⁴¹, resultando em frutos diferenciados quanto ao tamanho, qualidade e, sobretudo, ao sabor, que influenciam diretamente em sua comercialização. (ver Tabela 14).

TABELA 14
Produção, Área Colhida e Rendimento Médio do Abacaxi
Brasil/Nordeste – 1990- 94

Fruta	Ano	Brasil			Nordeste		
		Produção (t)	Área colhida (há)	Rendimento (Kg/há)	Produção (t)	Área colhida (há)	Rend. Kg/há)
Abacaxi	1990	1.103.896	33.167	33.283	640.482	16.477	38.871
	1991	1.190.308	35.904	33.152	702.718	18.697	37.584
	1992	1.238.991	37.402	33.126	701.944	18.692	37.553
	1993	1.251.873	39.719	31.518	577.114	17.132	33.686
	1994	1.460.365	43.570	33.518	611.107	16.646	36.712

Fonte: (Elaboração Própria, baseada em duas Tabelas do livro, Frutas: a caminho de um grande mercado, 1996.)

No Brasil, as técnicas de cultivo utilizadas para a produção do abacaxi ainda não são satisfatórias no sentido de responder às exigências no mercado internacional. Este elemento associado a outros, como por exemplo, barreiras tarifárias, barreiras sanitárias, problemas nos serviços de classificação e embalagem, ausência de marketing, questão cambial e imposto em demasia levam a maior parte da produção nacional a ser destinada ao mercado interno, para o consumo de frutas in natura, tendo

⁴⁰ No período de 1990/1994, o Nordeste do Brasil contribuiu com uma produção média de 646.673 toneladas cuja produção circundou as 37t/há, superando aquele obtido para o Brasil neste mesmo ano. A participação nordestina foi portanto 52% da nacional. Série alternativa de investimento, nº 3, 1996.

⁴¹ As boas perspectivas do abacaxi no Nordeste, principalmente nas áreas irrigadas, torna evidente a grande importância que esta região assume, e que poderá ser ampliada, na oferta da fruteira. Dessa maneira, compreende-se o expressivo crescimento de plantio com cultura nas áreas irrigadas da região, como também em outras regiões do Nordeste. Sousa, et al. 1999:407.

apenas uma pequena parcela exportada. Segundo Chaufoin (1998:05), este fruto, nos últimos três anos, apresentou uma perda de competitividade diante dos principais países tradicionalmente importadores. No entanto, com o emprego de técnicas de produção e comercialização adequadas, o abacaxi pode converter-se numa poderosa fonte de divisas para o Brasil, levando à conquista de mercado de distintos consumidores em todo o mundo.

Apresentando como um possível caminho, Silva e Santos (1998:66) descreveram a utilização de máquinas na cultura do abacaxizeiro como de extrema relevância, procurando adequá-las às constantes mudanças da realidade, que exige dos produtores mudanças radicais no processo produtivo. Porém, a cultura do abacaxizeiro apresenta-se caracterizada como uma atividade basicamente conduzida por pequenos e médios produtores, que geralmente dispõem apenas de pequenas áreas. Esta situação dificulta a utilização da mecanização.

Na realidade, segundo Souza et al. (1999:372), muitos são os problemas que têm contribuído para impedir a expansão da abacaxicultura no Brasil, dentre os quais merecem destaque: ocorrência de pragas e doenças, deficiência no uso de tratamentos culturais, escassez de mudas de boa qualidade e sadias, inexistência de programas de produção de mudas fiscalizadas, manejo inadequado dos frutos na colheita e na pós-colheita, inexistência de legislação eficaz sobre padronização e classificação de frutos, pequeno aproveitamento industrial, instabilidade e falta de informação de mercado, funcionamento dos sistemas de pesquisas e assistência técnico-crédíticia. Estes problemas dificultam a transferência e a adoção de tecnologia devido à pequena ou nenhuma participação dos abacaxicultores em cooperativas ou associações de classe.

Estas circunstâncias revelam, na realidade, a necessidade de uma política de estímulo do governo para os produtores, a nível regional, uma vez que, juntos, estes respondem pela produção deste fruto, de destaque a nível regional, nacional, bem como internacional.

3.4 A COMERCIALIZAÇÃO EXTERNA DO ABACAXI BRASILEIRO

3.4.1 A Qualidade do Fruto (Exigências do Mercado Frutícola Internacional)

A fraca participação da exportação brasileira de abacaxi⁴² revela os problemas deste fruto em responder às exigências do mercado frutícola internacional dentro dos padrões definidos, quanto à qualidade do produto. Esta situação é demonstrada pela inadequada infra-estrutura de comercialização do fruto e pelos problemas nas fases de colheita e pós-colheita⁴³.

“O fator qualidade está, logicamente, associado à destinação do fruto – consumo natural ou industrial –, que, por sua vez, influencia nas práticas adotadas, tanto no cultivo como na colheita. Sabe-se que os frutos para consumo in natura são, via de regra, mais valorizados que os destinados à indústria. Como vendem mais em função da aparência (forma, cor, sanidade e odor), podem, por conseguinte, compensar maiores investimentos na sua produção”. (Cunha ... et al. 1994:33)

Esta pequena quantidade exportada do abacaxi brasileiro ocorre em função das insuficientes respostas às exigências do mercado internacional. Os frutos destinados à exportação (abacaxi) são obrigatoriamente colhidos com 5 a 6 cm de pedúnculo que no barracão é seccionada a 2 – 3 cm da base do fruto e, em seguida, a superfície de corte deve ser convenientemente desinfetada de fungos e bolores. O abacaxi não deve ficar mais de 24 horas na temperatura ambiente após a sua colheita: o seu tratamento terá que ser feito rapidamente, utilizando-se critérios minuciosos de extremo cuidado. Dentro destas circunstâncias, a tabela 15 descreve as normas norte-americanas que apresentam as características impostas para o abacaxi.

⁴² Da produção brasileira de abacaxi, a maior parte é destinada ao mercado interno, pois, do total produzido no país, cerca de 99% são comercializados internamente. Ver: Sousa et al. 1999:415.

⁴³ Alguns cuidados podem ser descritos para a manutenção da qualidade do abacaxi após a colheita, bem como os aspectos básicos de armazenagens e transportes dos frutos para a exportação. Ver: Carvalho, Abreu e Gonçalves, 1988:68.

TABELA 15
Abacaxi: Norma de Qualidade dos Estados Unidos. USDA(extrato)

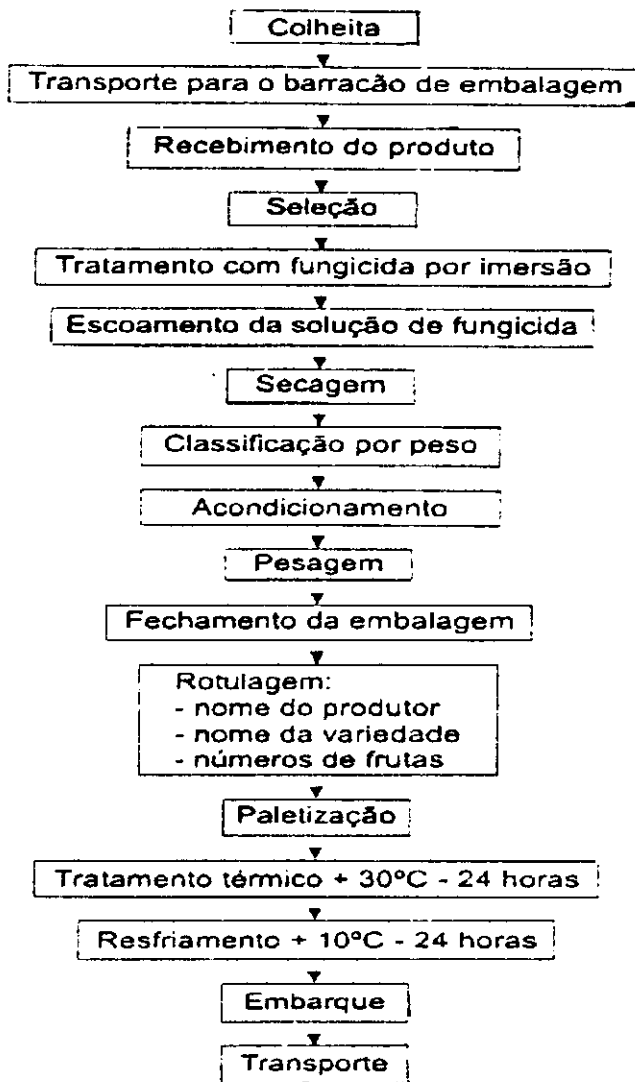
Classe	Exigências	Tolerâncias
U.S. 1	Consiste em abacaxis de variedades e características similares, maduros, firmes, secos, bem formados, com olhos bem desenvolvidos e protegidos da senescência e insolação; livres de danos causados por fusariose, queimadura de sol, ataque de roedores e outros danos mecânicos.	Não mais que um total de 10% do número de abacaxis em qualquer lote em não conformidade com os requerimentos da classe; não mais do que a metade dessa quantidade, ou 5% será tolerada para abacaxis seriamente danificados, aí incluídos não mais de 1% de abacaxis afetados pela senescência.
O fruto deve ser bem aparado e estar em bom estado; a coroa deve ter cor característica, estar razoavelmente ereta, estar bem presa ao fruto e não ter mais do que 5 camadas das quais não mais de 2 podem ter mais que 2 a 3 polegadas de comprimento. O comprimento da coroa não pode ser menor que 4 polegadas nem maior que 2 vezes o comprimento da fruta		

Fonte: USDA
 Apud: (Carrão e Cunha 1994:97)

Destacaremos, agora, as normas para importação do abacaxi especificamente in natura para o mercado europeu. Este mercado caracteriza-se por sua exigência, quanto ao preparo e tratamento deste fruto, que vai desde a colheita até o transporte. Enfatizamos, dentre outras exigências para o abacaxi na fase da colheita, do transporte para o barracão de embalagem, do recebimento do produto e da seleção, a necessidade básica e fundamental de ser sadio, ter boa aparência, estar limpo, sem vestígio de terra, de restos de vegetais, estar isento de parasitas e de doenças criptogâmicas (para tanto, utilizando-se o tratamento com fungicida por imersão), não apresentar cortes, atrito mecânico, manchas, indícios de batidas causadas pelo mau manuseio (que compreende desde a embalagem do fruto até a temperatura ambiente após sua colheita), além das condições exigidas de transporte. A figura 1, descreve o preparo e o tratamento do abacaxi para os países europeus⁴⁴.

⁴⁴ No mercado europeu, os frutos de abacaxi são classificados por peso em quatro tipos: tipo A – mais de 1,5 Kg., tipo B – de 1,3 a 1,5 Kg ou de 1,1 a 1,3 Kg., tipo C – de 0,9 a 1,1 Kg., e tipo D – de 0,7 a 0,9 Kg. Dentre estes tipos, o mais procurado é o tipo B (1,3 a 1,5 Kg). Para a indústria, os frutos devem ter de 1,6 a 1,8 Kg., observando-se sobretudo as suas dimensões, principalmente quanto ao diâmetro e à forma. Ver: Ágide Netto, et al. 1996:26.

FIGURA 1
Figura do Preparo do Abacaxi para os Países Europeus



Fonte: (Ágide Netto...et al. 1996:24)

Podemos explorar mais o abacaxi nacional em termos de vendas direcionadas ao exterior, apesar da nossa pequena participação no mercado externo. Esta situação poderá acontecer se adequarmos nosso abacaxi às regras impostas pelo mercado internacional, através de informações precisas quanto às metodologias de mercado, pois o mercado de fruta fresca e processada está em pleno crescimento na atualidade.

3.4.2 Mercado de Frutas Frescas (*Uma Análise Específica do Abacaxi*)

O abacaxi, denominado o rei dos frutos, representa, por seu sabor e aroma, um papel importante na preferência de seu consumo na forma in natura ou industrializada. Porém, durante o desenvolvimento e, particularmente, na fase de amadurecimento dos frutos, ocorrem mudanças acentuadas nas suas características físico-químicas⁴⁵.

O mercado dos principais países exportadores de abacaxi no mundo (fruta fresca) em 1996, apresenta-se concentrado nos países da Costa Rica, Costa do Marfim e Filipinas, com 59% do comércio mundial, respondendo, respectivamente por uma exportação (t) de 179.451, 170.384 e 143.994. O Brasil aparece com uma tímida participação, 12º lugar, dentre os países exportadores, sendo a produção exportada (t) de 11.542, o que corresponde a um percentual de 1,38%. O grande mercado consumidor está sobretudo na Europa, onde se destacam a França, a Bélgica, a Itália, a Alemanha, a Espanha, a Holanda, etc. Porém, dentre os demais países, a França, os Estados Unidos e o Japão destacam-se com aproximadamente metade do total transacionado em 1996⁴⁶. A tabela 16 confirma a participação tímida do Brasil e a concentração da produção exportada de abacaxi em determinados países, descrevendo os principais países exportadores de abacaxi no mundo (fruta fresca) em 1996.

⁴⁵ Estas características são responsáveis pela condução da colheita do fruto para o ponto ótimo, ponto no qual o fruto estará enquadrado nos padrões de qualidade exigidos, seja para fins industriais ou para o consumo do produto fresco. ver: Carvalho e Clemente, 1981:37.

⁴⁶ Principais países importadores: França(142.250 t), Estados Unidos (135.255 t), Japão(96.618 t), Bélgica (81.924 t), Itália(47.820 t), Alemanha(46.264 t), Espanha(29.011 t), Holanda (26.755 t), etc. Maiores informações: Sousa,et al. 1999:417.

TABELA 16
Principais Países Exportadores de Abacaxi no Mundo (Fruta Fresca) em 1996

Exportadores	
Países	Exportação(t)
Costa Rica	179.451
Costa do Marfim	170.384
Filipinas	143.994
França	77.181
Bélgica-Luxemburgo	58.189
Honduras	30.636
Gana	26.962
Holanda	24.202
Malásia	17.814
Estados Unidos	17.792
República Dominicana	14.000
Brasil	11.542
Indonésia	11.337
México	10.198
Outros	43.013
Mundo	836.695

Fonte: (Sousa, et al. 1999:417)

Este pequeno volume de exportações brasileiras de abacaxi é destinado basicamente para o Cone Sul, especificamente para a Argentina, que desde a criação do Mercosul importa o abacaxi brasileiro e exporta principalmente maçãs, ameixas e cerejas. Além da Argentina, o Uruguai e o Paraguai também apresentam participação no consumo de nossas exportações. Já os embarques para o continente europeu, apresentam-se tímidos, porém elevando-se nos últimos anos, em razão da crescente demanda por frutos tropicais. Desta forma, com relação à pequena quantidade exportada do abacaxi brasileiro in natura, no ano de 1996, destaca-se a Argentina, dentre os países importadores, com 92% de volume do total exportado, vindo, em seguida, outro companheiro do Mercosul, o Uruguai, com 4,70% do volume total exportado. Logo após aparecem os países europeus, com quantidades importadas relativamente inferiores, conforme mostra a tabela 17, que descreve a exportação brasileira de abacaxi in natura, assim como países de destino, no ano de 1996.

TABELA 17
Exportação Brasileira de Abacaxi In Natura e Países de Destino - 1996

Países	1996			
	(t)	% Sobre o Total	Valor (1.000 US\$ FOB)	% Sobre o Total
Argentina	10.611	91,94	3.636	89,75
Uruguai	543	4,70	249	6,15
França	223	1,93	89	2,20
Holanda	124	1,07	58	1,43
Portugal	18	0,16	9	0,22
Reino Unido	14	0,12	6	0,15
Alemanha	9	0,08	4	0,10
Total	11.542	100,00	4.051	100,00

FONTE: FNP/SECEX/DECEX, citados por Anuário... (1998).

Apud: Paiva e Resende, 1998

Entretanto, nestas circunstâncias, são de extrema relevância métodos adequados de comercialização. Ágide Netto et al. (1996:28), descreve a importância da embalagem do fruto, basicamente porque ela envolve a apresentação, a proteção e o transporte do produto. Principalmente quanto ao abacaxi, sua embalagem deverá protegê-lo contra os danos mecânicos decorrentes do manuseio, transporte e estocagem. Além disso, ela deve ser projetada de forma a permitir uma ventilação moderada, sendo o número de frutos por embalagem dependente de seu tipo e da preferência do mercado importador.

Este método de comercialização, que envolve o transporte, minimiza os danos durante o trajeto estabelecido para a mercadoria, completando toda a etapa da comercialização. Os frutos são embalados em caixas de madeira ou papelão, através de cuidados especiais referentes à sua capacidade (Nº e Kg de frutos), à posição destes frutos e ao número de divisões internas. O tamanho, que envolve respectivamente a dimensão externa (comprimento, largura e altura) e o material dessas caixas vão depender das exigências dos países importadores, uma vez que, após a embalagem, os frutos são conduzidos em caminhões até o navio. Para evitar perdas, são extremamente

necessários cuidados com a estrutura de transporte, utilizando-se baixas temperaturas, tanto no transporte a grandes distâncias (caminhões frigoríficos e câmaras frias de navios), quanto nas câmaras de armazenamento⁴⁷. A tabela 18 descreve os principais tipos de embalagens utilizadas no Brasil para a exportação de abacaxi in natura.

TABELA 18

Principais Tipos de Embalagens Fabricados no Brasil, para Exportação de Abacaxi In Natura

Variedade	Material básico	Características da embalagem							
		Dimensão externa (mm)			Capacidade (frutos)		Posição dos frutos	Nº de divisões internas	
		Comp.	Larg.	Alt.	Peso (g)	Nº			kg
Pérola	Tábuas de madeira	680	430	280	4.900	12-36	± 30	Horizontal	2
S. Cayenne	Lâminas de madeira	470	425	275	2.500	6-12	± 20	Horizontal	1
S. Cayenne	Lâminas de fibras de celulose	695	415	295	4.400	12-24	± 30	Horizontal	2
		460	415	295	2.800	6-12	± 20		
S. Cayenne	Papelão*	530	390	275	1.700	12	± 15	Vertical	12
		530	390	240	1.500	12	+ 15		

* As especificações apresentadas referem-se à embalagem introduzida pelo "Programa de Promoção e Extensão para a Cultura do Abacaxizeiro no Estado da Paraíba", com base em modelo utilizado pela Costa do Marfim (caixa do tipo B, para 12 frutos de 1.100-1.299 g ou 1.300-1.500 g, com as coroas de altura reduzida para apenas 5 a 13 cm).

Fonte: Giacomelli & Py (1981), adaptada.

3.4.3 Mercado de Frutas Processadas (Uma Análise Específica do Abacaxi)

No mercado de frutas processadas, o abacaxi utilizado pela indústria apresenta-se sob diferentes formas (suco, polpa, fatias, bocados, pedacinhos, etc.) através de métodos recomendados para todo o mundo. Sendo assim, é bom lembrar que, das cultivares plantadas, a Smooth Cayenne se sobressai como sendo de melhores atributos para a indústria. O Brasil não aparece dentre os principais países exportadores de produtos enlatados de abacaxi. Este mercado apresenta-se dominado pela Tailândia e Filipinas, com destacada participação na exportação mundial. O mercado de produtos

⁴⁷ Esta estrutura de comercialização visa retardar o aumento da taxa respiratória, buscando manter a qualidade do fruto. No entanto, é importante não induzir a um distúrbio no abacaxi (escurecimento interno). Por isso, é preciso que a temperatura fique, para determinados pesquisadores, abaixo de 12° C. Souza, et al. 1999.

enlatados de abacaxi (rodela, cubos, fatias) representa o maior mercado, tanto em volume, quanto em valor. Porém, 85% do total exportado está em cinco países, Tailândia, Filipinas, Indonésia, Quênia e Malásia, com uma quantidade exportada respectivamente de 352.385, 250.010, 125.941, 91.313 e 36.257 em toneladas, tendo como principais importadores⁴⁸ os países da União Européia (considerado o maior bloco comprador de abacaxi enlatado do mundo). Além destes países, destacam-se também, como compradores importantes no mercado internacional de abacaxi, os Estados Unidos e o Japão. A tabela 19 constata que 85% do total exportado de produtos enlatados de abacaxi concentram-se em cinco determinados países, ao mostrar os principais países exportadores de produtos enlatados de abacaxi no mundo, no ano de 1996.

TABELA 19
Principais Países Exportadores de Produtos
Enlatados de Abacaxi no Mundo em 1996

Exportadores	
Países	Exportação(t)
Tailândia	352.385
Filipinas	250.010
Indonésia	125.941
Quênia	91.313
Malásia	36.257
Cingapura	28.797
Holanda	28.270
África do Sul	23.700
Suazilândia	14.668
Alemanha	13.248
China	10.460
Bélgica-Luxemburgo	10.227
Estados Unidos	3.899
México	3.268
Outros	15.745
Mundo	1.008.188

Fonte: (Sousa et al. 1999:423)

⁴⁸ Principais países importadores: Estados Unidos(281.985 t), Alemanha(118.155 t), Holanda(66.690 t), Japão(59.291 t), Reino Unido(51.645 t), França(34.854 t), Canadá(30.864 t), Espanha(27.986 t), etc. Idem.

Agora, quanto ao mercado de suco simples de abacaxi, o Brasil não aparece dentre os principais países exportadores deste suco. Porém, apresentam-se novamente em destaque a Tailândia e as Filipinas com respectivamente 352.385 e 250.010 exportado(t) respondendo por mais de 50% do total do produto comercializado. A novidade é a inclusão de alguns países europeus e dos Estados Unidos, dentre os principais países exportadores no ano de 1996, tendo como principais países importadores, a Espanha, a França, a Itália, etc., se bem que encabeçados pelos Estados Unidos. A tabela 20 descreve os principais países exportadores de suco simples de abacaxi no ano de 1996.

TABELA 20
Principais Países Exportadores de Suco
Simple de Abacaxi no Mundo em 1996
Exportadores (suco simples)

País	Exportador (t)
Tailândia	83.924
Filipinas	66.250
Holanda	36.777
Alemanha	10.677
Bélgica-Luxemburgo	9.349
Costa Rica	6.186
África do Sul	5.400
França	5.395
Finlândia	4.820
Espanha	3.896
Hungria	3.453
México	2.976
Estados Unidos	2.563
Malásia	2.513
Outros	26.132
Mundo	270.311

Fonte: (Sousa et al. 1999:425)

Já o mercado de suco concentrado de abacaxi revela a ausência do Brasil entre os principais países exportadores. No entanto, apresenta como principais países exportadores, as Filipinas, Indonésia e os Estados Unidos (juntos respondendo por 90% do total comercializado), com uma quantidade exportada(t) respectivamente

de 44.127, 24.257 e 5.369. A surpresa maior aparece, quanto aos principais países importadores, a Federação Russa em segundo lugar (4,70%), e os Estados Unidos ocupando o primeiro lugar (89,81%), no ano de 1996⁴⁹. A tabela 21 descreve os principais países exportadores de suco concentrado de abacaxi no ano de 1996.

TABELA 21
Principais Países Exportadores de Suco Concentrado
de Abacaxi no Mundo em 1996

Exportadores (suco concentrado)	
País	Exportador (t)
Filipinas	44.127
Indonésia	24.257
Estados Unidos	5.369
Alemanha	545
Espanha	272
Chipre	261
França	165
Estônia	133
Cazaquistão	126
Outros	598
Mundo	75.853

Fonte: (Sousa, et al. 1999:427)

As tabelas referentes ao mercado de fruta processada (sucos e produtos enlatados), tomando como base o abacaxi, no ano de 1996, demonstraram a ausência do Brasil, (terceiro maior produtor mundial de abacaxi) nesta atividade econômica, entre os principais países exportadores. Esta situação ocorre em razão de o suco de abacaxi oscilar bastante ao longo dos anos, demonstrando uma irregularidade de oferta no mercado internacional. Esta situação pode ser melhor compreendida através da tabela 22 que descreve as exportações brasileiras de suco de fruta, aparecendo, dentre estas, o abacaxi, no período de 1990-1997.

⁴⁹ Dentro do desempenho das exportações e importações de sucos simples de abacaxi, no período compreendido entre 1990 e 1996, observa-se, quanto às exportações, um crescimento anual destacável do produto de 6,49%. Já quanto ao desempenho das exportações e importações de suco concentrado de abacaxi, observa-se, com relação às exportações um crescimento de 3% ao ano, neste determinado período. É relevante lembrar que, no processo de industrialização, para atendimento das exigências do mercado internacional do produto, são necessárias 10 toneladas de frutas frescas, para se conseguir uma tonelada de suco concentrado. Idem.

TABELA 22
Exportações Brasileiras dos Principais Sucos de
Frutas, no Período de 1990 a 1997, em Mil Dólares FOB

Suco	Ano							
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Abacaxi	5.441	7.390	8.151	4.376	3.626	1.521	2.244	961
Caju	107	76	170	95	98	121	n.d.	n.d.
Goiaba	378	361	633	373	397	172	n.d.	n.d.
Laranja	1.460.149	879.080	1.122.244	826.739	1.146.758	1.105.081	1.392.919	1.003.015
Limão	2.432	2.579	1.796	3.764	2.840	2.254	n.d.	n.d.
Maçã	3	39	6.569	4.386	3.130	6.332	17.599	12.834
Maracujá	3.599	3.148	8.116	4.391	2.884	540	n.d.	n.d.
Pomelo	1.354	1.452	-	2.130	1.518	749	476	1.295
Tangerina	5.631	2.966	2.039	2.484	3.142	1.110	n.d.	n.d.
Uva	10.012	4.680	11.227	11.345	8.271	7.233	7.915	15.953

Fonte: Brasil (1996/98).

n.d. = Não-disponível.

Apesar de o Brasil não estar entre os principais exportadores no mercado de fruta processada, este país possui uma pequena quantidade exportada(t) de suco de abacaxi, destacando-se como principal importador deste fruto a Holanda, com cerca de 96% do total exportado. Posteriormente aparecem o Canadá e a Argentina, respectivamente com 2,28% e 1,27% sobre o total importado no ano de 1996, conforme mostra a tabela 23, exportação brasileira de suco de abacaxi e países de destino (1996).

TABELA 23
Exportação Brasileira de Suco de Abacaxi e Países de Destino

Países	1996			
	(t)	% Sobre o Total	Valor (1.000 US\$ FOB)	% Sobre o Total
Holanda	1.508	95,57	2.150	95,81
Canadá	36	2,28	46	2,05
Argentina	20	1,27	26	1,16
Porto Rico	9	0,57	13	0,58
Colômbia	3	0,19	5	0,22
Estados Unidos	1	0,06	2	0,09
Paraguai	1	0,06	2	0,09
Total	1.578	100,00	2.244	100,00

FONTE: FNP/SECEX/DECEX, citados por Anuário... (1998).

Apud: (Paiva e Resende, 1998:8)

3.5 Características Gerais da Abacaxicultura Paraibana

A década de 90 apresenta-se caracterizada pelo processo de globalização econômica. Esta atual realidade estabelece alterações na economia de diversos estados brasileiros, uma vez que, na atual condição de mercado(globalizado), privilegia-se a necessidade de estimular e explorar aqueles segmentos que possuem condições de competitividade. Dentro deste contexto, o estado da Paraíba precisa fortalecer segmentos de determinadas atividades econômicas, competitivos no mercado⁵⁰.

No cenário atual, a Paraíba aparece caracterizada por uma estrutura agrária fortemente concentrada, onde predomina, por um lado, uma agricultura de subsistência descapitalizada e arcaica; por outro lado, caracteriza-se por possuir determinados segmentos que poderão se adaptar ao atual contexto econômico internacional. Dentre estes, destacamos particularmente, o abacaxi.

Segundo Xavier (1990:33), é importante que o estado da Paraíba rearticule econômico-politicamente as relações com suas finanças e economia, suas riquezas, as quais venham a ser alocadas significativamente. Nesta direção, é relevante a existência de uma política econômica de governo capaz de estabelecer como metas, por exemplo, a recuperação de importantes culturas tradicionais, além do estabelecimento de programas de estímulo e apoio à agroindústria, visando utilizar mais racionalmente a matéria-prima produzida no estado.

O abacaxi apresenta uma relativa importância, destacando-se entre os principais segmentos da economia e podendo ser explorado como uma forma alternativa para possíveis conquistas de mercados.

O estado da Paraíba caracteriza-se pela existência predominante da agricultura ligada à produção alimentar básica, por exemplo, o feijão, a mandioca, o milho, culturas com grande representação em termos sociais no estado (atividade de produção alimentar básica). No entanto, dentre os principais produtos agrícolas do estado, o abacaxi,

⁵⁰ A Paraíba como parte do Brasil, representa uma parcela de uma economia relativamente modernizada, tanto em sua agricultura como na indústria. No entanto, as perspectivas apresentadas na última década do milênio, descreve a economia brasileira mais exposta a concorrência internacional, o que implicará, necessariamente, em profundas alterações na economia, notadamente, na necessidade de incremento da produção. Dentro deste quadro, a Paraíba não deverá ficar alheia a esse movimento, sob pena de permanecer marginalizada do processo de avanço da sociedade, desabando sobre si todos os efeitos da desorganização da sua já combatida e frágil economia. Pereira, Administração do Desenvolvimento Econômico em Fórum Paraíba em Debate, 1990:29.

aparece com relevância, reflexo do seu relativo destaque, quanto à área e quanto à produção, ocupando o segundo lugar (284.168t), ficando atrás apenas da cana-de-açúcar que possui uma produção de (8.282.781t); quanto ao rendimento médio, aparece em terceiro lugar (30.372 kg/há), tendo ficado atrás da cana-de-açúcar (52.942 kg/há) e do tomate (35.628 kg/há) no ano de 1990, o que revela uma cultura de grandes interesses econômicos e comerciais locais, apesar dos problemas relacionados com a comercialização, bem como com a produção. A tabela 24 descreve a área, a produção e o rendimento médio dos principais produtos agrícolas, nas lavouras temporárias da Paraíba (1990), enfatizando a participação de destaque do abacaxi, dentre as culturas que apresentam maior volume de produção.

TABELA 24

Área Plantada, Área Colhida, Quantidade, Rendimento Médio e Valor da Produção dos Principais Produtos das Lavouras Temporárias da Paraíba(1990)

PRODUTOS	ÁREA PLANTADA (HA)	ÁREA COLHIDA (HA)	QUANTIDADE PRODUZIDA (T)	RENDIMENTO MEDIO (KG/HA)	VALOR (MIL CRUZEIROS)
ABACAXI (1) (2)	12 718	9 356	284 168	30 372	6 704 831
ALGODÃO HERBACEO (EM CAROÇO)	35 934	24 508	11 552	471	331 998
ALHO	30	29	150	5 172	22 331
AMENDOIM (EM CASCA)	1 394	1 129	1 058	937	67 100
ARROZ (EM CASCA)	15 242	11 387	13 652	1 198	252 002
BATATA-DOCE	7 013	6 155	54 825	8 907	619 884
BATATA-INGLESA	998	998	7 856	7 871	138 814
CANA-DE-AÇÚCAR (2)	160 294	156 449	8 282 781	52 942	15 524 811
CEBOLA	18	18	73	4 055	1 842
FAVA (EM GRÃO)	38 230	34 490	9 670	280	396 985
FEIJÃO (EM GRÃO)	334 539	206 606	47 894	231	2 322 578
FUMO (EM FOLHA)	967	926	747	824	111 940
MAMONA (BAGA)	538	517	133	257	1 574
MANDIOCA (2)	52 641	46 002	166 340	8 398	1 674 615
MELANCIA (1)	488	298	2 086	7 000	31 254
MELÃO (1)	20	20	500	25 000	12 500
MILHO (EM GRÃO)	298 562	192 556	46 312	240	705 489
SORGO GRANIFERO (EM GRÃO)	27	27	16	592	650
TOMATE	1 038	811	28 895	35 628	475 634

(1) QUANTIDADE PRODUZIDA EM MIL FRUTOS E RENDIMENTO MEDIO EM FRUTOS POR HECTARE.

(2) A ÁREA PLANTADA REFERE-SE A ÁREA DESTINADA A COLHEITA NO ANO.

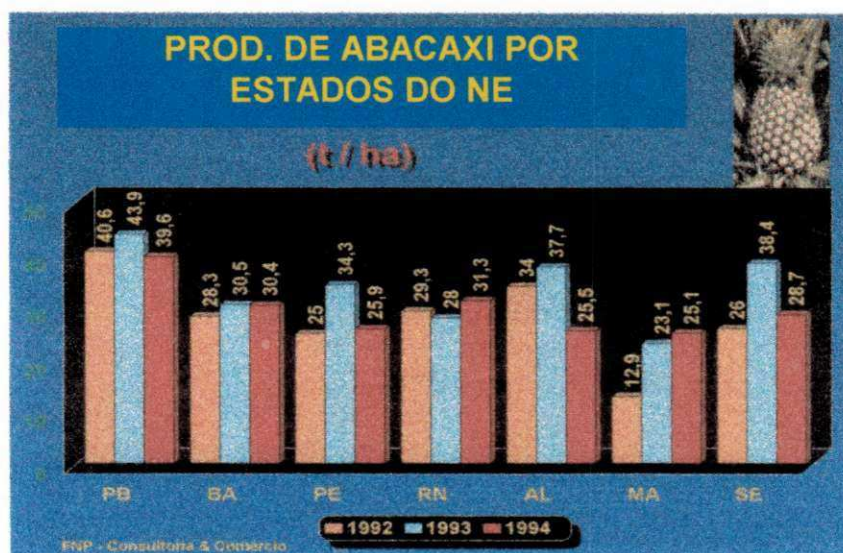
Fonte: IBGE(Produção Agrícola Municipal – 1990)

Na atual conjuntura econômica, poderemos destacar, desta maneira, dentre os segmentos da economia paraibana, o abacaxi. Porém, faz-se necessária a incorporação de tecnologias suficientes para promoverem o aproveitamento integral e mais racional de sua produção.

3.6 Condições de Produção da Abacaxicultura e Regiões Produtoras

O abacaxi aparece de extrema importância dentre os denominados frutos exóticos que vêm se expandindo no mercado, destacando-se, dentre as regiões brasileiras, a região Nordeste, em razão das condições edafoclimáticas satisfatórias para o cultivo deste fruto (a temperatura dentre outros fatores, apresenta-se limitando e determinando as áreas do mundo onde existe o abacaxi)⁵¹, apresentando-se como um dos maiores produtores, o estado da Paraíba, onde a exploração do fruto representa uma das principais atividades econômicas. A Paraíba ocupa o primeiro lugar na produção (t/há) de abacaxi, com respectivamente 40,6%, 43,9% e 39,6% nos anos de 1992, 1993 e 1994; o estado da Bahia, segundo lugar em produção (t/há) de abacaxi, representa 28,3%, 30,5% e 30,4% nos anos de 1992, 1993 e 1994, conforme mostra o gráfico 4.

GRÁFICO 4



Fonte: (Dias, 1997:37)

A exploração do abacaxi, no estado da Paraíba, iniciou-se na década de 1930, apresentando, como destaque, o município de Sapé, localizado na microrregião do agro-pastoril do baixo Paraíba, por possuir condições climáticas e disponibilidade de terras apropriadas a sua exploração. Tais recursos naturais contribuíram para que a cultura se desenvolvesse e conseguisse, a partir de 1966, superar o estado de Minas Gerais, até então, o maior produtor nacional deste fruto. Esta situação revelou Sapé como ponto de referência nacional do abacaxi⁵².

⁵¹ Na região Nordeste encontra ambiente favorável para o seu cultivo, ou seja, clima quente e seco com chuvas irregulares, temperatura em torno de 28°C, o abacaxi desenvolveu-se, ocupando uma posição muito significativa na região, desempenhando importante papel na agricultura do Nordeste, quando refere-se a produção, a qualidade do sabor deste fruto nesta região deixa-o competitivo pelas condições já mencionadas. Ver: dias, 1997:12

⁵² Melhores informações ver: Perfil de Comercialização, Abacaxi, 1981:15

A introdução da tecnologia moderna no cultivo do abacaxi no estado da Paraíba aconteceu com a implantação da fazenda Buracão, por influência do Grupo Maguari que utilizava a matéria-prima do abacaxi para processamento industrial, influenciando o processo de urbanização⁵³ em determinadas áreas do estado.

Utilizando os financiamentos da SUDENE, a Maguari buscava a industrialização das frutas tropicais no Nordeste, tendo inicialmente como proprietário, o Grupo Tavares de Mello. A agroindústria Maguari diversificava sua linha de produção, aumentando seus investimentos no setor, com vistas a garantir o fornecimento adequado da matéria-prima para as suas fábricas. Desta forma, foi comprada a Fazenda Buracão (Sapé-PB) para plantação do abacaxi destinado a ser processado, na época, em sua fábrica, em Pedras de Fogo⁵⁴. Esta fazenda era considerada a maior produtora nacional de abacaxi da variedade Smooth Cayenne, neste determinado período.

Prosseguindo a expansão de seus investimentos, segundo Carvalho (1984:61), fundou-se em 1980, a Maguari Agrícola Ltda, que tinha como finalidade implantar um projeto agrícola na praia de Lucena. É importante mencionar que a agroindústria da Maguari contava com o apoio dos incentivos fiscais e creditícios da SUDENE. Utilizando tais condições, espalhava-se em alguns estados que se destacavam na matéria-prima (frutas), estabelecendo uma ligação agricultura-indústria. Em certos casos, os proprietários da Maguari compravam fazendas em determinadas localidades produtivas destes frutos, visando utilizá-los na industrialização.

A produção do Complexo Agroindustrial da Maguari apresentava-se bastante diversificada⁵⁵, destacando-se no mercado nacional. O fornecimento da matéria-prima era feito diretamente das unidades agrícolas do grupo Maguari, ou através da compra de frutos a intermediários ou à cooperativa⁵⁶. A produção era absorvida, em sua maioria,

⁵³ No estado (especificamente na área de Sapé) nas décadas de 60/70 era visível a influência do abacaxi sobre a dinâmica do seu espaço urbano, quando filas e mais filas de caminhões dos mais variados estados, principalmente do Centro Sul lá estavam aguardando serem carregados e daí, pelo sistema rodoviário, distribuídos para as demais regiões e portos responsáveis pelo escoamento (Recife e Cabedelo) para exportações, principalmente para a Argentina. ver: Dias, 1997:21.

⁵⁴ O funcionamento da Maguari deu-se, primeiramente na Paraíba, após a implantação em 1928 da Usina Olho D'água, criada em Pedras de Fogo (Paraíba) em 1952 a Agroindústria Livramento Ltda., mudando a razão social, em 1953, para Indústria Alimentícia Maguari Ltda, e, transformando-se em 1964 em uma S/A, sendo conhecida habitualmente como Maguari. Carvalho, 1980:58.

⁵⁵ A atividade principal da Maguari sempre foi a de industrialização de frutas tropicais, destacando em sua linha de produção inicial o abacaxi, na forma de fatias e em conserva, o entrosamento entre os setores agrícolas e industrial, marcou desde o início, o caráter agroindustrial da empresa. Idem, 1980.

⁵⁶ A empresa não mantinha contratos formais com os fornecedores, porém, emprestava-lhes "containers" para acondicionar melhor o produto, no caso do smooth cayenne, evitando prejuízos na qualidade, no momento de serem transportados para a fábrica. No entanto, percebemos uma estreita vinculação entre os intermediários e a indústria.

pelo mercado interno. Exportava-se apenas pequenas quantidades, apesar das satisfatórias possibilidades de ganhos de mercado.

Neste momento, o setor industrial procurava de alguma maneira interferir, subordinando o setor agrícola, através da criação de novas exigências com relação à matéria-prima. Este setor administrava e organizava a produção agrícola, determinando inclusive a variedade do produto a ser plantado, a época apropriada, a quantidade a ser produzida, etc.

No início da década de 90, a Paraíba apresentava em destaque, quanto ao aspecto agroindustrial a Pina Soft Paraíba Indústria S/A de frutas tropicais, no tradicional município de Sapé, que produz sucos de frutas para a exportação (Estados Unidos, Alemanha e Itália). Esta unidade apresentava-se de extrema importância para a economia de Sapé, na medida em que utilizava a matéria prima por excelência (abacaxi) e gerava empregos diretos e indiretos para a população local⁵⁷. É bom lembrar que a produção que é direcionada para a agroindústria e para exportação de frutas por empresas especializadas, é obtida basicamente da variedade smooth cayenne.

No entanto, o estado da Paraíba, apresenta a variedade pérola como a mais cultivada e de grande aceitação no mercado de frutas in natura, destacando-se, nesta região, há mais de 30 anos. Dentro deste dimensionamento, é relevante enfatizar que as condições ambientais podem influenciar as características físicas e químicas do abacaxi, levando as modificações na fase da colheita a um ponto no qual o fruto poderá ou não estar enquadrado nos padrões de qualidade exigido, seja para fins industriais, seja para o consumo in natura do mercado interno ou do mercado externo.

Miguel Neto, et al. (1998:24), estimam que as cultivares pérolas e jupi representam 80% e 15% respectivamente da área plantada pelo estado da Paraíba, ficando apenas 5% para o smooth cayenne, apesar das boas condições ecológicas da região para a atividade, mesmo em regime de sequeiros. Na realidade, pouco se conhece do comportamento da cultivar smooth cayenne, a não ser especificamente nas áreas irrigadas dos grandes projetos. Esta irrigação é de extrema importância para estimular a produção da cultivar

⁵⁷ A industrialização não trouxe a indústria para a agricultura. Isto significa que a agricultura não gerou concentração. Xavier (1990:46). Seguindo este raciocínio, enfatiza-se, com raras exceções, que o nível tecnológico utilizado no setor agropecuário apresenta-se ainda muito baixo. As culturas que relativamente têm sido exploradas mais racionalmente são o abacaxi, a cana-de-açúcar, a batata inglesa, o fumo, o inhame e as hortaliças. Porém, afirma que, mesmo estas culturas, não cumprem todas as recomendações técnicas. Pita (1990:98).

smooth cayenne que relativamente necessita de uma maior quantidade de água para um maior aproveitamento comercial (o único que se presta para a industrialização em fatias).

Particularmente quanto ao cultivar pérola, segundo Choairy et al.(1994:73), este se destaca na Paraíba, sobretudo para consumo in natura. Apesar de suas características, com referência ao seu peso médio, comprimento e peso da coroa, ser direcionado em boas percentagens para aproveitamento de polpa e de suco da fruta. Esta cultivar adapta-se bem às condições climáticas da área produtora paraibana. O seu cultivo é mais simples, por ser mais rústico e exigir menos cuidados fitossanitários com relação a cultivar Smooth Cayenne.

Na realidade, segundo Miguel Neto, et al. (1998:25) a abacaxicultura paraibana caracteriza-se, basicamente, pela produção em regime de sequeiro como a atividade predominante, principalmente entre os produtores familiares, apesar de uma pequena parte abranger grandes plantações de nível empresarial em cultura tanto irrigada quanto em sequeiros.

Neste sentido, Sousa et al. (1999:385) afirmam que, apesar de o estado da Paraíba possuir grandes plantios de abacaxi, esta cultura é explorada sobretudo por produtores familiares, dificultando a adoção de algumas tecnologias recomendadas para um melhor desenvolvimento do cultivo deste fruto, com referência aos padrões de qualidade exigidos pelo mercado nacional e, principalmente, pelo mercado internacional.

Esta situação resulta em possíveis problemas que aparecem na produção paraibana de abacaxi, o que leva muitos produtores a se lançarem no consórcio, um plantio das culturas secundárias dois meses depois da principal⁵⁸, procurando reduzir os riscos, visando aumentar a sua renda, melhorar o seu regime alimentar e promover o uso mais eficiente e racional da terra. Este fato acontece porque a produção do abacaxi paraibano é realizada principalmente em regime de sequeiro, apesar de existirem algumas áreas de irrigação ligadas à agroindústria, que produzem para o mercado externo, porém, em pequenas quantidades, uma vez que esta produção está voltada principalmente para o mercado interno.

O estado da Paraíba destaca, tradicionalmente, como principais municípios produtores de abacaxi, Sapé, Rio Tinto, São Miguel de Taipú e Itapororoca. Porém, nos

⁵⁸ O consórcio se feito dentro das condições exigidas, não afetará a produção do fruto do abacaxi, em determinados casos acontece o aumento da produção deste fruto quando for consorciado com qualquer das espécies. Ver: Choairy, et al. 1997:19

anos de 1995-1996, a cultura do abacaxi vem se apresentando, também, como uma das principais fontes de renda e de destaque na produção em outros municípios do estado. Dentre os principais municípios paraibanos produtores de abacaxi, 1991-1996 o município de Pedras de Fogo ocupa o segundo lugar, com uma produção de 31.500(t) no ano de 1995, e o primeiro lugar com uma produção de 6.300(t) no ano de 1996 e Santa Rita ocupa o primeiro lugar, no ano de 1995, e o segundo lugar no ano de 1996, com uma produção de 35.000(t). Esta produção da abacaxicultura paraibana acontece em razão basicamente das condições edafoclimáticas favoráveis, que cerca estas áreas de abrangência da Paraíba. A tabela 25 descreve a área e a quantidade de abacaxi paraibano, segundo os principais municípios produtores 1991-1996.

TABELA 25

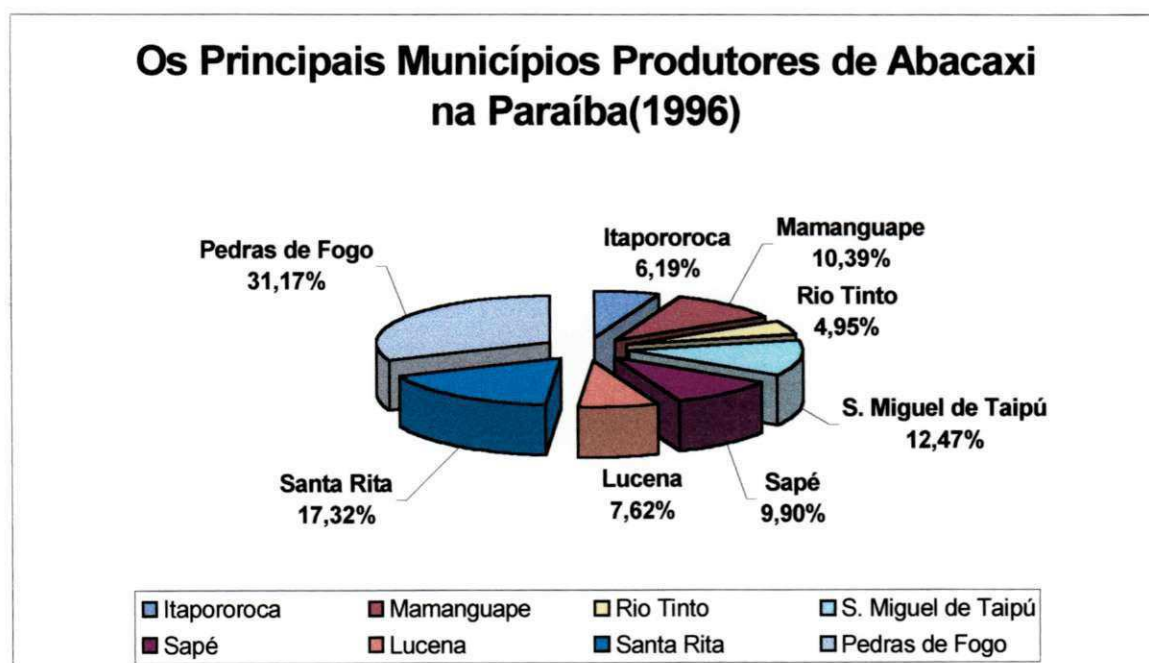
Área e Quantidade de Abacaxi Paraibano segundo os principais Municípios Produtores (1991-1996)

Municípios	1991		1992		1993		1994		1995		1996	
	Área (há)	Quant (t)	Área (há)	Quant (t)	Área (há)	Quant (t)	Área (há)	Quant (t)	Área (há)	Quant (t)	Área (há)	Quant (t)
Itapororoca	900	29700	900	29700	900	22500	300	7500	400	10000	500	12500
Mamanguape	600	16800	600	16800	600	15000	600	21000	600	21000	600	21000
Rio Tinto	1500	49500	1500	49500	1500	37500	1500	37500	750	18750	400	10000
S. Miguel de Taipu	1200	34800	1300	26000	1300	37700	1000	27000	900	23200	900	25200
Sapé	1500	49500	1500	49500	1500	37500	800	26400	800	26400	800	20000
Lucena	530	13250	530	13250	530	11660	530	11660	700	15400	700	15400
Santa Rita	1200	18903	700	18900	700	17500	700	17500	1100	35000	1400	35000
Pedras de Fogo	800	24000	800	24000	800	20000	900	31500	1800	31500	1800	63000
Total	10672	307011	10420	301107	10420	252246	8355	236622	10107	235757	8436	237905

Fonte: IBGE (Produção Agrícola Municipal Paraíba)

A produção do abacaxi paraibano concentra-se nas microrregiões do agropastoril do baixo Paraíba (Sapé e São Miguel de Taipú), área tradicional do cultivo desse fruto, e no litoral paraibano (Itapororoca, Lucena, Mamanguape, Pedras de Fogo, Rio Tinto e Santa Rita), o qual, ocupado anteriormente pela lavoura da cana-de-açúcar, diversificou-se atualmente com a fruticultura. O avanço da produção do abacaxi paraibano para a área do litoral fica expresso na avaliação dos cinco maiores municípios produtores desse fruto, no ano de 1996, onde se destaca o município de Pedras de Fogo, com 63.000(t) e o município de Santa Rita, com 35.000(t), correspondendo, respectivamente, a 31,17% , 17,32% do total da produção do estado. Esta situação revela que, apesar de, por um lado, ter ocorrido um aumento da produção nos municípios que se localizam no litoral do estado, principalmente Pedras de Fogo e Santa Rita, por outro lado, aconteceu uma redução da produção da área tradicional do cultivo do fruto no estado, caso específico de Sapé, considerado por um longo período de tempo como ponto de referência nacional do abacaxi. O gráfico 5 apresenta os principais municípios produtores de abacaxi na Paraíba (1996).

GRÁFICO 5



Fonte: IBGE (Produção Agrícola Municipal da Paraíba)

3.7 Relação entre a Abacaxicultura Paraibana e a Abacaxicultura Nacional.

A Paraíba destaca-se, dentre os principais estados produtores de abacaxi, nas diferentes regiões do país, a saber, Minas Gerais, Paraíba, Pará, Bahia, Espírito Santo, São Paulo e Rio de Janeiro. Excetuando-se Minas Gerais que, de forma tímida, destaca-se, relativamente, com uma parte de sua produção direcionada ao mercado externo, os demais estados destinam basicamente a sua produção, com destacáveis volumes, ao mercado interno.

Os estados tradicionais, com relação à produção de abacaxi, são Paraíba e Minas Gerais. A novidade, que surpreende em termos de crescimento do cultivo, é o estado do Pará, aparecendo, também, em destaque, o estado da Bahia, segundo maior produtor do fruto no Nordeste. Além desses estados produtores, apresentam-se também com boas condições de localização, o estado do Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo, destacando-se os dois últimos com perspectivas otimistas de mercado, no cenário nacional. No período 1990 – 1995, o estado da Paraíba, que se apresentava como o maior produtor nacional de abacaxi, perde esta colocação para o estado de Minas Gerais, a partir de 1994, cuja produção foi de 341.003(t), ficando em segundo lugar, com uma produção de 236.622(t) em seguida, vêm os estados do Pará, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo. Porém, é destacável o rendimento médio do abacaxi paraibano ao longo dos anos analisados, demonstrando relativamente a qualidade e aceitação deste fruto, destinado ao mercado consumidor basicamente nacional, já que o mercado internacional aparece mais exigente quanto ao padrão de qualidade do fruto, conforme mostra a tabela 26, produção e rendimento médio do abacaxi, segundo os principais estados produtores da Federação (1990-1995).

TABELA 26

Produção e Rendimento Médio do Abacaxi, Segundo os Estados Produtores de Destaque da Federação(1990-1995)

Estados	1990		1991		1992		1993		1994		1995	
	Produção (t)	Rend. Médio (kg/há)	Produção (t)	Rend. Médio (kg/há)	Produção (t)	Rend. Médio (kg/há)	Produção (t)	Rend. Médio (kg/há)	Produção (t)	Rend. Médio (kg/há)	Produção (t)	Rend. Médio (kg/há)
Minas Gerais	186993	18690	196319	19772	210921	20881	237205	21023	341003	20859	311079	19913
Pará	15807	19300	14425	19311	18675	19473	37658	18726	53587	21349	78945	22169
Paraíba	284168	30373	307011	28768	301107	28897	252246	25129	236622	28321	232157	24993
Bahia	45643	19949	50115	19699	67516	23297	48457	20182	71493	21711	58977	21299
Espírito Santo	30186	22799	40942	22645	36682	20619	67260	20271	65284	20204	50610	20228
São Paulo	19731	20258	14452	25134	25760	26889	25010	28101	42170	27032	16335	20889
Rio de Janeiro	13554	29921	14850	29700	10615	20453	25000	30048	24870	30000	24510	30000
Brasil	724030	22561	778778	22684	809248	22780	817992	21482	973550	22345	914229	21287

Fonte: IBGE

O estado de Minas Gerais apresenta-se como o maior produtor nacional de abacaxi, no ano de 1997, caracterizando-se, essencialmente, por muitas mudanças⁵⁹. Destaca-se preferencialmente pela cultivar pérola, por ser mais assimilável ao paladar do consumidor, em razão do menor teor de acidez do fruto. No entanto, parte da produção é voltada para a demanda de exportação e agroindústrias, onde predomina a variedade Smooth Cayenne, que possui características apropriadas para atender a esse segmento de mercado⁶⁰.

Quanto ao estado do Pará, a cultura do abacaxi é descrita ali como uma espécie rústica, adaptada às condições edafoclimáticas adversas, ocorrentes nesta região, caracterizada pela agricultura familiar que apresenta um resultado favorável com crescente demanda de mercado, em razão do empenho significativo do Centro de Pesquisa Agroflorestal da Amazônia Oriental,⁶¹ destacando-se, em 1997, como segundo maior produtor nacional de abacaxi.

Já o estado da Paraíba destaca-se como um dos maiores produtores de abacaxi, representando, no ano de 1997, 25,67% da produção nacional. A produção paraibana de abacaxi direciona uma pequena parte para a oferta da agroindústria local e outras fora do estado, sendo a maior parte (preponderante) para o consumo in natura. A sua participação no mercado internacional é irrisória, ficando restrita a pequenas quantidades exportadas via intermediários e agroindústrias.

Com relação à Bahia, o abacaxi apresenta-se, naquele estado, marcado predominantemente pela cultivar pérola, havendo pequena participação da cultivar Smooth Cayenne na produção estadual de abacaxi. A maioria dos plantios são feitos em áreas virgens, preparando-se o solo mecanicamente. Apesar de tentar controlar as principais pragas e doenças, o comportamento da abacaxicultura baiana apresenta oscilações quanto à área e à quantidade, em razão, sobretudo, da elevada incidência de fusariose. Na região semi-árida, a prática de irrigação vem aumentando, o que possibilita a produção do fruto

⁵⁹ As mudanças que foram introduzidas em Minas Gerais foram direcionadas para: plantio em solos devidamente preparados em relação à "roça de toco", introdução de novas variedades e substituição de outras; mudança do sistema de plantio de fileiras simples para fileiras duplas; adoção do sistema de irrigação; instalação de agroindústrias e intensificação do mercado de exportação de frutas in natura. Santos e Silva, 1998:78

⁶⁰ O destino da produção de Minas Gerais é estimada em cerca de 10 a 15% para a exportação, 25 a 30% para a indústria e 60 a 65% para o mercado interno in natura. O parque agroindustrial, apresenta-se em destaque na região do triângulo mineiro, possuindo oito unidades que processam o abacaxi com uma capacidade instalada para 67 mil toneladas/frutos/ano, conta também com infra-estrutura apropriada para a exportação de frutos in natura, composta de 15 unidades, localizadas nos municípios de Monte Alegre de Minas, Canápolis e Frutal. Com uma localização privilegiada em relação aos mercados consumidores, Minas Gerais, apresenta no momento uma evolução considerável, em termos de produção, em razão da aplicação de tecnologias, tais como, adensamento, controle de pragas e doenças. Idem

⁶¹ De forma tradicional, a orientação técnica conduzia esta lavoura no estado da Pará, aos monocultores. Porém, hoje o Centro de Pesquisa Agroflorestal da Amazônia Oriental(CPATO) da Embrapa vem estimulando a intercalação da cultura do abacaxi em plantios de coqueirais, com resultado favorável à agricultura familiar. Rodrigues e Alves, 1998:79.

nas diversas épocas do ano, em função do incentivo oficial para revitalização da cultura, especialmente nas regiões de Coração de Maria e Itaberaba. O estado da Bahia destaca-se também na qualidade do fruto produzido, devido à consciência do abacaxicultor baiano quanto ao atual nível de exigência do consumo brasileiro. Ele adota métodos mais eficientes e econômicos em sua produção, possibilitando a colheita de frutos de melhor qualidade, com custos médios menores.

Em relação aos outros estados, destacados em nossa avaliação, com referência à produção de abacaxi no Brasil, os estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo apresentam algumas características de destaque na cultura deste fruto que merecem ser comentadas.

O estado do Espírito Santo, aparece próximo aos grandes centros consumidores, na região Sudeste do Brasil, possuindo condições edafoclimáticas favoráveis à cultura do abacaxi (uma das principais fruteiras do estado). Neste estado destacam-se as cultivares pérolas e Smooth Cayenne, com 90% e 10%, respectivamente, da área. Porém, apresenta um aumento da rentabilidade dependente da utilização de tecnologias já disponíveis para os produtores (qualidade de mudas e controle integrado a fusariose). Quanto à irrigação, neste estado apresenta-se ainda pouco utilizada, apesar de ser fundamental para produção na entressafra. A comercialização realiza-se através de um processo que depende dos agentes intermediários prejudicando, desta forma, o produtor.⁶²

O estado do Rio de Janeiro caracteriza-se, na última década deste século, por estimular, na sua fruticultura, o abacaxi, principalmente com a cultivar pérola. Este estado apresenta condições extremamente favoráveis a investimentos na cultura deste fruto, em razão de diversas vantagens oferecidas⁶³. Já São Paulo⁶⁴, apresenta uma falta de planejamento e organização que é traduzida pelas dificuldades enfrentadas pelos produtores, nos anos de 1995, 1996 e 1997, as quais não foram apenas de preço, mas, também, de colocação do produto no mercado. Além disso, a inadimplência, por parte de

⁶² Maiores informações: Ventura e Gomes, 1998:77

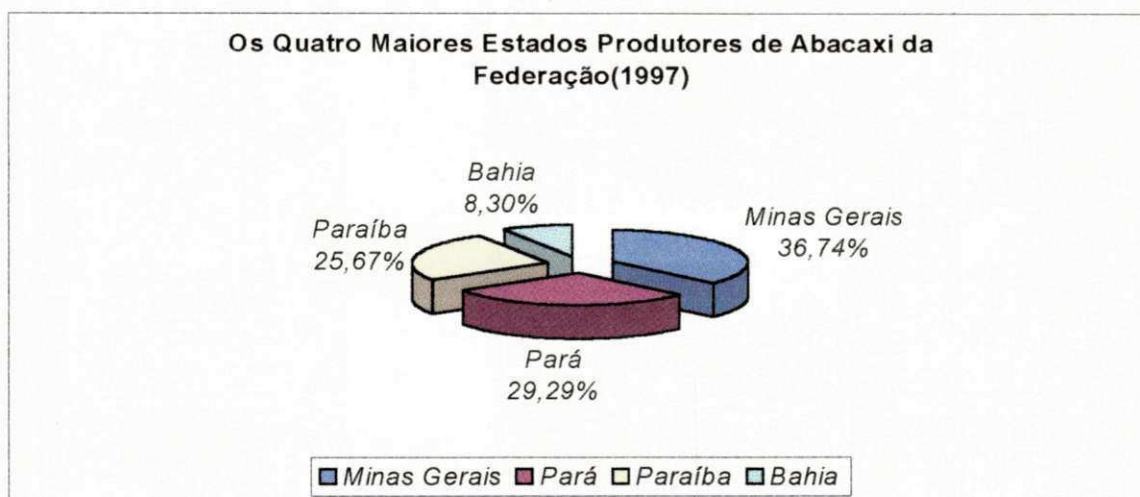
⁶³ As oportunidades de investimentos na cultura do abacaxi no estado do Rio de Janeiro é dimensionado pelas seguintes vantagens dentre outras oferecidas: a) um dos maiores contingentes populacionais do país; b) posição geográfica privilegiada traduzida pela maior proximidade dos mercados consumidores e; c) infra-estrutura de transporte marítimos e aéreos disponíveis no estado possibilita a colocação de frutos no mercado internacional em prazos inferiores aos das demais Unidades da Federação. Gadelha, 1998:82.

⁶⁴ A estrutura fundiária paulista é marcada por um lado, por grandes produtores (região de Baurú) que se caracterizam pelo uso intensivo de tecnologias modernas, tradição no mercado, boa infra-estrutura para a produção e comercialização, além da concentração da produção nos meses de janeiro e fevereiro, já por outro lado, é marcada por pequenos e médios produtores (Guaraçai) que hoje formam uma associação com aproximadamente 120 produtores, visando absorver tecnologia e, principalmente, orientar pequenos produtores em relação ao escoamento de safra (ocorre durante o ano inteiro, concentrando-se no período de outubro a janeiro). Sampaio, 1998:83.

atacadistas tradicionais e atravessadores individuais, constituía outro grande problema. Esta situação fez com que os produtores de abacaxi (grande maioria descapitalizados e desmotivados) deixassem de plantar, reduzindo, desta forma, a área plantada.

Em 1997, ocorre uma nova alteração entre os maiores estados produtores de abacaxi. O estado do Pará toma a posição de segundo lugar do estado da Paraíba, que anteriormente, em 1994, tinha perdido a posição de primeiro lugar para Minas Gerais, estado com grande destaque na produção voltada em grande parte para o mercado interno, apesar das boas quantidades relativamente exportadas do fruto para o mercado externo. Desta forma, o ano de 1997, descreve, como os principais estados produtores deste fruto, Minas Gerais (310.248), Pará (247.377), Paraíba (216.750), Bahia (70.084), respectivamente, com 36,74%, 29,29%, 25,67% e 8,30% da produção nacional. O gráfico 6 mostra os quatro maiores estados produtores de abacaxi da Federação (1997).

GRÁFICO 6



Fonte: Levantamento sistemático produção agrícola (1997,1998)

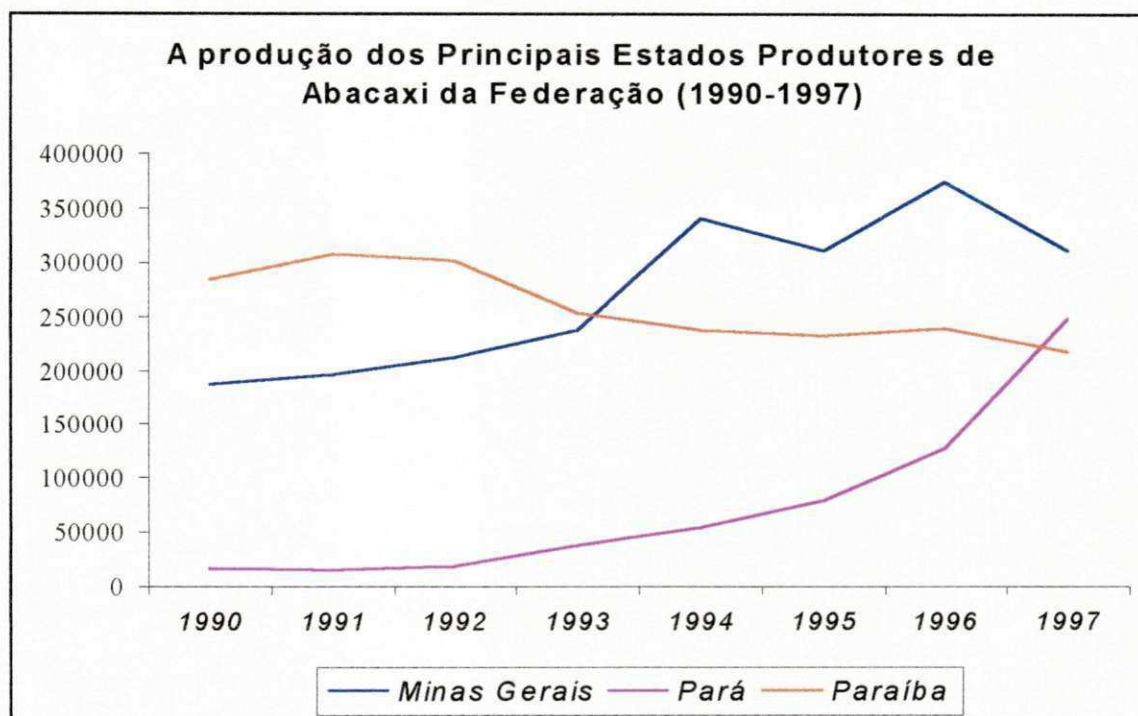
Apud: Paiva e Rezende, 1998

Avaliaremos mais especificamente o abacaxi paraibano inserido na abacaxicultura nacional, analisando a produção dos principais estados produtores da Federação, no período 1990 a 1997 (Minas Gerais, Pará e Paraíba). O estado de Minas Gerais apresenta, apesar das oscilações em sua produção, um destaque em termos de volume, ultrapassando a Paraíba em função basicamente de tratos culturais ministrados pelo abacaxicultor,⁶⁵ como por exemplo, adotando o sistema de irrigação e o controle de praga e doenças. Além disso, na variedade cultivada, destaca-se a cultivar pérola para o consumidor nacional e a cultivar smooth cayenne para a exportação e agroindústrias. O

⁶⁵ Os tratos culturais ministrados pelo abacaxicultor (calagem, adubação, irrigação, controle de ervas más, pragas e moléstias, proteção dos frutos contra queimadura do sol, uso de substâncias indutoras do florescimento, etc.). Ver: Giacomelli, 1981:64.

estado do Pará mostra, no período de 1990-1997, uma grande evolução em sua produção de abacaxi, reflexo da segunda colocação dentre os principais estados produtores da Federação, em razão basicamente da contribuição significativa do Centro de Pesquisa Agroflorestal da Amazônia Oriental, que ajudou nos tratos culturais ministrados pelo abacaxicultor. Agora, quanto ao estado da Paraíba, a produção do abacaxi apresenta um pequeno aumento nos anos de 1990-1991, porém, sofre relativos decréscimos de sua produção no período de 1991-1997, que acontece basicamente em razão da ausência de tratos culturais a serem ministrados pelo abacaxicultor paraibano, revelando a falta de uma melhor condição financeira para investir, por exemplo, no controle de ervas más, pragas e moléstias, na irrigação, etc., o que contribuiria para melhorar a qualidade e aumentar o volume de produção,⁶⁶ conforme mostra o gráfico 7.

GRÁFICO 7



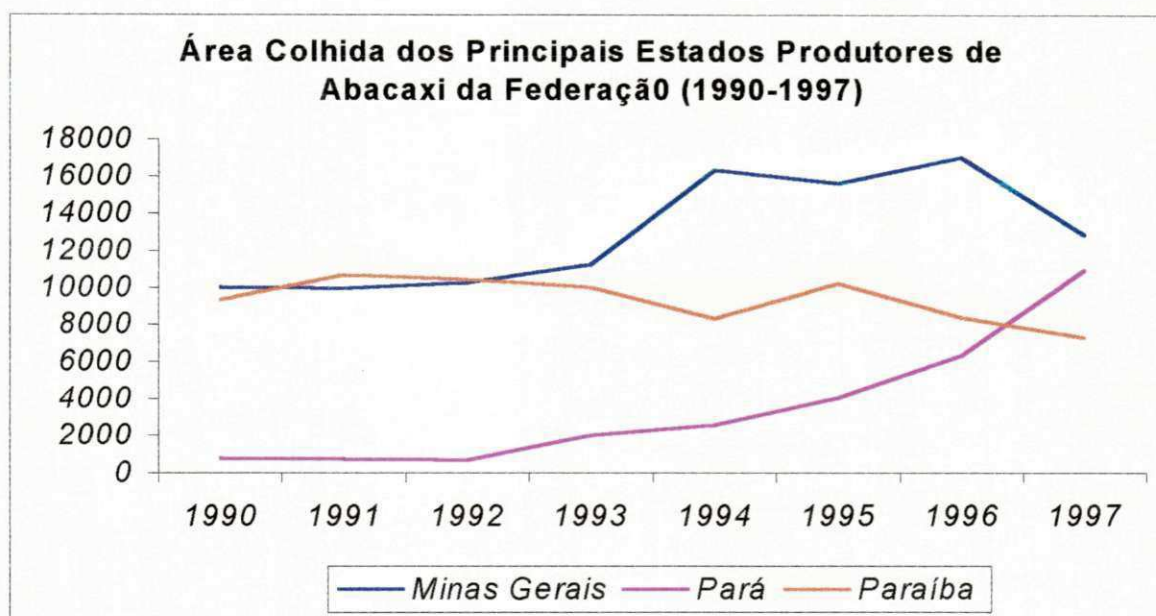
Fonte: IBGE

Os principais estados produtores de abacaxi da Federação apresentam a sua área colhida com variações distintas. O estado de Minas Gerais cresce de uma maneira geral a área colhida, apesar da queda evidenciada no ano de 1995 e 1997. Esse crescimento é reflexo das boas condições climáticas, mão-de-obra disponível e do emprego de técnicas

⁶⁶ A produção de abacaxi apresenta-se caracterizada pelo endividamento de produtores familiares que recorreram ao crédito da rede bancária para investirem em tecnologia (principalmente em irrigação), para o custeio de sua produção. Porém, a correção monetária e os juros altos adotados nos empréstimos muitas vezes levaram à perda de tudo que o produtor possuía, inclusive a terra para plantar. Já outros produtores substituem o abacaxi por outro produto como única alternativa para não falir. Esta condição acontece em razão da falta de linhas de créditos agrícolas para o custeio de sua produção. Esta realidade mostra a queda da produção paraibana, no momento (1997) terceiro lugar entre os principais estados produtores de abacaxi. Ver: Pimentel, 1997:16.

agrícolas que favorecem a redução dos custos de produção. Já o estado do Pará impressiona pela rapidez com que acontece o crescimento da área colhida, que reflete principalmente a participação significativa do Centro de Pesquisa Agroflorestal da Amazônia Oriental que utiliza o solo e o clima do local para estimular a cultura do abacaxi em plantios de coqueirais. Agora, quanto ao estado da Paraíba, a queda da produção do abacaxi no período de 1990-1997 é acompanhada por uma redução da área plantada deste fruto, devido à ausência de substanciais reservas monetárias dos produtores familiares para custear as despesas durante o período de produção, que alcança uma média de 18 meses. Esta condição é limitada, selecionando-se produtores com capacidades para envolver-se na atividade. Os altos custos de produção apresentam-se desta forma, como reflexo da redução das áreas exploradas para o cultivo deste fruto.⁶⁷ Assim, faz-se necessário o investimento em técnicas (principalmente em irrigação) em razão do longo período de seca. Essas técnicas reduziriam os custos de produção. O gráfico 8 descreve a área colhida dos principais estados produtores de abacaxi na Federação (1990-1997).

GRÁFICO 8



Fonte: IBGE

Desta forma, Polari (1995:71) destaca os efeitos da seca como um dos aspectos que contribuíram para as oscilações da área e da produção do abacaxi paraibano. Seguindo este pensamento, Targino (1990:460) enfatiza a necessidade de uma política de água mais racional, afirmando que esta política, praticada na Paraíba, tem sido irracional,

⁶⁷ Esta situação pode ser utilizada para demonstrar a redução da área que levou, conseqüentemente, à queda da produção do município de Sapé, tradicional no cultivo de abacaxi na Paraíba, influenciando no decréscimo de uma maneira geral da produção do abacaxi paraibano. Ver: Dias, 1997:23.

pois apresenta um desperdício por ausência de um aproveitamento do investimento do uso econômico deste insumo através da irrigação⁶⁸.

Desta forma, os efeitos da seca, levam à necessidade de uma política de água mais racional no estado da Paraíba, direcionando ao abacaxi paraibano ganhos nas relações comerciais, respondendo às exigências do mercado nacional, bem como do mercado internacional, já que, apesar do abacaxi adaptar-se à luminosidade (sol) e razoável quantidade de água, existem limites que, se forem ultrapassados, se transformarão em problemas no cultivo deste fruto e perdas nas relações comerciais, principalmente se não houver um índice tecnológico satisfatório, no caso especial de regime de sequeiro que caracteriza a abacaxicultura do estado da Paraíba.

Quanto a esta situação, é relevante destacar a afirmação de Cunha (1994:20), que enfatiza, o uso de irrigação na cultura do abacaxi como sendo de grande importância nas regiões onde há escassez de chuvas ou estas são mal distribuídas, e principalmente naquelas cujos períodos secos ultrapassem três meses, uma vez que sendo o abacaxizeiro uma planta de ciclo relativamente curto, a falta de água pode constituir fator limitante do seu desenvolvimento e produção, podendo atrasar o desenvolvimento da planta e do fruto (se ocorrer na fase da formação), além de poder reduzir a produção de mudas e causar problemas no florescimento, desse modo afetando diretamente o rendimento desta determinada cultura, especificamente nos plantios que visam à colheita de frutos fora de época normal de safra ou durante o ano todo, com o uso de fitorreguladores.

3.8 – A Comercialização do Abacaxi Paraibano Frente à Atual Conjuntura Mundial.

O abacaxi apresenta-se, no mercado nacional, com limitações de consumo, em razão da insuficiência de renda que restringe a demanda por produtos mais saudáveis⁶⁹. Porém, no mercado internacional, via blocos econômicos e através de consumidores potenciais dispostos a pagar mais por um produto melhor, poderemos obter ganhos comerciais para este fruto, apesar das exigências mais rígidas quanto à sua qualidade.

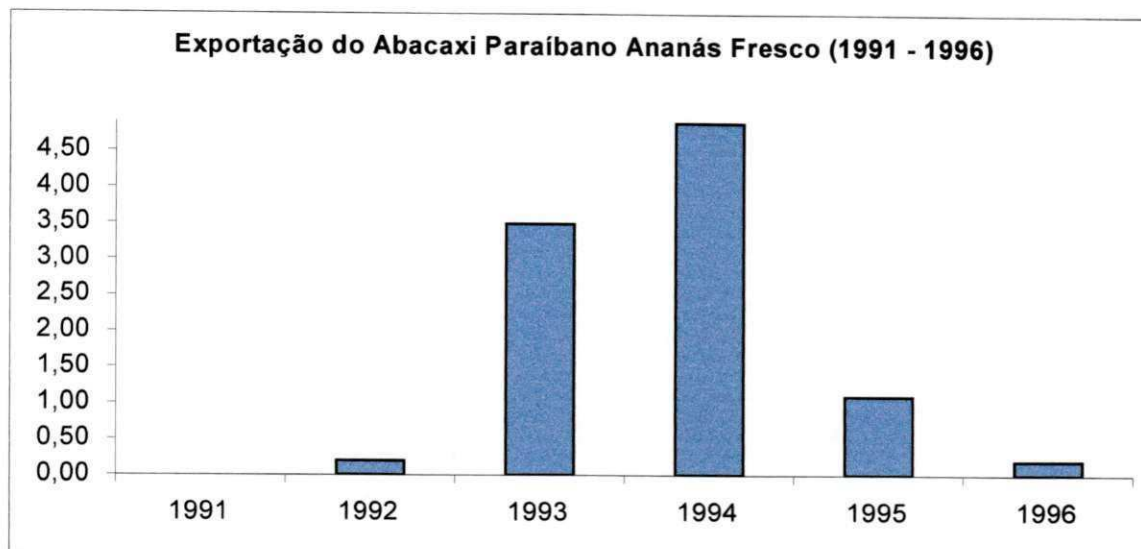
⁶⁸ É preciso integrar numa linha consistente, o gerenciamento dos recursos hídricos, crédito e assistência técnica, através de programas de irrigação que deverão optar pelos pequenos projetos pontuais, a nível de propriedade, induzido por uma linha de crédito especial de informação tecnológicas e de mercado. Targino, 1990.

⁶⁹ Ver: Bortoluzi, Comercialização de Produtos Agrícolas, 1996.

No entanto, apesar do mercado internacional apresentar possibilidade de melhores ganhos comerciais, segundo Dias (1997:27), o abacaxi paraibano apresenta-se distribuído e comercializado basicamente para os mercados do Sul e Sudeste do país (frutas de primeira qualidade), especificamente para São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, seus principais consumidores. Apenas cerca de 5% a 10% dessa produção é direcionada para a comercialização no estado, nas redes de supermercado e feiras livres. Todavia, essa participação, nos últimos anos do período 1990-1997, sofre uma queda em razão da cobrança de impostos que afeta a comercialização do abacaxi, levando à perda de consumidores no mercado nacional para outros estados produtores, onde não há cobrança do ICMS, o que torna o fruto mais barato para a venda em relação ao fruto paraibano. Já com relação à participação do abacaxi paraibano no mercado internacional, podemos descrever basicamente pequenas quantidades exportadas.

A Paraíba apresenta, de uma maneira geral, pequenas participações nas exportações do abacaxi (ananás) fresco, em razão de problemas na fase da colheita e pós-colheita do fruto referente à qualidade (barreiras sanitárias), barreiras tarifárias, questão cambial, impostos em demasia, posição geográfica não favorável ao escoamento de sua produção destinada ao mercado internacional e ausência de marketing, de uma infraestrutura de comercialização, revelando problemas nos serviços de classificação e embalagens e a carência de transporte adequado para a realização destas exportações. O período de 1991-1996 apresenta-se caracterizado pelas restrições principalmente dos mercados europeu e norte-americano, exigentes quanto à qualidade do fruto, pela valorização da moeda brasileira (real) e pela tributação sobre o abacaxi paraibano que desestimulou ainda mais a importação do fruto, inibindo as exportações, especialmente quanto ao nosso consumidor tradicional, a Argentina. Especificamente, a falência da fazenda de abacaxi no município de Rio Tinto (considerada a maior fazenda da América Latina), a Brás-Frutas (que tinha a produção totalmente voltada para a exportação), afeta diretamente as exportações nos anos de 1991-1992. Posteriormente a estes anos, as exportações apresentam relativamente aumentos e reduções, em razão de problemas que afetam a abacaxicultura paraibana para responder às exigências do mercado internacional, conforme mostra o gráfico 9, exportação do abacaxi paraibano ananás fresco (1991-1996).

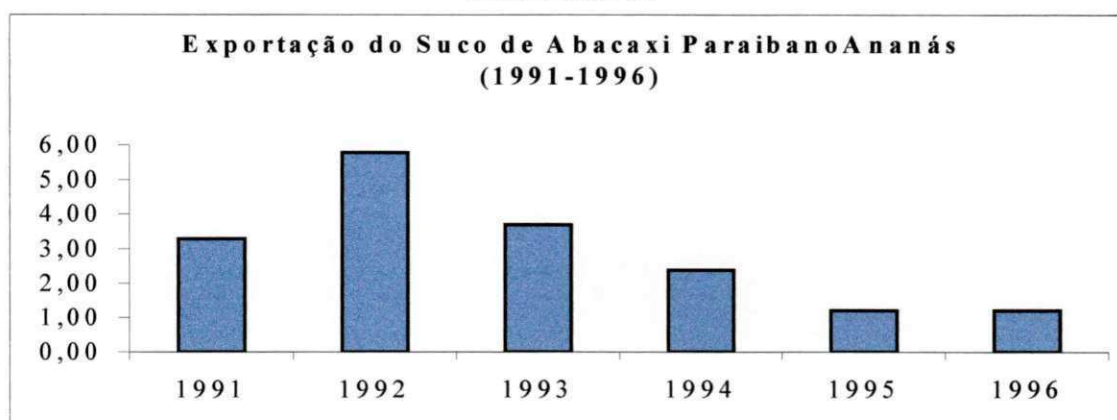
GRÁFICO 9



Fonte: IBGE

O declínio da produção do abacaxi paraibano e a valorização cambial promovida pela política econômica do governo brasileiro afetaram também outros segmentos importantes da economia paraibana. A indústria S/A de frutas tropicais, Pina Soft Paraíba⁷⁰, localizada em Sapé, sofreu impacto da queda da produção paraibana de abacaxi sobre a sua quantidade exportada de suco, levando a sérios problemas administrativos e financeiros, reflexo do declínio desta matéria-prima, apresentando-se responsável basicamente pela perda significativa das exportações de suco de abacaxi paraibano, particularmente nos anos de 1995 e 1996, como mostra o gráfico 10, exportação do suco de abacaxi paraibano ananás (1991-1996).

GRÁFICO 10



Fonte: IBGE

⁷⁰ Depois de algumas paralisações no processo industrial, esta indústria é reativada, em 1996, com o nome de fábrica de sucos da Paraíba, possuindo ramificações na Bahia e Minas Gerais, e aparecendo com a finalidade de explorar o abacaxi e outras frutas para os Estados Unidos, países da Europa e para o Mercosul. Ver: Dias, 1997:21.

CONCLUSÃO

As circunstâncias atuais apresentam a possibilidade de aumento das relações de trocas internacionais com ganhos de mercados para determinados setores da economia, através da mudança de tecnologia vinculada ao comércio, basicamente internacional, reduzindo distâncias que permitem ao homem vencer, com menos custo, trabalho e tempo, a resistência do espaço, o que cria, através de métodos mais adequados, possibilidades bastante significativas para responder às exigências do mercado internacional, quanto à qualidade do produto, traduzindo, conseqüentemente uma crescente especialização dos países internacionalmente, através da exploração de suas vantagens comparativas.

O momento atual apresenta-se caracterizado pelas transformações na infra-estrutura de comercialização promovidas pela mudança tecnológica, permitindo aos sistemas de transporte serem adequados e sofisticados, reduzindo as distâncias que envolvem as diversas localidades do planeta, promovendo o aproveitamento de um consumidor atento à novidade, privilegiando e levando a uma crescente importância os hábitos ecológicos e a saúde, principalmente nos países desenvolvidos. Esta evolução dos novos processos tecnológicos apontam para a possibilidade de maiores quantidades de exportação da fruticultura tropical brasileira, analisando especificamente, o abacaxi, para distintos mercados internacionais visando usufruir ganhos comerciais. Porém, é bom lembrar que, por possuírem relativamente uma considerável renda, os consumidores do primeiro mundo apresentam-se exigentes, quanto à qualidade do produto. Esta exigência representa barreiras à exportação das frutas nacionais.

Esta situação pode ser demonstrada, de uma forma geral, pela pequena participação da exportação da fruticultura tropical brasileira, em razão dos gargalos tecnológicos na sua produção e comercialização dos frutos, prejudicando este segmento de destaque no comércio nacional, uma vez que o mercado internacional apresenta a necessidade de reformulações estratégicas com o objetivo de satisfazer ao público específico, cada vez mais exigente. A região Nordeste apresenta forte participação na fruticultura nacional, porém, vai ter que ser transformada ou adaptada a uma nova estrutura de demanda, precisando melhorar, expandir-se, modernizar sua infra-estrutura

de comercialização e adaptar-se às condições de produção dentro das regras impostas pelo mercado internacional.

O reflexo desta condição da fruticultura tropical brasileira é traduzido quando analisamos o fruto, abacaxi, que apresenta condições ambientais favoráveis à obtenção de grandes volumes de produção, destacando-se na abacaxicultura mundial, como foi colocado no terceiro capítulo, como grande produtor dentre os países mais importantes na produção de abacaxi (1997), Tailândia, Brasil, Filipinas, Índia, China, Nigéria, Indonésia, Colômbia e México.

Porém, este potencial não é suficiente para o abacaxi conseguir competir no mercado internacional, uma vez que o alto padrão de qualidade exigido por este mercado tem sido um dos obstáculos à maior competitividade deste fruto. Para se alcançar este padrão de qualidade, são necessários a utilização de conhecimentos tecnológicos, a organização dos produtores através do associativismo e o exercício de práticas comerciais adequadas ao produto buscando a conquista de novos mercados.

Podemos constatar o fraco desempenho das exportações brasileiras de abacaxi, analisando inicialmente as exportações no mercado de fruta in natura, onde se constata o Brasil em décimo segundo lugar, entre os principais países exportadores, tendo como principais importadores Argentina, Uruguai, França e Holanda. Quanto ao mercado de fruta processada, este problema se aprofunda ainda mais, já que o Brasil não se apresenta entre os países exportadores de produtos enlatados, suco simples e concentrado, não demonstrando, desta forma, um aproveitamento de seu volume de produção, caso que não aconteceu com a Tailândia, Filipinas, Indonésia, Quênia, Malásia, países que se destacam em termos de produção e que aproveitaram sua condição para a agroindustrialização do seu fruto.

Esta situação descreve o reflexo da irracionalidade da política agrícola brasileira, com referência a estímulos para este determinado setor, com relação a um aproveitamento melhor do fruto. É preciso evitar oscilações ao longo dos anos, agroindustrializando, bem como, fundamentalmente, melhorando a estrutura de comercialização, uma vez que os níveis de exportação do abacaxi brasileiro revelam a insuficiência da infra-estrutura de comercialização para a cultura deste fruto, que não responde às exigências do mercado frutícola internacional que, dentre outros fatores, exige o requerimento da qualidade e de regularidade do fornecimento, através de padrões definidos.

Quanto à produção da abacaxicultura nacional, dentre as regiões brasileiras, podemos destacar consideravelmente a região Nordeste (43,52%), em razão basicamente de suas condições edafoclimáticas. Ainda se apresenta em destaque a região Sudeste (32,70%) que possui também boas condições edafoclimáticas, além de possuir uma melhor estrutura de desenvolvimento e uma melhor localização geográfica. Agora, quanto aos estados que mais se destacam na produção deste fruto no Brasil (1997), apresentam-se Minas Gerais (36,74%), Pará com uma destacada oferta (29,9%), Paraíba (25,67%) e Bahia (8,30%).

O abacaxi paraibano apresenta-se como um fruto que, ao longo dos anos, representa um volume de produção destacável no mercado nacional, possuindo uma relevante participação entre os principais produtores de lavouras temporárias da Paraíba. Esta cultura apresenta como principais municípios produtores (1996), Pedras de Fogo (31,17%), Santa Rita (17,32%), São Miguel de Taipú (12,47%), Mamanguape (10,39%), Sapé (9,90%), além de Lucena, Itapororoca e Rio Tinto.

Na abacaxicultura nacional, a Paraíba apresentava-se como maior produtor nacional do fruto até o ano de 1994, quando sofreu uma queda no volume de sua produção, perdendo a liderança para Minas Gerais e perdendo conseqüentemente, no ano de 1997, a posição de segundo lugar para o estado do Pará. Esta queda da produção e da área do abacaxi paraibano é reflexo da falta de disponibilidade financeira de seus abacaxicultores para tratamentos culturais, bem como da tecnologia para a produção e comercialização, o que contribuiria para aumentar o volume de produção e melhorar a qualidade.

O abacaxi paraibano in natura é pouco exportado em razão de problemas na fase colheita e pós-colheita do fruto referentes à qualidade (barreiras sanitárias), barreiras tarifárias, questão cambial, impostos em demasia, posição geográfica não favorável ao escoamento de sua produção destinada ao mercado internacional, ausência de marketing e de uma infra-estrutura de comercialização. Porém, no anos de 1995 e 1996, sofreu uma queda mais acentuada, devido às conseqüências da valorização cambial brasileira e da cobrança do ICMS do governo do estado da Paraíba sobre este fruto. Nestas circunstâncias, ocorre o declínio da produção do abacaxi no estado, afetando diretamente um importante segmento econômico, responsável pelo processamento do fruto, a indústria S/A de frutas tropicais Pina Soft Paraíba, localizada em Sapé nos anos de 1995 e 1996.

Porém, não poderíamos deixar de mencionar que as exportações do abacaxi in natura paraibano, além de serem afetadas pela ausência de tecnologias ajustadas na produção, no transporte e na comercialização, são afetadas também pela ausência de conscientização dos produtores sobre a necessidade de orientar os plantios, para o atendimento das exigências dos consumidores do mercado que se pretende conquistar. É importante que este processo tenha início na opção da variedade a ser plantada, visando o atendimento de padrões, em termos de tamanho do fruto, coloração e sabor.

Nesta atual realidade, a produção e a comercialização do abacaxi paraibano apresenta-se insuficiente para responder às exigências do mercado internacional, nesta economia globalizada, quanto à qualidade do fruto. Apesar de seu volume de produção destacável, não consegue participar deste mercado que se apresenta promissor, em função de seus consumidores potenciais se encontrarem preocupados com a estética e a saúde.

De uma forma geral, precisa-se desenvolver mais o abacaxi paraibano, visando uma perspectiva promissora, como alternativa de desenvolvimento para o estado. Para isso, são necessários mecanismos que ajudem, auxiliem, estimulem a sua exportação, promovendo este fruto através de medidas como a abertura de mais linhas de crédito, um nível mínimo de tecnologia para a produção e comercialização, além de se promover a organização dos produtores e de se estabelecer estratégias de marketing associados à imagem do fruto, uma vez que se tem constatado um mercado mundial promissor, representado por uma grande demanda potencial com relação às frutas tropicais, tanto para o consumo “in natura” como para o industrializado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1) LIVROS E ARTIGOS

ÁGIDE, Netto et al. Abacaxi para Exportação: procedimentos de colheita e pós-colheita. Série Publicação FrupeX. Brasília; 1996.

ALVES, Janine da Silva. Mercosul: Características Estruturais do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai – Florianópolis: Ed. da UFSC, 1992.

AMARO, et al. Aspectos da Fruticultura no Mercosul. Brasília. SOBER. Val. II, 1993

ARLINDO, Neto. A Política Agrícola e a Globalização, In: Revista de Política Agrícola – Ano V, 1996.

BAPTISTA, Luis Olavo; MERCADANTE, Araminta de Azevedo; CASSELA, Paulo Borba. Mercosul das negociações à Implantação. São Paulo, LTR Editora, 1994.

BIELSHOWSKY, R. Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento. Rio de Janeiro: IPEA / INPES / Série PNPE, 1988.

CARVALHO, V. D e Clemente P.R. Qualidade, Colheita, industrialização e consumo de abacaxi. In: Informe Agropecuário, fev. 1981.

CARVALHO, V. D., ABREU, C.M.P. e GONÇALVES, N. B. Qualidade e Industrialização do Abacaxi. In: Informe Agropecuário, nº 19, 1998.

CHALFOUN, S. M. A abacaxicultura brasileira e o Mercado Globalizado. In Informe Agropecuário, nº 19, 1998.

CHOAIRY, et al. Estudo de Épocas de Plantio e de Inolução Floral em Abacaxizeiro Pérola. In: Pesquisa Agropecuária. Brasília, nº 29, jan. 1994.

CUNHA et al. Abacaxi para exportação: aspectos técnicos da produção. Série Publicações FrupeX. Brasília: 1994

FERREIRA, L. C. e VIOLA, E. Incertezas de Sustentabilidade na Globalização. Campinas, SP: Editora de UNICAMP, 1996.

FIORI, J. L. Globalização Financeira: A Vulnerabilidade das Economias Nacionais. Propostas nº 68, 1996

FURTADO, C. Brasil: A construção interrompida. 2ª ed. , Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GADELHA, R. S. S. Situação Atual e Perspectivas Futuras da Abacaxicultura no estado do Rio de Janeiro. In Informe Agropecuário, v. 19, 1998.

GALVAN, C. G. Os blocos: Qual Integração? In: LAVINAS, L. CARLEAL, L. M. F., NABUCO M. R. (ORG) Integração, Região e Regularismo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994

GIACOMELLI, E. J. e PYC. O Abacaxi no Brasil. Fundação Cargill, 1981.

GIACOMELLI, E. J. Expansão da Abacaxicultura no Brasil. Campinas. Fundação Cargil, 1982.

GONÇALVES, R. et al. A nova economia internacional. Rio de Janeiro: CAMPUS, 1998.

GUILLÉN, Arturo. Bloques Regionales Y Globalizacion de la economia In: Comércio Exterior. Vol. 44. Número 5 Mayo de 1994.

GUIMARÃES, A. T. Quatro Séculos de Latifúndio, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

HENZ, R. A. A Agricultura e a Política Agrícola no Mercosul. In: Revista de Política Agrícola – Ano IV, 1995.

HOLANDA Filho, S. B. Livre Comércio versus protecionismo: Controvérsia antiga aspectos recentes. In: Anais do XXV Encontro Nacional de Economia. Recife: ANPEC, 1997.

HUBERMAN, Leo. História da Riqueza do Homem. Rio de Janeiro: Editora: Guanabara, 1985.

KAGEYAMA, A. et al. O Novo Padrão Agrícola Brasileiro. In Delgado G. C. et al. (ORG), Agricultura e Políticas Públicas. Brasília IPEA, 1990.

LEMOS, M. B. Impacto da Abertura Comercial da Agricultura sobre o Desenvolvimento Regional Brasileiro. In: Revista da Economia e Sociologia Rural, nº 34, 1996.

LICIO, A. O Programa de Apoio e Desenvolvimento da Fruticultura Irrigada do Nordeste. In: Revista de Política Agrícola – Ano VI, 1997.

LOEILLET, D. O Mercado Internacional do Abacaxi Fresco e Transformado. In: Informe Agropecuário, nº 19, 1998.

LOIYOLA, E. e UDERMAN, S. Conquista e Desafio para a produção de frutos na Bahia. CEP/Série Estudos e Pesquisas nº 18, 1990.

MARX, Karl. O Capital. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

MATOS, A. P. e SOUZA, J. de S. Situação atual e Perspectivas de Abacaxicultura no estado da Bahia. In: Informe Agropecuário, nº 19, 1998.

MILL, John Stuart. Princípios de Economia Política (volume I), São Paulo: Abril Cultural, 1993.

_____ **Princípios de Economia Política** (volume II), São Paulo: Abril Cultural, 1993.

MIRANDA, costa de V. M. H. Mercosul (texto p/ discussão). Universidade Estadual Paulista, v. 28, 1997.

MONTOYA, M. A. e GUILHOTO, J. J. M. Os Caminhos da Integração Econômica na América Latina e seus Novos Desafios. São Paulo/ USP/ESALQ, 1997, World Wide. Web: <http://www.pa.esalf.usp.be/pa/>.

NAKANO, Yoshiaki. Globalização, competitividade e novas regras do comércio mundial. In: Revista de Economia Política, vol. 14, nº 4, outubro-dezembro 1994.

NOVAIS, F. A. Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial. São Paulo: Hicitec, 1995.

PAIVA, B. M. e RESENDE, L. M. D. Aspectos Econômicos da Produção e Comercialização do Abacaxi. In: Informe Agropecuário, nº 19, 1998.

PAULINO, L. A. REVELO. O Brasil e a América Latina frente a uma Economia Globalizada. Revista Princípios. São Paulo, nº 47, 1997.

- PLATANOV. Mercado Global, Fortaleza, Blocos Regionais.** In: Revista do Mercosul, Ed. 3º Mundo, 1994.
- PETRAS, James. “A Propósito da Globalização e o Neoliberalismo.”** In: cadernos CEAS, junho de 1995.
- PIMENTEL, C. R. Evolução Recente e Tendências da Fluticultura Nordestina.** In: Revista Econômica do Nordeste, nº 29, jan-mar. 1998.
- PIMENTEL, M. Abacaxi Paraibano: O Fim de um Reinado.** In: Revista Manchete Rural, ano 9, fevereiro de 1997.
- PINAZZA, L. A. Resgatando o Sonho.** In: Agroanalysis, janeiro 1999.
- POLARI, R. S. A Involução da Economia Paraibana no Contexto Nordestino.** In: Revista Econômica do Nordeste, v. 26, jan – mar 1995.
- PRADO, L. C. D. A Economia Política da Integração a Experiência do Mercosul.** Rio de Janeiro: UFRJ/Texto para discussão, nº 329, 1995.
- _____ **Mercosul com Opção Estratégica de Integração: Dilemas e Perspectivas.** Rio de Janeiro: UFRJ/Texto para discussão, nº 341, 1995.
- _____ **A Cepal e o Conceito de Regionalismo Aberto.** Rio de Janeiro: EFRJ/ Texto para discussão, nº 342, 1995.
- RICARDO, David. Princípios de Economia Política e Tributação.** São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- RODRIGUES, J. E. L. F. e ALVES, R. N. B. Situação Atual e Perspectivas da Abacaxicultura no estado do Pará.** In: Informe Agropecuário, V. 19, 1998.

ROSSETI, José Pascoal. Introdução a Economia. São Paulo: Atlas, 1988.

_____ **Introdução a Economia.** São Paulo: Atlas, 1997.

SAMPAIO, A. C. Situação Atual e Perspectivas da Abacaxicultura no estado de São Paulo. In: Informe Agropecuário, v. 19, 1998.

SANTOS, T. Economia Mundial: Integração Regional e Desenvolvimento Sustentável. 3ª ed., Petrópolis: Vozes, 1995.

SANTOS, W. V. dos e SILVA, J. R. Situação e Perspectivas da Abacaxicultura no estado de Minas Gerais. In: Informe Agropecuário, v. 19, 1998.

SAYAD, J. e SILBER, S. D. Comércio Internacional. In: PINHO, D. B. e VASCONCELOS, M. A. de (ORGs). Manual de Economia. São Paulo: Saraiva, 1998.

SILVA, J. R. e SANTOS, W. V. Mecanização da Cultura do Abacaxi. In: Informe Agropecuário, v. 19, 1998.

SMITH, Adam. Riqueza das Nações: Uma Investigação Sobre a Natureza e Causas. São Paulo: Nova Cultura, 1981.

SINGER, P. Um Histórico da Globalização. In: 2º Encontro de Economia Política. São Paulo: PUC, 1997.

SOUZA, CARDOSO e FILHO. Situação da Cultura no Mundo e no Brasil e Importância Econômica. In: CUNHA et al. (ORGs). O Abacaxizeiro, Cultivo, Agroindústria e Economia. Brasília: 1999.

TAVARES, M. C. A Retomada da Hegemonia Norte Americana. In: TAVARES, M. C., FIORI, J. L. (ORGs) Poder e Dinheiro – Uma economia Política da Globalização. Petrópolis : Vozes, 1997.

TEIXEIRA, S. M. e DELGADO, F. C. Cenários do Mercado Agrícola Internacional: Uma Simulação de Medida do GATT e da PAC. Pelo CEE e Implicações para o Brasil e o Mercosul. In: Rev. Econ. Socio. Rural. Brasília, v. 31, nº jan –mar , 1993.

TROCOLLI, I. R. Práticos e Nutrivos. In: Agroanálises, Jan, 1999.

VENTURA, J. A. e GOMES J. A. Situação Atual e Perspectivas Futuras da Abacaxicultura do estado do Espírito Santo. In: Informe Agropecuário, v. 19, 1998.

ZANDONADI, Renato. Comportamento das Exportações Agrícolas Brasileiras – 1980/1993. In: Revista de Política Agrícola – ano 3 jul – set 1994.

2) DOCUMENTOS, FONTES

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL, 1990, 1991, 1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997 e 1998, IBGE, Rio de Janeiro.

BARREIRO, Neto et al. Abacaxi: Resumos Informativos. João Pessoa: EMEPA-PB Documentos, 20, 1997.

BARREIRO, Neto et al. Smooth Cayenne em regime de sequeiro. In: Pesquisa Agropecuária Abacaxi. Emepa, nº 10, jun. 1998.

BOLETIM CONJUNTURAL DO NORDESTE, 1995, 1996 e 1997, SUDENE, Recife.

- CARRARO, F. e CUNHA, M. M da. Manual de Exportação de Frutas:** Brasília: MAARA-SDR-Frupex, 1994.
- CENSO AGROPECUÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA, 1985,1995-1996,** IBGE, Rio de Janeiro.
- COSTA, J de O. O Semi-Árido Paraibano. Por uma Estratégia Contra a Seca.** In Fórum Paraíba em Debate. Campina Grande, agosto de 1990.
- MELO, A. A. de. A Paraíba em Debate.** In: Fórum Paraíba em Debate. Campina Grande, agosto de 1990.
- PEREIRA, M. U. G. Administração do Desenvolvimento Econômico.** In: Fórum Paraíba em Debate. Campina Grande, agosto de 1990.
- PITA, José Cauby. Realidade e Proposições para o Setor Agropecuário Paraibano.** In: Fórum Paraíba em Debate. Campina Grande, agosto de 1990.
- PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL DA PARAÍBA, 1991, 1992, 1993, 1994, 1995, 1996 e 1997,** IBGE, Rio de Janeiro.
- SECRETARIA DA AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (Bahia). Frutas: A caminho de um Grande Mercado.** Série Alternativas de Investimentos 3, 1996.
- SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO (estado da Paraíba). Perfil de Comercialização: Abacaxi.** João Pessoa, 1981.
- TARGINO, Ivan. Algumas Considerações sobre a Evolução recente da Economia Paraibana.** In: Fórum Paraíba em Debate. Campina Grande, agosto de 1998.

XAVIER, Jurandir. A Paraíba em Debate. In: Fórum Paraíba Debate. Campina Grande, agosto de 1990.

3) LITERATURA

BORTOLUZI, C. Comercialização de Produtos Agrícolas. Campina Grande: UFPB/CAMPUS II, Cadernos de Economia, dezembro/1996. (Mimeo).

CARVALHO, M. L. G. A Agroindústria Maguari e sua Influência Sócio-Econômica na Produção de Abacaxi no Município de Sapé. Campina Grande: UFPB/CAMPUS II Mestrado em Economia, fevereiro de 1984.

CAVALCANTE, Josefa Salete Barbosa. O processo de Globalização e seus impostos sobre a agricultura. In: 18º Encontro Anual de ANPOCS, Caxambú, MG, (Mimeo).

DIAS, J. Q. Produção de Abacaxi Evolução e Domínio no Município de Sapé-PB. João Pessoa: UFPB/CAMPUS I, dezembro de 1997. (Mimeo)

GUEDES, F. G. Globalização, Integração Regional e Mercosul – Um Estudo sobre Algumas transformações no Capitalismo Mundial e a Nova Inserção do Brasil na Economia Internacional. Campina Grande: UFPB/CAMPUS II Mestrado em Economia, 1999. (Mimeo)

OLIVEIRA, O. L. M. Agricultura Nordestina dentro de um contexto de uma economia Globalizada. Campina Grande: UFPB/CAMPUS II. Série Debates nº 73, dezembro de 1997. (Mimeo)

SILVA, J. G. da. Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura Paulista. Campinas, 1980. (Mimeo).

ANEXOS

ANEXO I

CRONOLOGIA DA FORMAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DE INTEGRAÇÃO NA AMÉRICA – LATINA

- 1960 – ALALC – Associação Latino – Americana de Livre Comércio fundada com o objetivo de gerar um processo de integração econômica nos moldes de um mercado comum. Países membros: Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru, Uruguai, Colômbia, (1961) Equador (1961), Venezuela (1966) e Bolívia (1967).
- 1969 – GRUPO ANDINO – Formado para melhorar a cooperação dos países da região Andina. Na atualidade é uma associação sub-regional de integração da ALADI e seus componentes são: Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela; Chile se retirou em 1977.
- 1980 – ALADI – Associação Latino-Americana de Integração, é uma instituição menos ambiciosa e mais flexível que substituiu a ALALC. Seu objetivo é a implementação de um mercado comum a longo prazo através da criação de acordos bilaterais e sub-regionais para estimular as relações comerciais e possibilitar com isso o tratamento diferenciado entre países. Seus países membros foram divididos em três grupos de acordo com o nível de desenvolvimento: (a) Bolívia, Equador e Paraguai; (b) Argentina, Brasil e México; (c) Colômbia, Chile, Peru, Uruguai e Venezuela.
- 1991 – MERCOSUL – Associação sub-regional viabilizada pela ALADI envolvendo países do cone sul da América – Latina, a qual vem apresentando uma excedente dinâmica no comércio intra-regional que passou a US\$ 4,1 bilhões em 1990 para US\$ 15,5 bilhões em 1995. Países membros: Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai (os últimos dois em 1996).

Fonte: (USP/Esalq. 1997).

ANEXO 2

MERCOSUL EM NÚMEROS						
Países	População	P.I.B	Renda per capita	Balança comercial – US\$ bilhões		
	Em milhões	US\$ bilhões	US\$ mil	Exportações	Importações	Saldo
Argentina	33,9	229,43	6,768	20,896	19,968	0,928
Brasil	159,0	531,03	3,340	46,508	49,664	(3,156)
Paraguai	4,8	7,70	1,615	2,117	2,867	(0,750)
Uruguai	3,2	12,83	4,050	0,885	2,550	(1,665)
Chile	14,0	44,82	3,196	16,039	14,653	1,386
Bolívia	7,0	7,529	1,040	1,187	1,425	(0,238)
Total	221,9	883,33	20,009	87,632	91,127	(3,495)

Fonte: Gazeta Mercantil – Semanário do Mercosul, N.º 12, 24 a 30 de Julho de 1996, p23

Apud: (MIRANDA CONTA DA, Vera Maria Henriques, 1997).